UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA POLITÉCNICA
Alexandre Alberto Gonçalves da Silva

A PERÍCIA FORENSE NO BRASIL

São Paulo
2010

Alexandre Alberto Gonçalves da Silva

A PERÍCIA FORENSE NO BRASIL

Dissertação apresentada à
Escola Politécnica da
Universidade de São Paulo
para a obtenção do grau de
Mestre em Engenharia Elétrica.

São Paulo

2010

Alexandre Alberto Gonçalves da Silva

A PERÍCIA FORENSE NO BRASIL

Dissertação apresentada à
Escola Politécnica da
Universidade de São Paulo
para a obtenção do grau de
Mestre em Engenharia
Elétrica.

Área de Concentração:
Sistemas Eletrônicos

Orientador:
Prof. Livre-Docente Pedro Luís
Próspero Sanchez

São Paulo – 2010

DEDICATÓRIA

À Agnes pela sua compreensão e carinho.

Ao Yuri e à Ysis pelo amor incondicional e alegria eterna.

Aos meus pais, que mesmo distantes, continuam eterno suporte para os momentos difíceis.

AGRADECIMENTO

Primeiramente, agradeço a Deus por ter me dado a oportunidade de estar no mundo.

Agradeço ao Professor Pedro Sanchez por ter acreditado em meu projeto, pela oportunidade e pelo incentivo.

Se queremos progredir, não devemos repetir a
história, mas fazer uma história nova.
(Mahatma Gandhi)

Resumo

Este trabalho apresenta um olhar sobre a atividade forense começando no antigo Egito, berço da civilização ocidental, passando pela colonização portuguesa e sua influência, até chegar ao Brasil atual, trazendo os elementos interdisciplinares característicos da perícia em cada período histórico. Dado a este caráter interdisciplinar, o trabalho tenta demonstrar quais foram as bases legislativas em cada época. O objetivo foi identificar os problemas que surgiram ao longo do tempo para o exercício da perícia como auxiliar da Justiça, assim como destacar elementos que possam melhorar a relação entre peritos, juízes e partes, tendo em vista o resultado de seu trabalho: o laudo pericial.

Palavras-chave: perícia forense, história da perícia, perícia forense no ocidente, perícia forense no Brasil, prova pericial, criminalística.

Abstract

This work presents a look at the forensic activity starting in ancient Egypt, the cradle of Western civilization, through the Portuguese colonization and their influence, until getting to Brazil nowadays, with the aim to bring the characteristic elements of interdisciplinary expertise in every historical period. Given its interdisciplinary character, this essay attempts to point which legislative bases had experts to carry out their activities. The aim was to identify the elements which analyzed the problems that have arisen over time to the exercise of skill as an activity assistant, as well as to highlight areas that may assist the improvement of the activity for forensics, judges and parties, as well as the final result of his work: the expert report.

Keywords: forensics, forensic history, forensic in the West, forensic in Brazil, criminal evidence, criminal forensics investigation, technological examinations.

SUMÁRIO

1. Introdução.....	10
2. Conceito e Terminologia.....	13
3. Breve Histórico da Perícia no Ocidente	15
3.1.O Processo Romano e a Perícia	18
3.2.A Idade Média	22
3.3.Os avanços do Século XV	31
3.4.Europa do Século XVI e XVII	35
3.5.As Ordenações do Reino de Portugal	40
3.6.Panorama do Século XVIII e XIX	45
4. O Panorama mundial da perícia no século XIX	59
5. Uma visão do Século XX	71
6. A Internet e os crimes na área de informática	84
7. A perícia e o século XXI.....	91
8. Discussão	96
9. Conclusão.....	100
Bibliografia.....	102
Anexo A - TABELA DE FATOS HISTÓRICOS RELEVANTES À PERÍCIA ABORDADOS ..	108
Anexo B - FICHAS ANTROPOMÉTRICAS SUGERIDAS POR HANS GROSS.....	111
Anexo C - BOLETIM DE IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL UTILIZADO ATUALMENTE PELA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO	113
Anexo D - PROJETO DE LEI DO SR. DEPUTADO EDUARDO GOMES E O RESPECTIVO VETO	115

1. Introdução

Ao longo da História, a Ciência se desenvolve permitindo ao Homem maior conforto em seus núcleos sociais, na medida em que torna também a sociedade cada vez mais complexa e multidisciplinar.

A análise aqui realizada se inicia pelo Egito antigo, considerado como início da história do Ocidente, vindo até os dias atuais, ponto pelo qual se optou pela área das perícias em crimes eletrônicos, por serem utilizados meios eletrônicos e virtuais, ou seja, alta tecnologia, aliada a idéias “criminosas” de longa data conhecida pelo persecutório criminal.

Para que possamos compreender como a perícia está atualmente embasada em nosso Ordenamento Jurídico, necessário se faz o exame de determinadas legislações alienígenas em princípio, mas que, em um segundo momento foram recepcionadas pelo nosso Ordenamento, servindo como base legislativa, e conseqüentemente base para os trabalhos periciais.

A esse exemplo podemos citar as Ordenações Filipinas que vigoraram em Portugal, e posteriormente aqui no Brasil permaneceram em vigor até a promulgação de nosso Código Civil em 1916, servindo por todo este tempo de suporte ao chamado “arbitramento”, como a perícia na área civil era conhecida naquela época.

Atualmente, com a globalização e a larga utilização da Internet como ferramenta não só de trabalho, mas também de lazer, muitos se aproveitam de falhas de segurança desses sistemas para se locupletarem dos operadores incautos.

Para compreendermos a tutela atual dos trabalhos periciais pela legislação pátria, é primordial o entendimento de como tal função adquirida pelo técnico ao longo dos tempos permite a atuação do perito em casos dos chamados crimes eletrônicos.

A atuação pericial se faz embasada em norma de Direito Positivo, e sob essa fundamentação, também observaremos normativos que estiveram sob análise do Congresso Nacional a fim de tentarmos entender

o porquê de determinadas opções do legislador quanto à tutela da perícia em nosso Ordenamento Jurídico pátrio.

Ao magistrado, considerado leigo por não possuir conhecimentos técnicos das Artes da Ciência, cabe se socorrer de pessoas experimentadas, experientes, com alto nível de conhecimento técnico em determinada área científica, sendo este o perito, o qual recebe o ônus de auxiliar o magistrado em determinada questão judiciária, e sabe que o resultado final de seu trabalho deverá ser compreensível a um indivíduo que não possui conhecimentos naquela área, adicionado ao ônus de lidar com questões jurídicas.

Assim, ao perito cabe não só o encargo de possuir *expertise* em sua área de atuação, mas também o de possuir conhecimentos na área jurídica, já que estes conhecimentos serão norteadores de seu trabalho técnico, e sem eles correrá o risco de ter seu trabalho final prejudicado por não possuir as características úteis para servir de base à tomada de decisão do juiz.

Sabemos que ao magistrado cabe o difícil encargo de julgar, mas também é pesado o fardo do perito que não fica restrito aos conhecimentos profundos de sua área, devendo também possuir conhecimentos jurídicos, porém o fiel da balança se equilibra quando o magistrado também conhece a aplicação das técnicas periciais, independente da área de conhecimento de determinada causa.

Assim, pretendemos demonstrar como a perícia foi disciplinada ao longo da história e que, não obstante ser efetivamente realizada por detentores da técnica, seu operador deve ser conhecedor também das suas bases jurídicas, já que sem elas pode ter o resultado de seu trabalho minimizado ou até mesmo inutilizado. Assim como o juiz, ele também deve ser interdisciplinar, adquirindo conhecimento das técnicas periciais, a fim de poder atingir melhores resultados, sabendo o que perguntar aos peritos na ocasião da formulação dos quesitos.

O aprendizado do juiz também influencia casos de perícias em que há diversas áreas de conhecimento, já que somente com

conhecimento sobre a técnica, ele poderá identificar profissionais capazes de realizar satisfatoriamente o encargo.

Muitos autores clássicos trataram do assunto, e foram categóricos quanto à necessidade de interação entre magistrado e perito, insistindo que os trabalhos devem ser interdisciplinares, ou seja, o perito deve conhecer o Direito, e o juiz precisa ter noções sobre técnicas periciais.

O objetivo deste trabalho é compreender como as normas do Direito Positivo servem de base para a atuação pericial ao longo dos tempos, impondo por vezes limites à atuação do perito, mas também permitindo a independência dentro de sua área de conhecimento.

Ao perito é exigido que se caminhe em duas estradas paralelas: a do profundo conhecimento técnico, e a do conhecimento jurídico, o que caracteriza a interdisciplinaridade do ofício.

É fato que caso haja desvio de qualquer uma das duas vias, o perito não conseguirá alcançar sua meta final, ou seja, auxiliar o juiz em sua tomada de decisão.

Não faz parte do objetivo deste trabalho realizar uma análise epistemológica do Direito aplicada à especificidade desta ou daquela Engenharia ou das Ciências em geral, mas sim lançar um olhar sobre os fundamentos jurídicos que permitiram que a perícia fosse moldada tal qual a conhecemos hoje, observando, pela evolução científica e tecnológica, quais foram os subsídios ao longo do tempo que permitem atualmente o desenvolvimento desta Arte essencial à tão almejada Justiça.

O presente trabalho encontra-se em consonância com as regras da Associação Brasileira de Normas Técnicas e com o manual de dissertações e teses da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, e subsidiariamente foi utilizada a obra do Professor Eduardo C. Silveira Marchi, conforme consta na bibliografia final.

2. Conceito e Terminologia

Conforme Cretella (1956) a *perita* (ae), do Latim, perícia, ciência experimental, perfeito conhecimento, capacidade, inteligência, *forensis*, palavra também derivada do Latim, indica forense, pertencente ao foro judicial, sendo realizada pelo *peritus* (a,um), adjetivo que indica o perito, douto, sábio, experimentado, inteligente.

A prova pericial, sob o aspecto objetivo, é meio pelo qual a verdade chega ao espírito de quem aprecia, sendo o de demonstração da verdade dos fatos sobre os quais versa a ação.

Quanto ao seu aspecto subjetivo, é a própria convicção da verdade dos fatos alegados, sendo, nas palavras de SANTOS (19--?), “resultado do exame sereno da prova, ou seja, das pessoas que falam, do documento que atesta, das coisas que na própria mudez retêm os fatos. Tanto melhor e mais forte se forma a convicção quanto mais diretamente sejam as provas no sentido objetivo examinado pelo juiz”.

TORNAGHI (1978) conceitua a perícia como sendo “uma pesquisa que exige conhecimentos técnicos, científicos ou artísticos”, informando ainda que existem divergências dos autores em conceituar a perícia, e algumas a consideram meio de prova, como testemunho de pessoa entendida, enquanto outros a reputam como um pouco mais que a prova, já que possui tudo que se exige de um meio de prova e mais qualquer coisa que nesta não existe, sendo mais que um sujeito de prova e menos que o juiz.

Ainda para TORNAGHI (1978), se o perito se limitasse a transmitir ao juiz o apurado com seus conhecimentos técnicos, a perícia seria apenas meio de prova, testemunho. Quando o perito emite juízo de valor sobre os fatos, externando impressão sobre a possibilidade de terem sido causados por outros acontecimentos e de virem a produzir outros ainda, acaba por considerar não só a realidade, e trabalha com probabilidades, com os princípios da experiência.

O perito não se prende apenas a trazer relatos ao juiz do que se passou e que teve conhecimento por sua experiência científica

ou artística, e muitas vezes o juiz, já informado dos fatos ocorridos, quer saber sobre as conseqüências dos fatos e qual seu valor, não podendo assim o diagnóstico e o prognóstico do perito serem considerados apenas meio de prova. Pode ocorrer ainda do perito nem se pronunciar quanto ao fato, apenas ministrar ao juiz esclarecimentos teóricos e gerais que lhe permitam um novo olhar sobre o fato.

ESPÍNOLA FILHO (1980) explica que os elementos do corpo de delito que chegam à percepção, devem ser objeto de prova, constituída por pessoas que tiveram a oportunidade de verificá-los em sua existência material, acessível aos sentidos humanos, e que estas pessoas podem dizer da natureza destes fatos, podendo estabelecer de maneira segura o nexo de causalidade entre eles e o ato ou omissão pelo qual se incrimina o acusado, não havendo melhor prática do que submetê-los (fatos) à apreciação de técnicos especializados que, por processos científicos, darão ao julgador uma opinião digna do maior acatamento, justamente porque se manifesta sobre matéria em que os examinadores são peritos.

3. Breve Histórico da Perícia no Ocidente

Não se tem plena certeza do momento histórico em que se iniciaram as perícias como conhecidas hodiernamente, e alguns autores, como TORNAGHI (1978), dizem ser uma construção moderna, baseada na evolução científica de tempos recentes, contrariando posições como a de MACHADO (1930), que em sua obra nos demonstra, a realização de uma análise de lesões em cadáver exatamente como se realizam as atuais perícias forenses.

A análise do papiro Abbot (citado por Rodolphe Dareste, conceituado historiador francês do século XIX), por MACHADO (1930), datado do ano 130 da era cristã, onde Caio Minúcio Valeriano, médico do burgo de Caranis, redige um relatório a respeito de ferimentos sofridos por um indivíduo chamado Mystharion.

A peça possui todas as características do que entendemos atualmente por um laudo pericial: requisição da autoridade, compromisso dos participantes, atuação do profissional, presença de testemunhas, descrição minuciosa da lesão, assim como o tipo de objeto que a inferiu e redação do documento pelo escrivão

SANTOS (19--?) conta que em tempos remotos, não era exatamente a figura atual do perito que fazia a análise e coleta de provas, mas era realizada pelo próprio juiz, que após o período de autotutela¹ julgava as controvérsias como um árbitro escolhido pelas partes. É natural que esse árbitro fizesse a verificação dos fatos diretamente, indo pessoalmente aos locais e examinando coisas.

O exame judicial precedeu a perícia, e as funções de juiz e perito estavam inter-relacionadas. Isto ocorreu, por exemplo, na antiga Índia sobre assuntos relativos a divisas confusas de imóveis.

Existem também vestígios de perícia na antiga civilização Egípcia, como no caso de Sesostris, que dividiu as terras por sorteio

¹ Neste período os próprios envolvidos resolviam as demandas, sendo que a punição deveria ser exatamente igual ao crime. O tempo de duração deste período variou muito entre os diversos povos.

aos súditos, dando-lhes os lotes marcados por sinais e marcos, e com a obrigação de lhe pagar certo tributo. Quando o rio subtraía parte da área, o lesado informava o rei, que enviava inspetores capacitados em geometria e especialistas na arte de medir.

ALMEIDA JUNIOR (1959) diz que o Poder Judiciário era atribuição sacerdotal, e o tribunal supremo era responsável por julgar os crimes graves, formado por juízes escolhidos entre homens distintos e prudentes oriundos de Mênfis, Tebas e Heliópolis.

Não havia debate oral no processo criminal, porém todos os atos eram escritos e públicos: a acusação, contestação, réplica, tréplica, confissões e depoimentos. O julgamento era secreto, e o presidente do tribunal, após deliberar secretamente no santuário, não rompendo o silêncio, tocava com a estatueta da justiça o vencedor e em seguida, havendo alguém condenado, era este preso pelos oficiais de justiça, sendo aplicada a pena cabível.

A lei obrigava as testemunhas de um delito a demonstrar que não puderam evitar o crime ou socorrer a vítima, e também a denunciar o crime e prosseguir na acusação, caso contrário ficariam sujeitas a determinadas bastonadas. Se a acusação fosse falsa, o acusador sofreria as penas imputadas ao acusado.

Assim, o processo penal era pautado pelos seguintes princípios: dever do cidadão de, sendo testemunha de fato criminoso, efetuar a acusação; a instrução, que era obrigação da testemunha, tinha por auxiliar a polícia repressiva²; a instrução era pública e escrita e; julgamento secreto e decisão simbólica.

Os hebreus desenvolveram o sistema de distribuição de terras, uma vez que era grave o delito de invasão de propriedade³, e assim como os egípcios, possuíam especialistas (seriam assemelhados aos atuais peritos agrimensores), que atuavam em casos de partilha e sobrepartilha das terras e fixação ou restauração das lindes, conforme SANTOS (19--?).

² Assim, a perícia poderia ser um instrumento para o processo penal, porém, convenhamos, era um instrumento não tão contundente quanto a utilização da força.

³ Deuteronômio, capítulo 27, versículo 17: "Maldito o que transpõe os marcos de seu vizinho".

No plano criminal, era previsto auto de corpo de delito em casos de homicídio. Quando era achado um homem assassinado, com autoria desconhecida, reuniam-se anciões e juízes no local dos fatos, medindo então a distância até as cidades em seu entorno. Os anciões da cidade mais próxima sacrificavam uma novilha ainda não colocada no arado ou na canga⁴, cortando-lhe o pescoço. A sentença dos sacerdotes determinava toda a causa, assim, chegando estes, aqueles anciões lavavam suas mãos sobre a novilha sacrificada, declarando de maneira solene que não haviam sido suas mãos que derramaram o sangue do homem morto, e que também não haviam visto quem o fez⁵.

O parente mais próximo do morto era obrigado a acusar o homicida e prosseguir no processo, levando-o perante o juiz, e posteriormente aplicando também a pena de morte, se fosse o caso, como ensina ALMEIDA JUNIOR (1959).

Assim como no Egito, na Grécia sob as leis de Licurgo e Sólon existiam peritos agrimensores para ações de demarcação, e também outros tipos de peritos, como as parteiras, que eram consultadas em problemas afetos à sua área de conhecimento, conforme SANTOS (19--?).

No tocante às ações penais, segundo ALMEIDA JUNIOR (1959), iniciava-se o processo com a denúncia do fato criminoso e do transgressor feita diante do magistrado, e exposta pelo acusador, exigindo-se demonstração de indícios, testemunhas ou outras provas, dando-se juramento ao acusador. Exigia-se a caução de que este não desistiria antes do julgamento, designando-se o tribunal competente e convocando os cidadãos que serviriam de juízes, assim como a data em que o tribunal se realizaria.

Entre o dia da convocação e o dia do julgamento, prazo que não deveria exceder um mês, era afixada no pretório uma exposição da acusação para que, no decorrer do tempo, surgissem novas provas para confirmá-la ou não. O acusado era notificado para ir pessoalmente perante o magistrado a fim de opor exceções, escusas ou solicitar maior prazo para a defesa. Não existia um magistrado específico para receber a denúncia, sendo

⁴ Um possível indicador de pureza.

⁵ Deuteronômio, capítulo XXI, versículos 1 a 7.

de competência do acusador reunir as provas para os debates do dia do julgamento. Em contrapartida, o acusado deveria buscar provas para sua defesa, inclusive prestando juramento em dizer a verdade⁶.

3.1. O Processo Romano e a Perícia

Após a Lei das XII Tábuas, pode-se perceber com mais clareza a utilização da perícia como meio de prova, passando por todos os seus sistemas processuais.

Na realeza, o rei distribuía a justiça da maneira que lhe parecia mais adequada, sem forma processual específica, já que a vontade era soberana e arbitrária. Com o aumento da população e consequentemente dos problemas, passaram os reis a delegar esta função a outros, normalmente senadores, conforme observa SANTOS (19--?).

De acordo com SANTOS (19--?), ALVES (1999), TUCCI, J. C.; SANTOS (2001), e TUCCI, R. L. (1976), o processo civil romano tem três grandes períodos: o das ações da lei (*legis actiones*), o formulário (*per formulas*) e o extraordinário (*cognitio extraordinaria*). Cada um desses sistemas não foi abolido repentinamente com o surgimento do outro, eles coexistiram por tempos. A substituição foi vagarosa e assim, por exemplo, o sistema das ações da lei vigorou quando surgiu o formulário, sendo este substituído pouco a pouco, até cair em desuso.

O processo era dividido inicialmente em duas fases nos dois primeiros períodos: *in iure* (fase que se dá diante do magistrado, do pretor, que apreciava a ação sob o aspecto jurídico e legal) e *apud iudicem* ou *in iudicio* (fase que se processa perante o *iudex*, particular, não representante do Estado, que decide a causa). O *iudex*, um cidadão romano, era eleito pelas

⁶ Observa-se aqui que acusador, acusado e testemunhas serviam como “peritos”, angariando provas contra ou a favor do acusado, apresentando-as oportunamente no dia do julgamento. Este sistema ainda é aplicado, por exemplo, no sistema judicial norte-americano.

partes e, no período formulário, quando as partes não concordavam com a escolha, ele era sorteado dentre os nomes que constavam no *albo iudicum* (livro dos juízes) pelo magistrado.

SANTOS (19--?) indica que o momento de produção de provas era o *in iudicio*, atuando o próprio *iudex* como órgão verificador quando se tratava de exame ou inspeção ocular. Era o exame judicial. O *iudex* tomava conhecimento do litígio e julgava de maneira soberana, em nome do povo, não estando subordinado a nenhum outro órgão hierarquicamente.

Esse exame, vistoria, ou inspeção ocular, tanto em Roma como em outros lugares, iniciou-se como um ato exclusivo e pessoal do juiz, que originalmente se certificava, pessoalmente, quanto à materialidade dos fatos e dos vestígios do ocorrido, conforme MACHADO (1930).

Quanto a este ponto, existe controvérsia, uma vez que Costa (1895), entende que:

Mas, pela propria singularidade, essas leis deveriam advertir os maiores admiradores da previdencia dos JCtos romanos (a quem querem atribuir quantas instituições possuímos) de que é erroneo seu juizo ácerca do processo judicial em Roma; mostrar-lhes-iam que, não existindo instrucção judiciaria dos processos, não poderia apparecer a necessidade dos exames; e que, sendo ainda duvidoso, apesar dos textos de Paulo e Julio Claro, citados por Faustin Hélie (obr. cit., vol. 5º, pag. 443,§ 346º, II) se os romanos estabeleceram, ou não, a necessidade do corpo de delicto para base do procedimento criminal, inutil é tentar provar que os exames foram instituidos como uma criação judiciaria na legislação romana.

Machado (1930), acompanhado por Santos (19--?), entende que:

Asserto infelicissimo na fórma e no fundo (referindo-se ao trecho acima transcrito). Na fórma, porque não se comprehende a existência de processo sem instrucção judiciária. No fundo, porque nada existia no systema

processual dos romanos que tornasse impossível a pratica de exames periciaes, assim no foro civil como no foro criminal. A verdade é que em Roma, a exemplo do que se succedeu em toda parte, a vistoria, exame ou inspecção ocular, começou por ser um acto pessoal e exclusivo do juiz. É este, primitivamente, quem se certifica, por seus proprios olhos, da materialidade dos factos atuaes e dos residuos sensíveis dos factos pregressos. Só numa phase posterior da evolução social, quando as relações jurídicas se tornam mais variadas e complexas, é que se faz sentir a utilidade de ouvir pessoas entendidas, separando-se da funcção judicante a funcção pericial, reunidas originariamente na mesma pessoa. No direito romano, melhor que em nenhum outro, podemos seguir a maneira por que se opera essa diferenciação.

As partes buscavam naturalmente, em questões que demandavam conhecimentos específicos, pessoas que dominavam aquele assunto, agindo assim também o pretor, quando escolhia fora do *albo iudicum*.

Entende-se então por que nesse período o exame pericial não era praticado da forma como conhecemos, senão extraordinariamente, e também que a forma desse gênero de prova era totalmente compatível com a ordem processual, de acordo com MACHADO (1930), que continua ainda, alicerçado em BONJEAN (1845), e afirma que os agrimensores funcionavam obrigatoriamente como peritos nas questões que envolviam terras.

Almeida Junior (1959) informa que, à época das *quaestiones perpetuae*, no processo criminal, o primeiro ato era a acusação que poderia ser realizada por qualquer pessoa, com exceção das mulheres, menores, magistrados, caluniadores julgados e indigentes, salvo quando eram vítimas. O acusador pedia ao pretor para realizar a acusação, que verificava se o fato constituía crime. Em caso positivo e, sendo de sua competência, rejeitava ou admitia a ação.

Basicamente, após ser admitida a acusação, era prestada caução pelo acusador, que jurava prosseguir até a sentença final, procedendo à fórmula que declarava o nome do acusado, o crime e as

questões do processo para que fosse feita a inscrição. O pretor então fixava o dia para todos comparecerem perante os juízes, determinando-se o *diei dictio*, ou “dia do debate”, conforme SILVEIRA (1957), regra que previa que nenhuma acusação poderia ser realizada senão em dia fixo.

Entre o *diei dictio* e o julgamento, cujo prazo poderia ser, ordinariamente, dez, vinte ou trinta dias, o acusador, investido de uma comissão conferida pelo pretor, realizava as investigações, os atos de instrução, ia aos lugares, apreendia documentos, notificava e inquiria testemunhas, e quem se recusasse a obedecer estava sujeito a penas consignadas pela comissão.

Conforme SANTOS (19--?), o acusado já notificado da acusação, tinha o direito de seguir seu acusador, fiscalizar seus atos acompanhado de um agente que vigiasse as diligências, assistir ao exame das testemunhas, interrogando-as e contraditando-as. Esta fase, denominada *inquisitio*, deveria terminar no dia fixado para a audiência ou julgamento.

No período extraordinário suprimiram-se as duas fases processuais, passando a instância inteiramente ao magistrado servidor do Estado, já que em 294, a constituição de Diocleciano generaliza a *cognitio extraordinária*, ficando concentradas as funções de declarar o direito e julgar os fatos na pessoa do magistrado. Perante ele se desenvolvia toda a relação processual, desde o início com a petição inicial, até o seu término, com a execução.

Nesse momento, o juiz, que não é mais escolhido pelas partes, mas servidor do Estado, nem sempre tem todos os conhecimentos técnicos para atender a todos os tipos de litígios que lhe são submetidos, ficando assim a figura do perito mais comum.

O juiz, pelo fato de não possuir, na maioria das vezes, habilitação para decidir sobre as questões técnicas apresentadas, vê-se obrigado a delegar essa função a pessoas habilitadas, ou seja, peritos, o que é amplamente citado pelas fontes.

Com base nas fontes romanas, informa SANTOS (19--?) que existia a previsão legal da atuação do perito em casos de gravidez de mulher divorciada, quando o juiz poderia ordenar exame por três parteiras e

também em casos de restabelecimento de marcos apagados por enchentes em lindes imobiliárias, quando se recorria aos agrimensores, fazendo apenas a observação de que, para alguns doutrinadores, eles funcionavam como árbitros, e não exatamente como peritos, mencionando também avaliações de plantações, bens submetidos à administração.

MACHADO (1930) traz diversos exemplos sobre intervenções de peritos, destacando o caso constante da tábua de Malaga, cap. 64 e 65, que defere a homens entendidos a avaliação dos imóveis oferecidos em garantia pelos devedores do fisco.

O desenvolvimento da prova literal traz a evolução da perícia em documentos, que podia ser feita quanto à sua autenticidade, e também ser realizada tanto em casos de comparação de escrita, como quando arguida falsidade documental (SANTOS –19--?).

3.2. A Idade Média

SANTOS (19--?) informa que, com a queda do Império Romano do Ocidente, em 476 d.C., e o início da Idade Média, qualquer discussão técnica ou científica sobre fatos de determinada causa passaram a ser inúteis, já que o duelo e os juízos de Deus eram os meios de comprovação normalmente aceitos e insubstituíveis.

Entre os longobardos, no século X, a *comparatio litterarum*, ou comparação de escrita, não era estranha às suas Instituições, mas de maneira geral, as provas judiciais eram realizadas apenas pelos dois modos mencionados. Como exemplo, em casos de suspeita de falso escrito, a verdade era determinada por duelo, ainda no século X, e a prova da impotência para o divórcio seria inicialmente pela resolução dos Concílios de Compiègne de 757, por juramento do marido, e posteriormente, de Berbéria, em 758 ou 768, por um dos juízos de Deus: a prova da cruz.

No início da Idade Média os limites dos imóveis eram fixados conforme costume bárbaro, quando não de forma amigável, exclusivamente pela força. Existia previsão de combate pela lei dos Alamanos, título 84, em casos de pendências relativas a linde de imóveis.

Com o resgate do direito romano e a influência da igreja a partir do século XI, vai surgindo a perícia entre os meios de prova, mesmo em áreas mais delicadas, como a da falsidade documental.

Nesse período, uma vez constituídos os condados, os reis davam as *Cartas*, determinando direitos e privilégios, denominadas *foros* ou *forais*, conceito que se estendia a todo estatuto que contivesse preceitos fundamentais. Foi grande a importância dos forais neste período, já que determinava os direitos da determinada região, deliberando sobre o uso da terra, ou seja, tratando sobre direito criminal, processual e outros temas característicos desse tipo de legislação da época, relata ALMEIDA JUNIOR (1959).

ALMEIDA JUNIOR (1959) continua ainda informando que Portugal era um condado feudatário do Reino de Lião, concedido ao Conde D. Henrique, genro do rei D. Afonso VI. D. Afonso Henriques, seu sucessor, usou o título de Príncipe e se fez aclamar rei em 1139, já encontrando dessa maneira as justiças senhoriais pré-existentes, acrescentando e modificando o que lhe convinha, concedendo domínio e jurisdição aos seus companheiros e forais às novas povoações, contendo, além das prestações tributárias e censitárias, a confirmação dos usos locais e a forma de organização administrativa policial, judiciária e processual.

Em 1211, com a formação das Cortes de Coimbra por D. Sancho I, sucessor de D. Afonso II, compostas por nobres, bispos e religiosos, homens ricos e seus vassallos, foram estabelecidos juizes, sendo essa época o auge da influência eclesiástica, que teve início pelo fim do Império Romano e desenvolveu-se durante a dominação visigótica.

Segundo BRAGA; GUERRA; REIS (2003), a vida urbana passa a ter grande importância na Europa e, com o desenvolvimento de técnicas mais apuradas de transporte e agrícolas, as populações passaram a viver mais agrupadas, sem a necessidade de permanecerem próximas às plantações.

Dessa maneira as cidades cresceram em tamanho, tornando-se importantes centros comerciais, ganhando importância política e econômica, fazendo surgir um novo tipo de escola urbana, ligada às paróquias e às dioceses.

Os reis portugueses, em sua luta contra os Mouros, seus inimigos políticos e religiosos, precisaram da ajuda do clero, que já estava fortalecido pelos seus bispos, abades e priores, verdadeiros senhores feudais, que possuíam inclusive, domínios com jurisdição.

O clero havia aumentado seus privilégios, impondo-se às camadas inferiores como defensores dos oprimidos contra os senhores feudais leigos, impondo também as formas canônicas, ampliando suas liberdades e imunidades, tanto em relação às coisas, como às pessoas, sujeitando até os padres mais simples à jurisdição eclesiástica.

O clérigo é o indivíduo que recebeu alguma das ordens sacerdotais. Os clérigos seculares são uma parcela do clero dedicada às atividades públicas do mundo, não seguiam nenhuma das regras monásticas existentes e dedicavam-se às mais variadas formas de apostolados e à administração da Igreja. São eles os párocos, bispos, arcebispos, cardeais e o Papa. Os clérigos regulares são aqueles consagrados, que seguem as regras de uma ordem religiosa.

Símbolo de poder, as catedrais construídas pelos clérigos seculares⁷ tinham escolas ao seu redor, fazendo parte de seu projeto. O ensino voltava-se à nobreza, aos clérigos urbanos e aos administradores de paróquias, que diferentemente dos monges, não possuíam muita cultura.

As aulas eram ministradas no próprio prédio da catedral, inicialmente, por grupos de cônegos que também auxiliavam os bispos e os padres na administração das dioceses e paróquias, não seguindo qualquer padrão de ensino, possuindo cada cidade a liberdade de desenvolver seu próprio currículo.

Com o tempo surgiram professores que não eram cônegos ou clérigos, mas tinham permissão para lecionar, trazendo prestígio para a cidade, e de acordo com os interesses, davam ênfase a determinada

⁷ secular, do latim "sæculum", mundo.

área de estudo e passavam a preocupar-se com a própria formação, construindo bibliotecas e buscando novos manuscritos, tornando freqüentes as viagens.

BRAGA; GUERRA; REIS (2003) informam que foi forte a influência árabe nesse período nas ciências, principalmente graças à Escola de Córdoba, que realizava diversos estudos nas áreas da medicina, astronomia, física e alquimia.

Averróis⁸ foi jurista, médico, um dos grandes comentadores islâmicos de Aristóteles e um defensor da separação entre fé e razão. Sua obra teve a mesma repercussão tanto no Oriente como no Ocidente, e ele foi perseguido por grupos fundamentalistas no Oriente, e após quase um século de sua morte a Igreja ainda condenava a divisão entre filosofia e teologia.

Grande parte do conhecimento árabe foi transcrito para o latim após a reconquista pelos cristãos de parte da península ibérica, após o século XII, e estes ficaram apenas ao sul, na região denominada Al-Andaluz. A cidade de Toledo teve importante papel neste processo, concentrando grande número de tradutores. O surgimento das universidades deu-se coincidentemente no mesmo período.

Inúmeros textos de filósofos gregos foram colocados para esses novos intelectuais, aprofundando assim o estudo dos textos aristotélicos, parcialmente conhecidos no mundo cristão e que passaram a ser conhecidos por comentários dos filósofos árabes.

Além da filosofia, também foram traduzidos manuscritos de astronomia e tabelas astronômicas, frutos de séculos de observação celestes, e na área médica, passou-se a estudar Galeno e também alquimia.

Diversos textos sobre óptica, área da física muito influenciada pelos árabes, e mecânica, com textos de Arquimedes e de Aristóteles, foram traduzidos, deixando claro assim a convergência do conhecimento, em curto período, para aquela região.

⁸ Ibn Rushd, conhecido como Averróis: 1126 – 1198.

A Igreja, com os novos conhecimentos, transformou-se também, com diversos movimentos propondo novas interpretações dos textos sagrados e questionando as hierarquias eclesiásticas, assim como o poder e riqueza dos bispos e do papa.

Alguns movimentos pregavam a volta à pobreza original do cristianismo e passaram a perseguir o clero das cidades, fazendo com que a Igreja criasse novas ordens para combater as heresias. Dentre as principais ordens estão aquelas dos Dominicanos e dos Franciscanos.

O foco dos Dominicanos era o combate às heresias pela luta ideológica com um consequente preparo na pregação da doutrina, deixando de atuar nos mosteiros e passando a atuar nas ruas e praças das vilas e nas cidades, e mais tarde, nas universidades, pelo embate acadêmico entre as diversas correntes teológicas. São Tomás de Aquino⁹, pertencente à ordem, foi um dos maiores expoentes dos estudos da fé no final da Idade Média.

Já a dos Franciscanos, fundada por Francisco de Assis¹⁰, defendeu a pobreza nos moldes de alguns movimentos heréticos da época, e graças à descrição quanto ao questionamento direto da hierarquia da igreja nos primeiros anos, possibilitou a constituição da ordem religiosa e o reconhecimento pelo papa.

Apesar de São Francisco não ter sido um intelectual, recomendando inclusive aos seus seguidores que não se dedicassem aos estudos, já que o conhecimento poderia expô-los à vaidade e às disputas intelectuais, que eram frontalmente contra a pobreza, pregava que Deus falava com os homens também pela natureza, gerando um estudo melhor da natureza por vários frades.

O período era propício para o interesse dos franciscanos pelas áreas da física, astronomia, medicina e alquimia, já que vários textos traduzidos estavam sendo difundidos na Europa do século XIII para o XIV, possibilitando a fundação de escolas dedicadas ao estudo de

⁹ São Tomás de Aquino: 1225 – 1274.

¹⁰ São Francisco de Assis: 1182 – 1226.

textos de filosofia natural, e, em particular, em Oxford, Inglaterra, destacavam-se os estudos sobre a natureza.

A falta de uma tradição em estudos teológicos possibilitou à Universidade de Oxford, que foi fundada a partir de três colégios em 1264, a liberdade para desenvolver aquelas áreas alternativas, diferentemente de Paris, onde estavam os maiores teólogos daquele tempo. Foram desenvolvidos muitos trabalhos nas áreas de óptica e alquimia, e posteriormente em mecânica, consolidando assim os estudos gregos e árabes de filosofia natural.

Contribuições importantes sobre filosofia natural saíram de Oxford, por filósofos franciscanos, como por exemplo, Robert Grosseteste, Roger Bacon e Guilherme de Ockham.

Robert Grosseteste¹¹ (1168 – 1253) estudou na Universidade de Oxford, tornou-se presidente em 1215, saiu em 1221 por motivo de saúde, passando por diversas posições eclesiásticas. De 1229 a 1235, ensinou teologia para os franciscanos, tornou-se Bispo de Lincoln no mesmo ano e permaneceu no cargo até sua morte.

Fundou a Escola Franciscana de Oxford e foi precursor da divulgação da visão Aristotélica do caminho duplo para o pensamento científico: generalizar de observações particulares para uma lei universal, e fazer posteriormente o caminho inverso, de leis universais para a previsão de situações particulares, chamando de método da resolução e composição.

Para ele, a ciência começava com a experiência dos fenômenos pelos homens, e a sua finalidade seria encontrar as causas para esses fenômenos, e o primeiro passo, pelo seu método, era tentar descobrir as possíveis causas para os fenômenos vividos (os agentes causais), e o passo seguinte separar o agente causal em seus princípios componentes. Posteriormente, com base numa hipótese, o fenômeno observado deveria ser reconstruído a partir de seus princípios.

¹¹Robert Grosseteste, s.l., s.d., disponível [on line] in http://pt.wikipedia.org/wiki/Robert_Grosseteste [23-03-2009].

Por fim, a própria hipótese deveria ser testada e validada, ou não, pela observação, procedimento que continha a base essencial de toda a ciência experimental e precursor do método científico.

Roger Bacon¹² (1214 – 1292) foi discípulo de Robert Grosseteste, ingressou em 1240 para a Ordem dos Franciscanos, onde se dedicou aos estudos da natureza e à experimentação. Descreveu o método científico como um ciclo repetido de observação, hipótese, experimentação e necessidade de verificação independente, registrando a forma com que conduzia seus experimentos em detalhes minuciosos a fim de que outros pudessem reproduzi-los e testar os resultados. O método científico contemporâneo está fundado na possibilidade de verificação independente.

Guilherme de Ockham¹³ (1280 – 1349) pertenceu à Ordem dos Franciscanos, tendo estudado e lecionado em Oxford. É considerado um pré-renascentista. Foi o principal representante do Nominalismo no final da Idade Média e, acusado de heresia, fugiu para a Alemanha, onde se aliou ao Imperador contra o papa João XXII, tendo sido excluído de sua ordem em 1331.

Escreveu vários comentários às principais obras de Aristóteles, sobretudo aos tratados de lógica, e foi autor também de uma influente *Summa Logicae* e de obras de filosofia política sobre a questão da autoridade temporal em relação à autoridade religiosa.

Quanto à tão discutida querela dos universais, Ockham defendeu a posição de que universais são conceitos, entidades mentais, portanto, operações do intelecto e não existentes em si mesmos, tendo sido atribuída a ele a "navalha de Ockham", princípio de economia que diz: "não se deve multiplicar os entes existentes além do necessário". É um princípio da parcimônia que valoriza a simplicidade na construção das teorias.

A Faculdade das Artes, como era conhecida, era um modelo de universidade medieval onde se tinha um ciclo básico com estudos

¹² Roger Bacon, s.l., s.d., disponível [on line] in http://pt.wikipedia.org/wiki/Roger_bacon [23-03-2009].

¹³ Guilherme de Ockham, s.l., s.d., disponível [on line] in <http://www.pucsp.br/~filopuc/verbete/gockham.htm> [24-03-2009].

preliminares, posteriormente subdividido em especializações, como direito canônico, medicina e teologia.

As novas ciências árabes eram ensinadas na Faculdade das Artes, que tinha uma função introdutória e acabou por tornar-se um laboratório de novos conhecimentos.

No final do século XIII, diante de tantas novas idéias que acabaram por abalar o modelo medieval de ensino, o bispo de Paris, Étienne Tempier, publicou uma condenação, em 1277, de diversos enunciados aristotélicos e de seus comentadores, que eram ensinados nas faculdades das artes, com clara influência de Averróis, considerando-os erros execráveis.

Graças aos conhecimentos árabes sobre o funcionamento e construção de mecanismos, diversos conhecimentos foram aplicados, a partir do século XII, na Península Ibérica e sul da Itália, indo desde moinhos d'água e de vento às elevatórias de água, até a irrigação de terras.

Por volta do século XIII, após migração desses conhecimentos para o restante da Europa, e incorporando ao conhecimento pré-existente, houve uma grande revolução técnica, fazendo aparecer um novo tipo de profissional: o artesão que fabricava engenhos, construindo máquinas com fundição de peças de ferro e com corte de pedras, e que posteriormente passou a ser chamado de engenheiro.

Com a multiplicação dos moinhos, dos canteiros de obras e, conseqüentemente do número de engenheiros, aperfeiçoaram-se as técnicas construtivas, passando a outros tipos de obras, como as catedrais góticas, símbolos de poder das novas cidades, e que possuíam naves centrais muito altas, exigindo soluções para tais problemas técnicos.

A sofisticação arquitetônica gerou aperfeiçoamento também em outras artes, como a marcenaria, metalurgia, o corte de pedras e a produção de vidros.

Com esse desenvolvimento, e também em áreas como a mecânica¹⁴, uma nova metodologia de trabalho foi utilizada: antes do

¹⁴ Graças ao congelamento da água em determinadas regiões, os relógios se tornaram estritamente mecânicos, com a utilização de contrapesos, fazendo com que os engenheiros adquirissem muitos conhecimentos sobre transferência de movimentos.

início da construção de mecanismos ou edificações, passaram a desenhar em papel o esboço da criação, e somente na segunda fase passavam a efetivar a construção da idéia, adequando assim, a idéia à realidade, e posteriormente, ao término, era feita uma comparação entre o projeto e o resultado final, realizando melhorias nos projetos seguintes.

No século XIV, a obra de Guilherme Ockham teve grande importância, fazendo com que fosse aceito o empirismo como caminho para o encontro da verdade. Os estudiosos do que hoje conhecemos como ciência utilizaram os ensinamentos filosóficos de Ockham e deixaram de lado alguns pressupostos teológicos e filosóficos. Assumiu-se o conhecimento indutivo, ou seja, adquirido por experiências que poderiam gerar certezas, às quais, se buscassem demonstrar tal ou qual fenômeno apresentassem resultados negativos, a hipótese seria falsa.

SANTOS (19--?) ensina que, já no século XIV, encontram-se vestígios das perícias gráficas em 1370, com Papon, que, a partir de um caso de falsificação, organizou diversos acórdãos sobre o assunto, inspirando outras obras à época.

A perícia obteve forte impulso com o direito canônico, onde o sistema de provas progrediu graças à cultura dos membros do clero e também à necessidade de substituição do sistema das ordálias, condenado pela igreja pela sua barbárie.

Dessa maneira, a prova obtida por inspeção ocular de pessoas e coisas, tanto realizada pelo juiz como por peritos, tornou-se de grande importância, assumindo diversas formas.

O exame judicial foi utilizado para estabelecimento de linhas divisórias de imóveis, embargos de obra nova e constatação de fatos e ainda, quanto às pessoas, em causas ligadas à idade destas. Já o exame pericial utilizou-se para causas ligadas ao divórcio por impotência e quanto à prova de virgindade.

A perícia então passou a ser admitida por vários povos nos últimos séculos medievais, por conta dos estudos do direito romano (a partir do século XI), do exemplo do direito canônico e da influência de ambos

sobre a sistematização das provas judiciárias, apesar de aquela ainda ser confundida com o exame judicial e juízo arbitral.

Pode-se concluir que a perícia já se encontrava entre os meios de prova no início dos tempos modernos, inclusive com a separação do exame judicial do pericial, por ter se tornado impossível exigir conhecimentos universais aos juízes, e a legislação passou então o encargo para pessoas versadas nas artes ou ciências para exame de pessoas e coisas.

3.3. Os avanços do Século XV

Segundo BRAGA; GUERRA; REIS (2004), no século XV, o panorama econômico havia mudado radicalmente graças aos avanços tecnológicos dos últimos três séculos e o retorno do antigo hábito do uso de moedas: o sistema de trocas não atendia mais a nova dinâmica comercial¹⁵.

O uso do dinheiro trouxe também a necessidade de abstração característica de um raciocínio teórico, em que os símbolos representavam objetos concretos, o que antes era apenas patrimônio dos intelectuais, aumentando a necessidade de aprendizado do cálculo matemático pelos camponeses, contribuindo a introdução dos algarismos indo-arábicos, mais fáceis de manipular do que os romanos.

Graças então à introdução dos algarismos indo-arábicos, as escolas receberam muitos filhos de comerciantes, que, além de cálculos aritméticos, aprendiam geometria, servindo para calcular áreas cultiváveis, medir peças de tecidos ou ainda calcular quantos azulejos seriam necessários para determinada obra.

Diversos manuais foram editados, sendo a primeira aritmética comercial impressa em Treviso, em 1478, e não eram manuais

¹⁵ M. BRAGA, A. GUERRA, J. C. REIS, *Breve História da Ciência Moderna – Das máquinas do mundo ao universo-máquina*, vol. 2, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora LTDA, 2004, p. 18.

escritos em latim, mas em linguagem vulgar e regional, para que estes fossem amplamente divulgados.

As grandes navegações viram seu auge no século XV, e Portugal, com o apoio financeiro de comerciantes italianos que necessitavam de novas rotas de comércio, e também pela necessidade da ampliação da comunidade cristã pelos Cavaleiros da Ordem de Cristo, preparou um grande projeto de expansão marítima.

Em 1416, o infante D. Henrique tornou-se grão-mestre da Ordem de Cristo, e iniciou o empreendimento reunindo muitos grupos de cientistas e engenheiros navais, que embora espalhados pelo território português, foram conhecidos sob a denominação de Escola de Sagres, local onde estava a sede do comando, tornando-se um centro de estudos navais e de soluções de problemas de navegação em mar aberto.

Segundo alguns historiadores, como QUADROS; FRANCO (1967), a Escola de Sagres foi uma criação fantasiosa e que não existiu realmente, e, inclusive, a única escola náutica portuguesa era o mar.

Enfim, existindo ou não, o fato é que D. João I e D. Henrique deram início às conquistas ultramarinas, inicialmente explorando o Atlântico Sul.

Em 1419 iniciaram-se as expedições com a chegada ao arquipélago da Madeira, dando então impulso às empreitadas. Numa delas, em 1434, Gil Eanes contornou o Bojador, região mítica, onde se acreditava que nada existia além de trevas, correntes irresistíveis, monstros marinhos e um mar bravo, e que aquele que o contornasse jamais voltaria.

Os conhecimentos obtidos pelas navegações eram tratados com muito sigilo, o que deixou muitas perguntas sem respostas. Já existiam mapas anteriores às viagens de Cristóvão Colombo à América (entre 1451 e 1506), que mencionavam as Antilhas a oeste de Cabo Verde. Toda a costa americana, do sudeste do Brasil ao Canadá, já aparecia em um mapa roubado de cartógrafos portugueses por um espião italiano, conforme BRAGA; GUERRA; REIS (2004).

Assim, conforme QUADROS; FRANCO (1967), D. João II não se interessou inicialmente pelo descobrimento da América, já que pelo

Tratado de Toledo, de março de 1480, o território abaixo das Canárias era português. Ocorreram mais tarde problemas com a divisão, o que fez com que D. João II mandasse uma esquadra para se apossar do que lhe pertencia e também vistoriar a descoberta do genovês.

Inicia-se então uma crise que fez com que a Espanha tentasse obstar a expedição, e fazer negociações diretas e também requerer à Santa Sé que homologasse seus direitos sobre os novos territórios. Alexandre VI, sumo pontífice em Roma, expediu quatro bulas conferindo diversas vantagens aos espanhóis e revogando privilégios portugueses.

D. João II recusou-se veementemente, criando-se então uma polêmica em torno da região atlântica, e por sugestão portuguesa, foi feita a proposta de repartir o ultramar em um paralelo no qual, passando ao sul das Canárias, ficaria Portugal com as terras meridionais e a Espanha com as setentrionais, o que tirava as recentes descobertas dos espanhóis.

Após diversas discussões, chegou-se a uma conclusão e a um acordo aos 7 de junho de 1494, em Tordesilhas, confirmado pelo Papa Julio II, em 24 de janeiro de 1506, e a questão ficou então finalmente dirimida.

As grandes navegações foram responsáveis por mudanças complexas na história européia, já que foram fundamentais para a determinação da ciência moderna e responsáveis pela desmistificação de várias idéias medievais. Com uma investigação planejada demonstrou-se ser possível, além de novos conhecimentos, a superação e correção dos antigos conhecimentos, alcançando o progresso.

Informam QUADROS; FRANCO (1967) que, além das novas técnicas de navegação, a expansão comercial européia serviu também para consolidar o trabalho dos engenheiros, que já haviam ganhado prestígio ao final da Idade Média. Estes, muitas vezes chamados de *homens sem letras*, adquiriam seus conhecimentos de maneira diversificada, e nas academias estudavam-se filosofia e teologia, conhecimento que pouco ajudava em seus trabalhos de construção de máquinas e prédios.

Conforme BRAGA; GUERRA; REIS (2004), para aqueles homens não havia distinção entre técnica e arte, já que em um

canteiro de obras de uma catedral, por exemplo, discutiam-se técnicas de edificação, pintura de afrescos, escultura de ornamentações, conhecimentos de mecânica e astronomia, na hipótese de se construir um relógio que marcasse as horas, as fases da lua e estações do ano.

Os ateliês eram utilizados para aprendizado teórico como realização de trabalho manual de fabricação de peças e mecanismos. e Os livros e tratados utilizados, como estudos matemáticos euclidianos e escritos arquitetônicos vitruvianos, eram adaptados à compreensão dos engenheiros, na tentativa de elaborarem-se manuais práticos.

Assim, a partir do século XV, diversos textos da Antiguidade foram transformados em comentários, produzindo-se inúmeros cadernos de anotações, passando o saber técnico a ser registrado em papel. Os ateliês então se transformaram em locais de troca de informações, práticos e teóricos, novos e antigos, desenvolvendo tradições técnicas em diversas regiões européias, principalmente sob o patrocínio de nobres e comerciantes abastados, transformando algumas regiões, como a Toscana, em local de inovações técnicas e artísticas.

Leonardo Da Vinci (1425-1519) refletiu em sua obra sobre o caráter interdisciplinar da cultura técnica renascentista.

Galileu Galilei (1564 – 1642) mencionou o Arsenal de Veneza, importante local de construção de navios, máquinas e armas na época.

O trabalho técnico então ganhava destaque na sociedade, percebendo-se inúmeros questionamentos quanto aos conhecimentos não oriundos da experiência prática. Galileu então reafirmava sua confiança quanto a esses conhecimentos para o pensamento filosófico, e indo adiante propôs um novo processo para a construção deste conhecimento filosófico pela experimentação, inspirado na metodologia dos engenheiros¹⁶.

Assim, com a interação entre a filosofia e a técnica, surgiu a ciência moderna, contribuindo os engenheiros para o estabelecimento

¹⁶ M. BRAGA, A. GUERRA, J. C. REIS, *Breve História da Ciência Moderna – Das máquinas do mundo ao universo-máquina*, vol. 2, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora LTDA, 2004, p. 37.

de novas formas de relacionamento entre a teoria e a prática e entre a reflexão filosófica e a transformação da natureza.

O entrelaçamento entre a técnica e a criação intelectual gerou desconfiança quanto aos antigos conhecimentos para alguns filósofos naturais, fazendo com que valorizassem as informações adquiridas pela prática cotidiana presente.

Paracelso (1493-1531) foi o nome com que ficou conhecido o suíço Philipus Aureolus Theophrastus Bombast Von Hohenheim, que adotou seu último nome latinizado, cujo significado em alemão é “o insuperável Celsus”, em uma alusão ao médico romano do século I.

Graças à sua vivência nas minas, estudou as moléstias dos mineiros, inclusive a tuberculose, defendendo a tese de que determinada moléstia localizava-se em parte específica do corpo, e as mudanças ocorridas nos corpos seriam químicas, tendo o enxofre, o sal e o mercúrio como princípios ativos de todas as substâncias. Sob esta ótica, o tratamento dos corpos seria resultado da ação química sobre o organismo, procurando-se nas práticas alquimistas o caminho para tanto, conforme PARACELSO (1973).

3.4. Europa do Século XVI e XVII

BRAGA; GUERRA; REIS (2004) informam que, no século XVI, a problematização do saber tradicional ganhou impulso enquanto, paralelamente, a produção cultural sofria alterações pelo advento da perspectiva, assim como por relatos de novas espécies de plantas, animais e tipos humanos vindos das terras recém-descobertas.

Os filósofos naturais, dentro desse contexto, incorporaram essas inovações em seus trabalhos de compreensão do Universo. Francis Bacon¹⁷ foi um dos entusiastas dos grandiosos aparelhos

¹⁷ Francis Bacon – filósofo inglês, 1561-1626.

técnicos recém-descobertos como a pólvora, a bússola e a prensa de tipos móveis.

Bacon ocupou importantes cargos públicos, inclusive o de chanceler em 1618, porém, por questões políticas, foi acusado de suborno em processos que julgara sobre autorizações para comércio e manufaturas, monopólios e patentes comerciais, o que fez com que perdesse todos seus cargos e fosse preso. Por intervenção do rei, permaneceu encarcerado apenas alguns dias.

Suas obras mais significativas foram produzidas em seu declínio político, e, embora se dedicasse mais às questões relativas à natureza, possuía uma visão abrangente quanto à atividade de investigação, defendendo que o conhecimento científico e técnico, assim como seus avanços, seriam responsáveis pelo desenvolvimento político e econômico inglês.

Bacon defendia o abandono dos métodos antigos na construção do conhecimento, já que estava voltado exclusivamente ao caminho da elevação da alma, tranquilidade ou prazer do espírito, não considerando que a efetiva compreensão da natureza seria fundamental à existência humana.

Assim, para superar a inoperância do saber tradicional, deveria o filósofo natural buscar novas práticas e políticas, e assim apresentou um método para o estudo da natureza: a investigação com base em experiências.

A proposta não era apenas de realização aleatória de observações e análises empíricas, mas a necessidade de haver um método sistemático como guia para a busca, aprimoramento e expansão do que era investigado, e este método permitiria ao filósofo natural inquirir a natureza, fazendo com que esta respondesse às perguntas¹⁸.

Segundo sua teoria, também seria necessário registro de todos os passos e resultados alcançados, possibilitando a troca de informações entre os diversos autores de pesquisas em todas as áreas de

¹⁸ Em uma analogia, seria como um tribunal: a natureza como réu, os filósofos, promotores, por questionamentos, estes fariam com que a natureza revelasse a verdade.

conhecimento, possibilitando um aperfeiçoamento de tudo que foi produzido e inspirando novas experiências que possibilitassem novos conhecimentos.

Assim Bacon propunha um método de estudo da natureza em que o filósofo natural assumia um papel investigativo, partindo de fatos concretos, revelados na experiência, avançando para generalizações mais globais, de maneira ascendente, permitindo a formulação de leis e o estudo das causas dos fenômenos investigados.

Em 1620, foi publicada uma parte de sua obra inacabada, com o título “Grande Instauração”, sendo chamada de *Novo Organum*, que referenciava o *Organum*, um conjunto de livros de lógica e métodos de Aristóteles amplamente utilizados naquela época, na qual descrevia o que achava ser um método eficaz e preciso de construção científica, indicando procedimentos a serem seguidos para estabelecer e interpretar o conhecimento do homem sobre o mundo natural.

A sua proposta era clara, porém não totalmente desvinculada da magia e religião, e defendia inclusive que o fim do mundo estaria próximo, havendo a necessidade de uma reforma da natureza, para que crescesse rapidamente, cumprindo seu papel no Julgamento Final.

O filósofo francês René Descartes (1596-1650) também buscou se afastar das tradições do passado na busca de um método eficaz para a construção do conhecimento a respeito da natureza.

Descartes, assim como Bacon, defendia como verdadeira a ciência útil à humanidade. A invenção de artefatos que possibilitassem ao homem desfrutar de toda a riqueza da terra e os frutos da agricultura seria uma das metas específicas do conhecimento científico, e também com o avanço da filosofia natural, a medicina eliminaria as enfermidades do corpo e da mente, assim como os males decorrentes da velhice.

Embora tanto Descartes como Bacon almejassem reformar a filosofia natural, apresentaram propostas diferenciadas: o primeiro priorizou as investigações experimentais, enquanto o segundo, afirmava que o conhecimento seguro era aquele fundado no pensamento racional abstrato da

matemática, de maneira que todas as proporções e teorias estivessem de acordo com o raciocínio da lógica.

Durante sua formação, Descartes ficou fascinado pela matemática, o que gerou uma contribuição ao seu desenvolvimento naquele momento. Segundo a tradição, a geometria intermediava a resolução de qualquer problema aritmético ou algébrico, porém, ele demonstrou ser possível a unificação da álgebra e da geometria.

Acreditava que a matemática apresentava idéias claras e distintas, já que seus conceitos eram gerados por todos da mesma forma, independente dos sentidos, e percebia nitidamente uma objetividade por trás dos conceitos expressos em números e medidas, o que contrariava as idéias de pessoas inteligentes e conceituadas que, em textos e debates sobre o conhecimento humano, defendiam propostas muitas vezes contraditórias.

Assim, para ele, o conhecimento humano construído até aquele momento, afastado da objetividade matemática, era algo confuso e sem fundamento, fazendo com que defendesse a idéia de que especulações filosóficas não traziam entendimento seguro sobre o Universo, e consequentemente, não apresentavam serventia para a humanidade.

Para Descartes, apesar de as ciências serem múltiplas, o método era uno, espelhando um acordo fundamental que afirmava existir entre as leis da natureza e as da matemática. Dessa maneira, para que se conseguisse estudar a natureza de maneira eficaz, era necessário seguir o caminho da matemática, começando pela simples intuição e evoluindo por meio de deduções, do teorema mais simples ao mais complexo.

A ciência construída por Descartes constituía-se por explicar todas as transformações do mundo a partir do movimento das pequenas partes dos corpos estudados, incluindo as modificações quanto às alterações de velocidade, posição e forma, e as qualitativas, como cor, odor, etc., concebendo a natureza não como um organismo vivo, de uma forma mágica, mas como uma máquina, constituída apenas de matéria e movimento. Quanto aos seres vivos, reduziu todas as funções animais e humanas a ações mecânicas, como se fossem máquinas.

William Harvey (1578-1657), que estudou na universidade de Pádua, focalizou o problema da circulação sanguínea no corpo humano, anteriormente estudado por Galeno¹⁹, e inspirando-se em Versálio²⁰, utilizou em seus trabalhos não apenas as observações provenientes das dissecações, mas também de análises quantitativas realizadas a partir dos fenômenos observados, e apresentou uma nova explicação para a distribuição do sangue em homens e animais, fundando-se em um sistema mecânico fechado, onde o coração exerce o papel principal, bombeando o sangue por artérias e veias e elaborando um único sistema circulatório²¹. A proposta impunha uma revisão na prática terapêutica da sangria, que perdia sua finalidade – não havia por que extrair sangue de um corpo que tinha fluxo contínuo.

René Descartes apoiava a teoria de Harvey, porém efetuou modificações para defender melhor a idéia da associação entre corpo e máquina. Para ele, todas as operações do corpo humano processavam-se sem a obrigatoriedade de os órgãos desempenharem funções especiais, e conseqüentemente não havia necessidade de almas supervisionando seu funcionamento, a atuação seria automática, dependendo apenas da melhor forma e arranjo das partes.

Dessa maneira, de acordo com SANTOS (19--?), em 1579 a perícia já possuía suas características básicas atuais e a Ordenança de Blois, na França, trazia em seu artigo 162, expressamente, que o valor das coisas seria decidido por peritos, não por testemunhas. A repercussão foi

¹⁹ Cláudio Galeno (131-cerca de 201): médico grego, nascido em Pérgamo. Fez importantes descobertas em anatomia, in *Dicionário Prático Ilustrado – Novo Dicionário Enciclopédico Luso-Brasileiro Publicado sob a Direcção de Jaime de Séguier*, Porto, Lello & Irmão – Editores, 1971, p. 1628.

²⁰ André Versálio (1514-1564): Foi um dos primeiros a praticar sistematicamente a dissecação do corpo humano, e atacou ousadamente as opiniões tradicionais de Galeno, in *Dicionário Prático Ilustrado – Novo Dicionário Enciclopédico Luso-Brasileiro Publicado sob a Direcção de Jaime de Séguier*, Porto, Lello & Irmão – Editores, 1971, p. 2002.

²¹ Segundo Galeno, o sangue se produzia no fígado a partir dos alimentos, e o sistema sanguíneo era dividido, o que sustentava teoricamente a sangria, método amplamente utilizado para tratamento de doenças.

tamanha que acabou por constituir-se corporação de peritos oficiais para que servissem como auxiliares dos juízes em questões técnicas.

A Ordenança de 1667 acabou por retomar a tradição romana de conceder às partes a possibilidade de escolha do perito, por terem sido reconhecidos os problemas de uma escolha obrigatória dentre apenas algumas pessoas de uma corporação. Houve também um problema de abuso da prática da perícia nesse período, chegando ao ponto, por exemplo, de no dia 18 de fevereiro de 1677, o Parlamento Francês suprimir a perícia de cópula carnal em caso de nulidade de casamento, que havia sido “emprestada” dos tribunais eclesiásticos.

Diferentemente da França, a Inglaterra adotou, pelos costumes, a inspeção judicial, e na Itália utilizou-se tanto a perícia como o exame judicial e o juízo arbitral.

Na Itália, os avaliadores faziam a perícia para a avaliação de coisas móveis ou imóveis, eram verdadeiros oficiais públicos, e havia peritos para as mais diversas áreas. Caso uma das partes solicitasse uma perícia, o magistrado nomeava aquele escolhido em acordo por elas. Se não houvesse acordo, nomeava dois peritos e em caso de divergência, nomeava um terceiro. Todos os nomeados prestavam juramento e deviam redigir um relatório por escrito, contendo todas as informações colhidas e as observações das partes. A compensação pelo trabalho era fixada por lei.

3.5. As Ordenações do Reino de Portugal

Ordenações são leis, decretos, estatutos legais, mandados, ordens, conforme NÁUFEL (1976). As Ordenações que regeram o reino português foram três: Afonsinas, Manuelinas e Filipinas.

O primeiro corpo legislativo, as Ordenações Afonsinas, vigorou a partir de 1446, e foi o primeiro no país contendo a legislação administrativa, fiscal, civil, comercial, criminal, militar, florestal,

municipal, inclusive as relações entre a Igreja e o Estado, definindo ainda as funções dos servidores públicos, conforme ALMEIDA (1870).

Segundo SANTOS (19--?), as Ordenações Afonsinas são consideradas a obra jurídica da mais alta relevância em sua época, fundada na doutrina do *Corpus Iuris* e sistematicamente na disposição das matérias das Decretais de Gregório IX, admitindo a prova por arbitramento, nome genérico dado aos vários tipos de perícia (liv. 1º, tit. 13, §16).

ALMEIDA (1870) explica que, como código completo, tratando de quase todas as matérias administrativas de qualquer Estado, foi o primeiro a ser publicado na Europa. Foi assim de suma importância, uma vez que restringiu a lei feudal e consuetudinária, prevalecendo o *Corpus Iuris*, equiparado à Canônica, que só podia prevalecer em matérias em que houvesse pecado. Esse Código é o ponto de cisão entre a legislação feudal e a reforma pretendida pela realeza para firmar seu completo domínio.

As Ordenações Manuelinas, sucessoras das Ordenações Afonsinas, em 1521, regulamentavam no liv. 3º, tit. LXXXII, o meio de prova, passando posteriormente às Ordenações Filipinas de 1603, fixando-se assim no direito português e posteriormente no brasileiro, como explica SANTOS (19--?).

O Brasil foi regido por duas das Ordenações: as Manuelinas e Filipinas. A primeira no início da colonização, quando por estas terras desembarcavam pessoas de todos os tipos, inclusive criminosos degredados de Portugal, a fim de povoar a nova terra, como traz STADEN (1930), e posteriormente as Filipinas já com a metrópole sob jugo dos Espanhóis. Efetivamente apenas a segunda foi utilizada.

Em termos administrativos, conforme QUADROS; FRANCO (1967), as Ordenações Manuelinas e seus regimentos especiais serviram como base reguladora do regime de capitanias hereditárias, em que há ênfase no antigo município romano, independente, livre de encargos e direitos senhoriais. O rei, grão-mestre da Ordem de Cristo emancipou a terra como feudo empregado no serviço da fé, uma vez que os bispos, nobres de primeira grandeza e príncipes titulares não podiam morar em vilas que não eram terras próprias.

As vilas ou municípios passaram então para a categoria de cidades, a fim de se tornarem sedes episcopais. Assim, as vilas, ou ainda, os municípios foram os primeiros núcleos da administração civil nas colônias.

Dessa maneira, o capitão-mor, designação dada às pessoas que, na qualidade de donatários eram designadas para administrar as capitanias brasileiras como seus governadores, com alçada civil e criminal, e funções muito mais amplas que as de meros capitães das milícias, localizadas em cidades ou vilas, conforme SILVA (1991), era agente real, regulado como governador pelas cartas de donatarias e forais, que lhe conferiam poderes amplos e imunidades de maneira feudal tanto policial (nas vilas que constituísse, como alcaide-mor) como administrativa (nomeando funcionários e presidindo as eleições destes) e judiciária (civil e penal, sem recurso para Lisboa, salvo privilégios de nobreza).

Conforme TRÍPOLI (1936), sob domínio dos espanhóis, vigorava como lei geral o Código Filipino, que possuía cinco livros, dividido em títulos, e subdividido em princípio e parágrafos, obedecendo à mesma ordem das Manuelinas, porém com os institutos mais bem sistematizados e com adaptação dos princípios de direito romano-justiniano e explicado pela Escola dos Glosadores.

O Código é uma compilação da legislação pública (livros 1º, 2º, 3º e 5º) e privada (livro 4º), de acordo com SANTOS (19--?), da seguinte maneira:

- Livro Primeiro – 100 títulos relativos à organização judiciária;
- Livro Segundo – 63 títulos tratando sobre as relações da igreja Católica com o Estado;
- Livro Terceiro – 98 títulos, dispendo sobre regras processuais civis;
- Livro Quarto – 107 títulos, com normas materiais de direito privado;
- Livro Quinto – 143 títulos que compreendiam as normas de direito penal e processual penal.

Nas Ordenações Filipinas o legislador dispunha clara e minuciosamente quanto à forma de escolha dos peritos, o compromisso e o

juramento, prevendo a hipótese de eleição de um terceiro perito para dirimir discordâncias estabelecendo ainda diretrizes a serem seguidas nos trabalhos.

Distingua também, em seu livro 3º, de maneira categórica, o perito ou arbitrador dos juízes árbitros, o que em outras legislações não era muito claro. Assim previa as Ordenações Filipinas, liv. 3º, tit. XVII, pr.:

Entre os juízes árbitros e os arbitradores (que quer tanto dizer, como avaliadores ou estimadores) há diferença; porque os juízes árbitros não somente conhecem das cousas e razões, que consistem em feito, mas ainda das que estão em rigor de Direito, e guardarão os atos judiciais, como são obrigados de os guardar os juízes ordinários e delegados. E os arbitradores conhecerão somente das coisas, que consistem em feito; e quando perante eles for alegada alguma coisa, em que caiba dúvida de Direito, remetê-la-ão aos juízes da terra, que a despachem e determinem, como acharem por Direito; e daí por diante, havida sua determinação, procederão em seu arbitramento, segundo lhes bem parecer, guardando sempre o costume geral da terra, que ao tempo de seu arbitramento for costumado.

Fato curioso ocorrido em 1620, narrado por SEGURADO (1973), e que demonstra a prática da perícia na época, foi a chegada a São Paulo do ouvidor Amâncio Rebelo Coelho para realizar correição na Vila.

Os “homens bons”, para solucionar o problema de alojamento da alta personalidade, acharam por bem hospedá-lo na própria Casa da Câmara, porém não havia cama.

Dessa forma, resolveram requisitar a melhor cama da vila, que era a de Gonçalo Pires, que não quis cedê-la. Usou-se então a força para convencer o proprietário a entregar o bem para acomodar o ilustre hóspede.

Terminada a visita, e não sendo mais necessária a cama, os vereadores resolveram devolvê-la, porém, Amâncio se negou a recebê-la sob a alegação de ter sido estragada, dizendo ainda que o ouvidor seria representante do “estrangeiro” Filipe IV da Espanha, não o reconhecendo como Filipe III de Portugal, e dizendo ainda que “não dorme em cheiro de ouvidor geral”, já que entre 1580 e 1640, Portugal e Brasil estão sob domínio espanhol.

A discussão que toma as sessões da Câmara é quanto à devolução ou não da cama para Gonçalo Pires. O vereador Francisco Jorge explicou da seguinte maneira:

...os oficiais da Câmara mandaram vir uma cama, colchão e cobertor e um lençol de pano de algodão usado e um travesseiro usado, que foi tomado para o ouvidor geral, a qual estava da maneira que o tomaram de sua casa, de que deu fé o tabelião Simão Borges Cerqueira, que estava da própria maneira que o tomaram de sua casa, somente estar o lençol por lavar, e os oficiais mandaram ver a dita cama por dois homens juramentados que foram Belquior Costa e Gaspar Manuel Salvago, os quais disseram que estava a cama velha e suja... (grifos nossos)

Observa-se, quanto às partes grifadas, a atuação dos peritos, chamados de “homens juramentados”, na constatação das condições em que se encontrava a cama.

Durante sete anos perdurou a pendência, querendo a Câmara pagar pelo aluguel da cama e Gonçalo negando-se a receber alegando “não dormir em cama usada por ouvidor português, possivelmente piolhento, e que representa a justiça do detestado Filipe espanhol”, sendo este notificado durante todo o tempo.

Em 1627, após se reunirem os vereadores da Câmara, foi lançada pelo escrivão no livro de atas a seguinte certidão:

“Certifico, eu, Manuel da Cunha, escrivão da Câmara desta vila de S. Paulo, em como é verdade que eu notifiquei a Gonçalo Pires viesse tomar sua cama por mandado dos oficiais desta Câmara, o qual respondeu que lha dessem como lha tomaram, que então a receberia”

Após esse episódio, não se falou mais da cama, nem de Gonçalo Pires, até ser imortalizado por Mário de Andrade em seu poema “Moda da cama de Gonçalo Pires”.

A curiosa passagem demonstra a atuação dos peritos que atestaram as condições da cama, sob a égide das Ordenações Filipinas.

As Ordenações Filipinas foram conservadas e revalidadas com a restauração da coroa portuguesa em 1640, com a subida ao trono de João IV, e aqui no Brasil vigorou parcialmente até a entrada em vigor do Código Civil de 1916.

3.6. *Panorama do Século XVIII e XIX*

No decorrer do Século XVIII, conforme BRAGA; GUERRA; REIS (2005), a chamada Revolução Científica aprofundou-se, após seu delineamento no século anterior, expandindo-se para diversas áreas do conhecimento, trazendo uma visão mecanicista que se constituía em núcleo de uma nova racionalidade, deixando de lado as estruturas teológicas medievais.

A Filosofia tinha como objetivo criar novas formas para um pensamento fundamentado na ciência moderna, sem a influência religiosa, e esta proposta foi aprofundada durante o século, chegando a uma radical negação a tudo que não tivesse bases experimentais.

A Revolução Industrial apresentava uma nova organização do trabalho, com uma força motora baseada no vapor, passando a

economia a ser percebida como um sistema natural, com leis reguladoras que deveriam ser compreendidas de maneira racional.

Uma nova concepção de Direito surgiu, com conceitos como a liberdade e igualdade assumindo importância crucial, como questionamento à velha ordem. Novas formas de Estado surgiram na França e América do Norte, fundados nesses princípios, influenciando outros e levando a diversos movimentos de independência em diversas partes.

Os termos “Iluminismo” e “Esclarecimento” passaram a fazer parte do processo de transformação iniciado no século anterior e aprofundado pelos filósofos desse século, fazendo com que ficasse conhecido como “Século das Luzes”.

O Iluminismo não tinha uma doutrina fechada, e defendia princípios norteadores de diversas correntes de pensamento, algumas até antagônicas. Um de seus fundamentos era a supremacia da razão frente ao que era considerado dogmatismo das antigas estruturas, tendo por objetivo romper definitivamente com o poder e o primado das idéias religiosas fundadas nas revelações da Bíblia. Seria então necessário rejeitar a filosofia cristã medieval e suas explicações místicas.

Perceberam então os filósofos iluministas que a nova razão dos fundadores da ciência moderna ainda tinha resquícios de uma visão mística da natureza: mescladas às novas idéias, havia concepções animistas, atribuindo espírito ou alma aos corpos. Fazia-se necessário separar o que era próprio da nova razão.

Era necessário popularizar a nova razão, efetuando-se uma nova leitura dos saberes herdados juntamente com os novos conhecimentos da ciência moderna, fato que fez muitos livros serem escritos, destacando-se as enciclopédias. Elas tinham por objetivo reunir todos os saberes da época de forma ordenada, e classificada de maneira a melhorar a compreensão do público leigo em geral.

A enciclopédia não se restringia apenas a conhecimentos científicos, também podiam ser encontradas descrições detalhadas de artefatos técnicos e os processos de fabricação, porém poucos foram seus compradores entre as pessoas de posses, mas as edições

menores posteriores foram bem sucedidas, difundindo os conhecimentos para todas as classes sociais.

O mercantilismo, como era conhecido o conjunto de doutrinas econômicas que vigoravam no início do século XVIII, baseava-se na idéia de que a riqueza de uma nação vinha do saldo de sua balança comercial. Assim os países deveriam exportar mais do que importar, e para tanto, os governantes deveriam intervir diretamente na economia.

Os fisiocratas, filósofos franceses que passaram a estudar a economia pela ótica das leis de Newton, foram liderados por François Quesnay (1694-1774) e Anne-Robert Turgot (1727-1781), que defendiam a menor intervenção possível do Estado, pelo *laissez-faire* (deixar fazer) e *laissez-passer* (deixar passar). A ideia era que a economia se desenvolvesse naturalmente, assim como os corpos no mundo físico. Era defendida a tese de que, apesar de a manufatura e do comércio serem agentes econômicos relevantes, eles apenas transformavam o que era gerado no campo, estando aí a verdadeira riqueza.

A burguesia francesa nesse período ainda não havia alcançado o poder político, o que serviu para exigir maiores taxações das propriedades rurais, e também criticando a intervenção do estado, os burgueses procuravam diminuir o poder monárquico no regime ainda fortemente absolutista.

Graças ao panorama diferente da burguesia inglesa, que nesse período já havia alcançado o poder político por meio da monarquia constitucional, na qual o Parlamento moderava o poder do rei, as idéias contrapuseram-se às dos fisiocratas. Adam Smith (1723-1790) concordava quanto à menor intervenção possível na economia pelo Estado, mas discordava quanto à afirmação de que o trabalho era gerador de riqueza, independente do setor em que este fosse realizado. Para ele, as pessoas agiam por interesse próprio.

Importante não só para a perícia nesse período foi a obra “Dos Delitos e das Penas”, de Cesare Bonesana Beccaria, escrito em 1763 e publicado em 1764, onde tratava da objetividade do juiz dentro de um contexto social dominado pelo preconceito (BECCARIA, 2000).

Dentre diversos fatos analisados por Beccaria, como honra, duelo, acusações secretas, tortura, pena de morte, dentre outros, no capítulo 42, “Das Ciências”, trata da importância da análise científica para aplicação das penas, ou seja, o papel da busca da verdade real pelos chamados “homens das luzes” subsidiando as decisões judiciais, a fim de não se cometerem abusos contra o acusado, como a realização da tortura e até a aplicação da pena de morte em pessoas inocentes.

Dessa maneira, havia o esforço de consolidação da perícia como auxiliar do juiz, como aplicação da ciência, fundamentada em legislação positiva.

O marquês de Pombal, como era conhecido Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), foi ministro do Rei José I de Portugal, possuindo enorme poder, atuando praticamente como governante. Na primeira metade do século XVIII, Portugal ainda sofria com os horrores da Inquisição, com inúmeros portugueses mortos ou expulsos do país por motivos religiosos, e Pombal foi responsável por reformas consideradas essenciais no Reino, conforme BRAGA; GUERRA; REIS (2004).

Realizou reformas no plano econômico e cultural. A Companhia de Jesus tinha, desde o século XVI, enorme influência no ensino, e chegou ao século XVIII com a detenção quase total do sistema. A educação dava ênfase às idéias aristotélicas, procurando negar o desenvolvimento dado pela Revolução Científica.

Pombal então expulsou os jesuítas de Portugal em 1763 e estatizou o sistema de ensino. A intenção era romper com o passado, considerado retrógrado, atitude esta característica dos déspotas esclarecidos. Porém, ao expulsar a Companhia de Jesus, muitos dos jesuítas que não tinham visão conservadora foram embora também, gerando um problema de falta de professores que pudessem imediatamente preencher as vagas liberadas.

Equipou assim a Universidade de Coimbra com um gabinete completo de física para aulas experimentais, universidade que nunca havia tido influência jesuíta, convidando diversos professores estrangeiros para ensinar a prática experimental, em oposição à filosofia especulativa.

A expulsão dos jesuítas afetou o ensino básico na colônia brasileira, mas não mudou sua condição colonial, pois aqui não havia universidades ou editoras que publicassem livros. Não existiam condições para a disseminação cultural ou técnica, já que as riquezas iam diretamente para a metrópole. Por outro lado, a pequena burguesia brasileira que havia surgido pela exploração do ouro em Minas Gerais, influenciada pelo ideal iluminista, passou a pensar na independência do país.

Conforme SANTOS (19--?), as grandes codificações que se iniciaram com a Revolução Francesa tiveram a clara influência dos códigos napoleônicos.

O Código Civil francês de 1804, seguido pelo Código de Processo Civil de 1806, foi baseado na ordenança de 1667 e inspirou-se em princípios revolucionários, dentre eles, a liberdade de trabalho.

A Assembléia Constituinte deu tamanha importância à liberdade de trabalho que acabou por suprimir o privilégio profissional dos peritos oficiais, passando a permitir a livre escolha dos peritos em qualquer classe social, inclusive entre as pessoas cuja profissão não fosse a do objeto de litígio, bastando que tivessem competência especial sobre a matéria que deveria apreciar tecnicamente.

A legislação brasileira foi diretamente influenciada pelo código francês e pelas Ordenações Filipinas.

A afirmação também é válida para a Medicina Legal no período colonial, que também sofreu influências, mas em menor escala, dos italianos e alemães, quase não havendo influência portuguesa, apenas em alguns trabalhos referentes à Toxicologia, conforme CROCE, CROCE JUNIOR (2004).

LIMA (2008) informa que, com a chegada da família real ao Brasil, em 18 de fevereiro de 1808 foi assinada em Salvador, pelo Príncipe-regente D. João, a criação da Escola de Cirurgia da Bahia, então a primeira instituição de ensino superior brasileira, com papel preponderante do médico brasileiro e Cirurgião-Mor do Reino, José Correia Picanço, natural de Goiana, Pernambuco.

Em uma segunda fase da Medicina Legal, de acordo com CROCE, CROCE JUNIOR (2004), Agostinho José de Sousa Lima iniciou em 1818 o ensino prático da Medicina Legal, desenvolvendo a pesquisa laboratorial, até então limitada à Toxicologia, realizando também interpretações e comentários médico-legais em relação à nossa legislação, mesmo não havendo cursado Direito.

LIMA (2008) explica que, em 1832, um Ato da Regência do Império determinou que o Colégio Médico-Cirúrgico (assim denominado após mudança dada em 1815 por Carta-Régia de D. João VI) passasse a ser chamado de Faculdade de Medicina da Bahia, nome que permanece até a presente data.

Importante foi a participação de seus médicos na Revolta dos Malês, movimento de revolta dos negros islâmicos livres, ocorrido na cidade de Salvador, província da Bahia, em janeiro de 1835. Apesar de livres, eles eram discriminados por serem negros e islâmicos. Também tiveram participação importante na Sabinada, movimento revoltoso ocorrido na Bahia, de 1837 a 1838, liderada pelo médico Francisco Sabino Álvares da Rocha Vieira (conhecida, portanto, como Sabinada), que teve por objetivo instituir uma república baiana enquanto o herdeiro do trono imperial não atingisse a maioria legal, fazendo parte do conjunto de manifestações de insatisfação de algumas classes dominantes e populares diante da condução do governo monárquico pelas regências, que além de tratar e operar os feridos, também realizaram perícias nos mortos.

O Código Criminal, promulgado em 29 de novembro de 1832, trazia grande evolução em seu conteúdo progressista, inclusive no que concerne a perícia.

Em seu Capítulo IV, que trata da formação da culpa, trazia a seguinte redação²²:

CAPITULO IV

²² Lei de 29 de novembro de 1832, s.l., s.d., disponível [on line] in http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM-29-11-1832.htm [14-10-2009].

DA FORMAÇÃO DA CULPA

Art. 134. Formar-se-ha auto de corpo de delicto, quando este deixa vestigios que podem ser ocularmente examinados; não existindo porém vestigios, formar-se-ha o dito auto por duas testemunhas, que deponham da existencia do facto, e suas circumstancias.

Art. 135. Este exame será feito por peritos, que tenham conhecimento do objecto, e na sua falta por pessoas de bom senso, nomeadas pelo Juiz de Paz, e por elle juramentadas, para examinarem e descreverem com verdade quanto observarem; e avaliarem o damno resultante do delicto; salvo qualquer juizo definitivo a este respeito.

Art. 136. O Juiz mandará colligir tudo, quanto encontrar no lugar do delicto, e sua vizinhança, que possa servir de prova.

Art. 137. O auto de corpo de delicto será escripto pelo Escrivão, rubricado pelo Juiz, e assignado por este, peritos, e testemunhas.

Art. 138. O Juiz procederá a auto de corpo de delicto a requerimento de parte, ou ex-officio nos crimes, em que tem lugar a denuncia.

Art. 139. Os autos de corpo de delicto, feitos a requerimento de parte nos crimes, em que não tem lugar a denuncia, serão entregues á parte, se o pedir, sem que delles fique traslado.

Art. 140. Apresentada a queixa, ou denuncia com o auto do corpo de delicto, ou sem elle, não sendo necessario, o Juiz a mandará autuar, e procederá á inquirição de duas até cinco testemunhas, que tiverem noticia da existencia do delicto, e de quem seja o criminoso.

Art. 141. Nos casos de denuncia, ainda que não haja denunciante, o Juiz procederá á inquirição de testemunhas na fórma do artigo antecedente, fazendo autuar o auto de corpo de delicto, se o houver.

Art. 142. Estando o delinquente preso, ou afiançado, ou residindo no Districto, de maneira que possa ser conduzido á presença do Juiz, assistirá á inquirição das testemunhas, em

cujo acto poderá ser interrogado pelo Juiz, e contestar as testemunhas sem as interromper.

Art. 143. Da inquirição das testemunhas, interrogatorio, e informações, se lavrará termo, que será escripto pelo Escrivão, e assignado pelo Juiz, testemunha, parte, e informantes, guardada a disposição do art. 89.

Art. 144. Se pela inquirição das testemunhas, interrogatorio ao indiciado delinquente, ou informações, a que tiver procedido, o Juiz se convencer da existencia do delicto, e de quem seja o delinquente, declarará por seu despacho nos autos que julga procedente a queixa, ou denuncia, e obrigado o delinquente á prisão nos casos, em que esta tem lugar, e sempre a livramento.

Art. 145. Quando o Juiz não obtenha pleno conhecimento do delicto, ou indícios vehementes de quem seja o delinquente (não se tratando de crimes politicos), declarará por seu despacho nos autos que não julga procedente a queixa, ou denuncia.

Art. 146. Procedendo a queixa, ou denuncia, o nome do delinquente será lançado no livro para isso destinado, o qual será gratuitamente rubricado pelo Juiz de Direito, e se passarão as ordens necessarias para a prisão.

Art. 147. A formação da culpa terá lugar, em quanto não prescrever o delicto, e proceder-se-ha em segredo sómente, quando a ella não assista o delinquente, e seus socios.

Art. 148. A qualquer que fôr preso sem culpa formada dentro em vinte e quatro horas contadas da entrada na prisão, sendo em cidades, villas, ou outras povoações proximas aos lugares da residencia do Juiz; e em lugares remotos dentro de um prazo razoavel, proporcionado á distancia daquelle, onde foi commettido, o delicto, contando-se um dia por cada tres leguas, o Juiz por uma nota por elle assignada, fará constar ao réo o motivo da prisão, os nomes do seu accusador, e o das testemunhas, havendo-as.

Entender-se-hão por lugares proximos á residencia do Juiz todos os que se comprehenderem dentro do espaço de duas leguas.

A formação da culpa não excederá o termo de oito dias, depois da entrada na prisão, excepto quando a affluencia de negocios publicos, ou outra diffculdade insuperavel obstar, fazendo-se com tudo o mais breve que fôr possivel.

Art. 149. O Juiz de Paz ainda que pelas primeiras informações não obtenha o conhecimento de quem é o delinquente, não deixará de proceder contra elle em qualquer tempo, que seja descoberto, em quanto não prescrever o delicto.

Observa-se que o Juiz de Paz era o responsável pela determinação dos peritos que participariam de cada perícia em especial, inclusive assinando o laudo juntamente com estes.

A alteração do código criminal, em 1841, trouxe, dentre outras, a criação dos cargos de Chefe de Polícia, Delegados e Subdelegados, ficando criada então a chamada “polícia judiciária”, que tinha também a responsabilidade sobre a realização do corpo de delicto (PIERANGELLI - 1983).

Quanto ao exame de corpo de delicto indireto, não mais havia determinação do número de testemunhas a serem inquiridas²³, ficando o texto com a seguinte redação:

Art. 47. Nos crimes que não deixão vestigios, ou de que se tiver noticia quando os vestigios já não existão, e não se possão verificar ocularmente por um ou mais peritos, poder-se-ha formar o processo independente de inquirição especial para corpo de delicto, sendo no summario inquiridas testemunhas, não só a respeito da existencia do delicto, e suas circunstancias, como tambem ácerca do delinquente.

²³ Lei Nº 261, de 3 de dezembro de 1841, s.l., s.d., disponível [on line] in http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM261.htm [14-10-2009].

Curioso é o fato trazido por J. L. Zarzuela, M. Matunaga e P. L. Thomaz²⁴, um Auto de Exame de Corpo de Delito fotocopiado, de 1865, ocorrido na Vila de Xiririca, Comarca de Iguape, Província de São Paulo.

Consta como examinado um escravo de nome Plácido que, pelas conclusões dos peritos João Coelho Soares da Silveira e Bento Antonio de França, foi a óbito por afogamento em 24 de março daquele ano.

O laudo, escrito à mão por um calígrafo escrivão, informa que o documento se trata de auto de exame e corpo de delito realizado no mencionado escravo que pertencia à fazenda do “finado” Manoel Francisco da Silva.

Encontram-se ainda todos os elementos necessários legalmente para a validade do laudo, conforme o Código Criminal e alterações: a nomeação dos peritos, a redação do laudo dada pelo escrivão, assinatura pelo subdelegado, peritos e testemunhas, assim como os quesitos a serem respondidos.

Quanto aos quesitos, estes foram: 1º-Se houve morte; 2º-Qual sua causa imediata; 3º-Qual o meio empregado que a produziu; 4º-Se a morte foi causada por veneno, incêndio ou inundação; 5º-Qual a espécie de veneno, qual o gênero do incêndio ou da inundação; 6º-Se era mortal o mal causado, e 7º-Se não sendo mortal o mal causado, dele resultou a morte por falta de cuidado do ofendido.

Desta maneira, procederam aos exames os peritos que concluíram: 1º-Sim; 2º-Ter sido afogado na água; 3º-Que lhes constava ter sido submergido com uma canoa; 4º-Não; 5º-respondido com o 4º; 6º-Sim e ao 7º-Prejudicado.

Já na área Cível, o arbitramento, segundo CINTRA, GRINOVER, DINAMARCO (2001), era o nome dado a todo tipo de perícia até então. Isso estava previsto no Regulamento 737, de 25 de novembro de 1850, editado pelo Governo Imperial, tornando-se o primeiro código processual

²⁴ *Laudo Pericial – Aspectos Técnicos e Jurídicos*, São Paulo, RT, 2000, p. 351-365.

brasileiro, inicialmente concebido para “determinar a ordem do juízo no processo comercial” (artigo 27, título único do Código do Comércio).

O Regulamento ensejou opiniões contraditórias entre os processualistas, e foi considerado por alguns “um atestado da falta de cultura jurídica no campo do direito processual, da época em que foi elaborado” e por outros “o mais alto e notável monumento legislativo do Brasil, porventura o mais notável código de processo até hoje publicado na América”. Atualmente é considerado importante dentro de sua perspectiva histórica, do ponto de vista da técnica processual, principalmente quanto à economia e simplicidade do procedimento.

Fato é que o Decreto Imperial Nº 737²⁵, conhecido como Regulamento 737, tratou profundamente da matéria perícia, conforme se observa a seguir:

SECÇÃO VII

Do arbitramento

Art. 189. O arbitramento terá logar ou nos casos expressos no Codigo (arts. 80, 82, 95, 194, 201, 209, 215, 749, 776 e outros), ou quando o facto do qual depende a decisão final carece do juizo, informação, ou avaliação dos homens da arte, ou peritos.

Art. 190. quando ás partes convier o arbitramento, devem require-lo na acção, contestação ou allegações finaes.

Art. 191. Proceder-se-ha ao arbitramento na dilação probatoria, sendo anteriormente requerido pelas partes, ou nos casos em que o Codigo o exige: terá porém logar afinal quando for decretado pelo Juiz ou ex officio, ou a requerimento das parte.

Art. 192. A louvação será feita na audiencia aprazada, nomeando cada uma das partes os seus arbitradores em numero igual. Este numero será marcado pelo Juiz, salvo si as partes acordarem em um só.

²⁵ Decreto nº 737, de 25 de novembro de 1850, s.l., s.d., disponível [on line] in http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Historicos/DIM/DIM737.htm [14-10-2009].

Art. 193. Na mesma audiencia nomearão as partes o terceiro arbitrador, e si não se accordarem será a nomeação feita pelo Juiz d'entre as pessoas propostas por elles em numero igual.

No acaso de revelia de algumas das partes, a nomeação do terceiro si fará sem dependencia de proposta.

Art. 194. Ao Juiz compete a nomeação dos arbitradores ou a revelia das partes, ou quando o arbitramento for ex officio, ou quando houver segundo arbitramento ou divergencia dos tres arbitradores (art. 200).

Art. 195. No mesmo acto e audiencia, depois da louvação das partes ou nomeação do Juiz, podem as mesmas partes averbar de suspeito o arbitrador ou arbitradores, louvados ou nomeados.

A suspeição só pode fundar-se nos motivos declarados no art. 86.

Art. 196. O Juiz na mesma audiencia ou até á seguinte tomará conhecimento verbal e summario da questão, reduzindo a termo a suspeição, interrogatorios, inquirição e demais diligencias a que proceder e a sua decisão, da qual não haverá recurso.

Art. 197. Os tres arbitradores consultaram entre si, e o que resolverem por pluralidade de votos será reduzido a escripto pelo terceiro arbitrador e assignado por todos cumprindo ao vencido declarar expressamente as razões de divergencia.

Art. 198. Si nenhum acordo houver, e forem os tres arbitradores de opinião diversa, cada um escreverá o seu laudo como entender, dando as razões em que si funda e impugnando os laudos contrarios.

Art. 199. O arbitramento no caso de accôrdo, ou os laudos, havendo divergencia, serão escriptos em termos claros e precisos, e conforme aos quesitos propostos.

Os quesitos dos Advogados serão apresentados na audiencia da louvação, e os do Juiz virão insertos ou mencionados no despacho pelo qual fôr o arbitramento decretado ou aprazado.

Art. 200. O Juiz não é adstricto ao arbitramento e póde mandar proceder a segundo no caso de divergencia dos tres arbitradores (art. 198).

Art. 201. Nomeados os arbitradores, serão notificados para prestar juramento.

Si não aceitarem a nomeação proceder-se- ha a novo arbitramento.

Art. 202. Prestado o juramento, si não comparecerem no dia e lugar designado, ou não derem o laudo, ou concorrerem para que o arbitramento não seja feito no termo assignado, que o Juiz prorogará razoavelmente, serão multados de 50% a 100%, e pagarão as custas do retardamento e despesas do novo arbitramento, ao qual se procederá nomeando o Juiz o arbitrador ou arbitradores em logar dos que faltarem.

Art. 203. A referida multa é municipal e será cobrada executivamente.

Art. 204. Todavia será transferido o dia do arbitramento, ou prorrogado o termo para elle assignado e não haverá logar a disposição do art. 202, si a parte contraria concordar na transferencia ou prorogação.

Art. 205. O Juiz deve denegar o arbitramento, quando o facto depende sómente do testemunho commum, e não do juizo especial de peritos, ou quando delle não depende a decisão da causa.

Pode-se observar que o arbitramento devia ser solicitado pelas partes. Quando não houvesse acordo entre as partes para a escolha de um único perito, eram eleitos por elas. Os peritos seriam então notificados quanto a sua escolha, e fariam o juramento de servir à justiça bem e fielmente. A exceção era em caso da escolha ser realizada *ex-officio*, pelo juiz.

Era então realizada a “louvação” do perito, ou seja, na audiência o juiz nomeava os árbitros que haviam sido escolhidos previamente pelas partes.

Caso as partes não escolhessem os peritos, o juiz o fazia *ex-officio*, não havendo a necessidade do ato da louvação, uma vez que o

ato servia para designar a escolha ou nomeação das pessoas, a quem se atribui o encargo e poder de dar opinião acerca de determinada controvérsia.

A parte contrária poderia argüir suspeição contra os peritos louvados por uma das partes.

Era dever dos louvados fazer mútua consulta entre si antes da emissão do parecer, que era reduzido a escrito, e eram emitidos os laudos de acordo com as divergências.

O arbitramento não restringia o juiz, que podia determinar a outro perito em caso de divergência entre os três arbitradores.

As regras continuaram valendo no período de dualidade processual, período que vai de 1891 a 1934 em que era permitido aos Estados legislar sobre Direito Processual, e foram acolhidas pelos códigos estaduais, e posteriormente, mantiveram a forma com o restauro da unicidade.

4. O Panorama mundial da perícia no século XIX

No século XIX a perícia foi disseminada graças aos ideais iluministas e a nova visão científica, com a criação de diversas agências de investigação criminal não só na Europa, mas também na América do Norte.

Na França, a *Brigade de La Sûreté* utilizava técnicas avançadas para a época na investigação de crimes. François Eugène Vidocq (1775-1857), personagem lendário, passou de condenado, procurado pela Justiça por fugir da cadeia, a fundador e diretor da *Sûreté*.

Graças ao perfil de Vidocq, que possuía amigos influentes, sendo inclusive agraciado com honras por Napoleão após recuperar um colar de esmeraldas furtado da imperatriz Josephine, foram utilizadas diversas técnicas inéditas à época, como a análise de impressões digitais, análise de projéteis balísticos, análise grafotécnica e testes sanguíneos, por exemplo.

Mantinha ainda um arquivo sistemático de criminosos (por volta de 60.000, cuidadosamente catalogados) com o chamado *modus operandi*, ou seja, a forma de agir de todos os criminosos por ele encarcerados, conforme EDWARDS (1977).

A idéia de Vidocq de criar uma agência de investigações governamental que contasse com tecnologia de ponta e a chamada “inteligência”, ou seja, coleta e análise de provas e informações de crimes por investigadores que possuíssem qualificação, foi copiada por diversos países como Inglaterra, o Império Russo e os então longínquos Estados Unidos da América.

MITTERMAYER (1909) trouxe em sua obra, intitulada *Tratado da Prova Criminal*, importante contribuição à perícia, tratando de questões como a diferenciação entre a “vistoria”, ato realizado pelo perito, e a “inspeção judicial”, ato realizado pelo juiz, que pessoalmente inspeciona o corpo de delito.

Até então muitas legislações tratavam a vistoria, ato este privativo do perito, e hoje chamado de perícia, por inspeção judicial, confundindo assim os conceitos e a própria natureza do ato.

Karl Joseph Anton Mittermayer, que era professor da Universidade de Heidelberg, dizia em sua obra, escrita originalmente em 1834, que a vistoria não é um tipo de inspeção judiciária, e os atos têm naturezas diferentes, sendo a inspeção o ato de o juiz constatar por si mesmo uma situação, enquanto na vistoria, não obstante ter sido tomado como auxiliar do magistrado, o perito imprime um juízo de valor ao qual é oriundo de seu conhecimento prático.

Em alguns casos o exame dos peritos pode coincidir com o do juiz (por exemplo, quando inspecionando um cadáver, no mesmo momento em que o perito realiza a necropsia, o juiz tenta descobrir todas as possíveis circunstâncias para decidir se houve suicídio ou homicídio, ou ainda descobrir o agente), ou abordar os mesmos fatos, já observados pelo juiz e que estão sujeitos à percepção imediata dos sentidos (como a posição de um cadáver, sobre o ferimento no qual se acham gotas de sangue), sendo os peritos obrigados a fundamentar o laudo exigido.

O juiz, ao convocar os peritos, não tem por objetivo que estes o coloquem em posição de observar pelos seus olhos (senão em raros casos, como por exemplo, uma vez levantado o externo do cadáver na necropsia, o juiz examina a trajetória do projétil), mas trazer à luz os fatos como realmente ocorreram, já que somente seu olhar prático poderá determinar a existência de determinadas situações (por exemplo, observando pela cor dos pulmões, se havia a presença de tubérculos, etc.). Dessa forma, a vistoria, mesmo com a participação do juiz, é um meio pelo qual o perito chega a uma conclusão técnica esperada.

Dizia ainda Mittermayer que os peritos não são testemunhas ou simples auxiliares judiciais, porque quando chamados para dizerem se tal fato é possível ou não, em suas palavras, ele “julga” (imprime um juízo de valor), não sendo também testemunhas, porque nada viram.

Quando os peritos pronunciam-se sobre determinados fatos que necessitam de uma manifestação técnica, isto seria apenas semelhante a um testemunho (manifestar-se quanto ao estado gravídico de uma mulher, por exemplo), nunca podendo ser realmente uma testemunha, porque esta nunca precisa motivar o que viu, ou ainda explicar-se

em qualquer termo do processo, nem é necessário que esta tenha prazo para uma reflexão, o que não ocorre com o perito, que precisa justificar seu laudo e precisa ainda de um prazo de reflexão para amadurecê-lo, aplicando teses científicas, cotejadas com suas experiências.

As testemunhas também prestam depoimentos isoladamente, enquanto os peritos podem se reunir, deliberar quanto ao caso e até emitir um parecer conjunto.

Mittermayer não considerou também serem os peritos simples auxiliares judiciais, já que estes são independentes em seu laudo, ignoram o que está fora de seus conhecimentos especiais e serve sua opinião para determinar a convicção do magistrado, sem que ela tenha sido influenciada pelo “magistrado instrutor que dirigiu as investigações”²⁶.

Afastou também a função do perito da função dos árbitros, já que aquele constitui prova *sui generis*, sujeita a regras próprias, científicas, diferente destes, que tinham o papel de “preparar” o julgamento para o juiz, cabendo a este apenas ratificar aquela decisão prévia. O juiz fundamenta sua decisão na resposta do perito sobre determinada questão, confiando o juiz nos fundamentos apontados por este, contando com sua lealdade e acreditando que naquela questão foram aplicadas leis científicas, partindo da experiência própria do perito.

Trouxe também algumas regras para aplicação da perícia, catorze ao todo, cabendo aqui apontar as seguintes:

4º - O primeiro dever do magistrado, em matéria de vistoria, é designar sempre na especie os homens mais aptos pela sua sciencia e pela sua habilidade pratica, para observarem os factos, como convém, e aprecial-os racionalmente. Quando a accusação versa sobre um caso de envenenamento, não seria prudente chamar qualquer medico, pois que não se póde esperar que elle esteja bastante familiarisado com questões tão delicadas e que possua os instrumentos e aparelhos

²⁶ Neste período, na Alemanha, havia a figura do magistrado instrutor, que conduzia as investigações, fazendo o papel, atualmente, da polícia judiciária.

necessarios para proceder com segurança as experiencias, de ordinario difficeis, que tem por fim a pesquisa do veneno. N'este caso, é melhor escolher para perito um pharmaceutico habilitado, ou chimico habil. (MITTERMAYER, 1909, p. 187-188)

E também:

10º ... E' mister que os quesitos não sejam demasiadamente circunscriptos, para que os peritos possam explicar-se perfeitamente; de outro modo, haveria lentidão na instrucção, se mais tarde fosse necessário proceder-se a novas diligências. Mas também é mister que o juiz evite o defeito contrario, pois que demasiadas generalidades e termos por demais vagos obrigariam o perito a dar respostas não cathgoricas. (MITTERMAYER, 1909, p. 193)

Continuando:

14º O inquiridor, na qualidade de director do processo deve ter sempre o cuidado de examinar se o relatório dos peritos está em harmonia com o objecto sobre o qual deverá versar a sentença definitiva, porque o seu primeiro dever é transmittir aos juizes do plenario os materiaes completos da sua decisão. D'aqui não se deprehenda que em nossa opinião o parecer dos peritos e a sua verdade material devem estar sujeitos a uma nova experiencia scientifica e que reconhecemos ter o inquiridor um direito de opinião soberana (super arbitrium); o que queremos dizer simplesmente é que o magistrado deverá examinar se as conclusões do relatório correspondem ao fim ultimo do processo.

...

Se por acaso o parecer dos peritos não lhe parecer satisfactorio a todos os respeitos, deverá logo esclarece as duvidas e completar as lacunas, antes de inserir nos autos o processo verbal, como nos seguintes casos: quando o laudo não estiver motivado; quando carecer de precisão e clareza;

quando não tiver em consideração os factos importantes já descobertos no processo; quando os peritos estiverem em contradicção com as mais recentes experiencias; e quando graves questões ficarem sem solução. O inquiridor proporá logo suas duvidas aos peritos e lhes apresentará novos quesitos. Se a segunda resposta ainda não der os resultados esperados, e o magistrado perceber que os peritos observam partindo de um ponto de vista demasiadamente exclusivo, deverá apressar-se em chamar os outros para examinarem, a novo, os objectos sujeitos á verificação, se a inspecção ocular é ainda possível, ou o caso contrario, para darem ao menos seu parecer. ... (MITTERMAYER, 1909, p. 195-196)

Observa-se pelo texto transcrito que o autor envolve tanto o perito como o magistrado na obrigação de trazer ao processo a verdade real: ao perito cabe a provar cientificamente o que houve, e ao juiz cabe o julgamento embasado na verdade apontada cientificamente. Esta posição se contrapõe à pratica corrente da época, ou seja, o magistrado se embasava apenas nas suas convicções religiosas e pessoais, não se atendo a descobrir o que realmente aconteceu. Desta maneira, demonstrou o autor que a perícia é uma atividade interdisciplinar, já que envolve juiz e perito no processo.

Tratou também dos diversos tipos de crimes e quais tipos de perícias deveriam ser aplicados. Basicamente, a maioria deles trata de crimes contra a pessoa, ou seja, perícias do tipo médico-legal, porém também tratou outros tipos de perícias, inclusive de engenharia, da seguinte maneira:

8º No caso de furto, a vistoria serve, quer para avaliar os objetos furtados, quer para verificar porque meios o furto foi praticado.

9º nas averiguações sobre o caso de incendio os peritos teem de decidir ou que o fogo não podia deixar de ter sido posto pela mão do homem, ou que deve antes ser attribuido a causas naturaes, tais como a inflamação expontanea de certas materias, e também tem de averiguar se o incendio podia ter sido ateado do modo allegado pelo accusado e ter-se

desenvolvido do modo porque o foi. (grifos nossos).
(MITTERMAYER, 1909, p. 201)

É curioso o fato assinalado, que demonstra a tese de combustão espontânea de determinados materiais, aceita por alguns pesquisadores da época, citando em nota Hitzig, ou Edward Hitzig, neurologista e neuropsiquiatra alemão, que realizou estudos sobre a excitabilidade elétrica do cérebro, mencionando um artigo de uma conceituada revista científica sobre uma perícia realizada, porém não trazendo maiores detalhes. Outro fato curioso é o comentário feito também em nota de rodapé que faz sobre a averiguação de incêndio pelos peritos, e observa que nem sempre é conveniente chamar os “físicos, ou os homens profissionais” para tal tarefa, pois outros seriam também aptos a dizer como se iniciou o incêndio citando, como exemplo, que em certos países, os pastores que acendem fogo nos campos podem dar explicações satisfatórias.

Considerações também foram feitas quanto à apreciação pelo magistrado da força probatória da perícia, com uma análise das diversas possibilidades de apreciação do laudo realizado pelos peritos, principalmente quanto aos fatos a serem analisados.

Hans Gustav Adolf Gross, magistrado austríaco e professor de direito penal, publicou em 1891, o *Guia prático para Instruções Criminais*, o qual foi considerado por muitos como o primeiro manual prático de investigação criminal, e pai da criminalística, conforme INMAN, RUDIN (2001).

Em sua obra, aborda questões de como o magistrado deve se utilizar da perícia, como deverá ser sua relação com os peritos e também como os peritos devem realizar seu ofício, de maneira que haja uma interação entre o magistrado e o técnico, interdisciplinarmente, principalmente no capítulo “Dos peritos e da forma de se servir de seus trabalhos”, em GROSS (1909).

Aborda também o fato de tratar com maior atenção as perícias médico-legais, faz observações sobre o que deve observar o perito e o que é importante ao magistrado perguntar ao perito médico, e traz conceitos importantes para a perícia em geral, como por exemplo:

Por outro lado, conforme mencionamos, não é necessario fazer ao perito, especialmente quando medico, perguntas muito minuciosas e absurdas, mesmo para não tolher ao medico todo o seu ardor e vontade de tabalhar em volta de assumptos e problemas insolueis, com receio de se expor a um seguro insucesso. Especialmente aos medicos de aldeia, muito velhos ou muito novos, que apesar de excellentes profissionaes não possuem a necessaria preparação medico-legal, raras vezes teem a coragem de responder <<não sei>> ás perguntas que lhe são dirigidas, e dão ao contrario respostas que não tem base alguma nem valor scientifico.

E é necessario lembrar, por vezes ao proprio perito, que os conhecimentos scientificos progridem e que por isso tambem a medicina-legal varia e progride nas suas applicações praticas. (GROSS, 1909, p. 112)

Observa-se a preocupação com a evolução científica em geral, alertando tanto o perito quanto o magistrado que a ciência não é estática, e que esta evolução deve ser acompanhada.

Outra preocupação se dava quanto à relação entre o perito e o magistrado, que segundo Gross, deveria ser a mais estreita possível para que houvesse interação entre ambos os profissionais, conforme podemos observar a seguir:

§2º - Exames por peritos e peritos medico-legaes. – As relações entre juizes e peritos, particularmente peritos medico-legaes, com que mais frequentemente e nos casos de maior importância o juiz mantem relações, deveriam ser mais estreitas e continuadas que os simples contactos formaes e profissionaes; devia mesmo estabelecer-se entre elles uma collaboração voluntaria e familiar, solida pelo reciproco conhecimento e confiança e pelo equal interesse na causa commum, como eu experimentei n'uma ininterrupta cooperação de cinco annos com um medico. Porque n'estas mais estreitas

e intimas relações o juiz aprende sempre melhor a conhecer quando pode interrogar com sucesso um perito medico, o que é ainda o ponto mais difficil, mesmo quando não pareça haver ahi probabilidade alguma de resposta, por ex., pelo que respeita ao tempo decorrido desde o crime. (GROSS, 1909, p. 113)

Tratou ainda de técnicas periciais, como por exemplo, técnicas para conservação de cadáveres e de partes de cadáveres, com a utilização de produtos químicos, e também incentivou o estudo por parte dos magistrados de áreas de conhecimento que auxiliassem na formulação de quesitos, como se pode observar a seguir:

Certamente que, para desempenhar o seu cargo com plena consciência e para saber apreciar no seu justo valor os pareceres dos peritos, convem ao juiz adquirir uma certa cultura de psychologia forense, não só lendo quaesquer tratados, mas assistindo tambem, logo que possa, a um curso de lições sobre as doenças mentaes, onde elle aprenderá a conhecer melhor, que por qualquer descripção, a verdadeira symptomatologia das doenças mentaes: o olhar vago, os discursos incoerentes e os reflexos lentos, exagerados... (GROSS, 1909, p. 124)

Tratou de vários tipos de perícias, como grafotécnicas, odontológicas, microscópicas em manchas e vestígios, pelos, falsificações, armas, trazendo conceitos muito importantes quanto ao modo de agir tanto do perito como do magistrado, conforme transcrito em seguida:

a) Sobre as armas e em geral sobre os instrumentos: mesmo prescindindo das do sangue, podem encontrar-se outras manchas significativas: no terçado de um soldado, por ex., que tinha morto um individuo, não se encontrou vestigio algum de sangue, mas sim um fio de herva fresca, engastado n'uma pequena fenda: o possuidor do terçado, assim descoberto,

confessou com effeito ter limpo a sua arma do sangue na herva e te-la depois esfregado com um pano: mas o fiosinho de herva tinha-se conservado adherente.

Este facto demonstra ainda que não se deve limitar demasiadamente a faculdade de apreciação do perito; uma investigação restricta ao sangue teria aqui, por ex., sem mais obtido um resultado negativo; e alem d'isso demonstra com é util informar o perito de toda a questão, para que elle possa orientar-se por si e alargar a suas investigações e dirigi-las na direcção mais opportuna. (GROSS, 1909, p. 158)

Quanto aos exames periciais, trouxe técnicas muitas vezes simples, que poderiam auxiliar os profissionais técnicos e magistrados nas investigações, como por exemplo, quando tratou do exame microscópico em poeira encontrada em uma vestimenta abandonada, conforme observamos a seguir:

O exame microscópico da poeira, que se recolheu sacudindo dentro de um sacco de papel bem fechado um fato encontrado ao abandono n'uma estrada e cujo proprietario era desconhecido, serviu para identificar: a poeira era de facto composta quasi exclusivamente de fibras lenhosas finamente pulverisadas, e por ahi pode admittir-se que o fato pertencia a um marceneiro, a um serrador ou a um carpinteiro – e provavelmente a um marceneiro, porque no pó havia também partículas de grude. (GROSS, 1909, p. 160)

Observa-se que aliada às técnicas simples também utilizava-se uma cadeia lógica de pensamentos, que deveria ser observada por todos os envolvidos nas análises, confirmando, inclusive teoria posteriormente aceita, ou melhor elaborada, por Edmond Locard, conforme podemos observar:

γ) Manchas sobre os vestidos. – Estes constituem um verdadeiro e precioso archivo onde devem sempre fazer-se cuidadosas e pacientes investigações, mesmo alem das

relativas a manchas de sangue e de esperma. Nem mesmo deve o juiz confiar n'uma observação feita a olho nu, mas sim recorrer sempre ao microscópio que nos revela inesperadas particularidades, que, mesmo sem estarem intimamente ligadas ao crime, podem sempre ter um certo valor judicial, por isso que proveem do ambiente em que o individuo vive, e dos objectos com que está em contacto. Uma vez encontrou-se nas calças de um individuo accusado de homicídio uma mancha, que o exame químico microscópico demonstrou ser composta de uma mistura de cinza, madeira e grude, isto é uma massa de marceneiro. As explicações que o accusado deu sobre a proveniencia d'esta mancha, de resto indifferente para o crime, foram reconhecidas como falsas, e levantaram assim na auctoridade graves suspeitas sobre a sua culpabilidade, que depois foi comprovada. (Grifos nossos). (GROSS, 1909, p. 161)

Observa-se no trecho acima o que mais tarde Edmond Locard traria em sua obra (conforme se verá adiante) e ficaria conhecido como “Princípio de Locard”.

Tratou ainda de perícias químicas e também físicas, englobando aí as relativas às Engenharias, demonstrando a importância desses peritos no auxílio à solução de crimes, por ser uma ciência “totalmente estranha à cultura do juiz”, conforme podemos observar:

§5º. – Investigações periciaes relativas a sciencias physicas. – Nem sempre é fácil saber quando uma pessoa experimentada nas sciencias physicas possa ajudar-nos nas investigações judiciais, porque é necessário reconhecer e recordar alguma cousa d'aquellas sciencias, muito vagas e estranhas á cultura pessoal do juiz, para que este saiba e possa invocar em tempo o seu auxilio. Por isso o juiz fará bem em se conservar aos correntes dos mais importantes e novos resultados das descobertas scientificas, mesmo n'este campo, apesar de se afastar muito das suas occupações mentaes ordinárias,

pensando sempre nos casos praticos em que possa ter necessidade de recorrer ao seu auxilio. (GROSS, 1909, p. 165)

Abordou ainda temas como a utilização da fotografia como auxiliar da criminologia, utilizando-a para fotografar objetos e locais, a fim de complementar o laudo pericial em casos de difícil solução, sugerindo técnicas para sua utilização.

Outra importante contribuição foram os modelos de fichas antropométricas sugeridas para cadastro de delinqüentes, utilizadas até hoje pela Polícia Civil do Estado de São Paulo (ver anexos).

Edmond Locard (1877-1966) estudou medicina e direito em Lyon, foi assistente de Lacassagne e, posteriormente diretor do Laboratório de Polícia Técnica de Lyon, e deixou grande contribuição para a análise científica de vestígios em locais de crime.

Em sua obra *A Investigação Criminal e os Métodos Científicos*, com claras influências Iluministas, traz o chamado “Princípio de Locard”, onde “todo contato deixa um rastro”. Sua obra é um conjunto casuístico de diversas investigações criminais por ele realizadas.

O fato curioso é que o “princípio” atribuído à Locard, apenas se depreende da inteligência de toda sua obra, como no trecho a seguir transcrito:

A verdade é que ninguém pode agir com a intensidade que a ação criminal supõe, sem deixar inúmeros vestígios da sua passagem. Gostaria de poder mostrar directamente a extrema variedade dêsses vestígios, não que possa tratar-se de escrever aqui um tratado de perícia criminal, mas com o fim de mostrar a flexibilidade e o poliformismo do método. Os indícios cuja utilização quero mostrar aqui, são de duas espécies: umas vezes o malfeitor deixou marcada a sua passagem no local do crime, outras, por uma acção inversa, levou no seu corpo ou no vestuário, os indícios da sua estada ali ou do seu gesto. (LOCARD, 1939, p. 153)

Não obstante a importância da obra de Locard, outros autores já haviam tratado do assunto em suas obras, como Hans Gross e Mittermayer, porém não de maneira tão detalhada quanto ele o fez.

5. Uma visão do Século XX

Após a queda do Império, em 1902, e as alterações legislativas que permitiram uma reestruturação na atividade policial, no Rio de Janeiro, segundo BOMBONATTI (SD) e no mesmo sentido GOMIDE e GOMIDE (2005), José Alves Felix Pacheco iniciou a tomada da impressão digital nas fichas antropométricas, e em 17 de julho de 1902 foi inaugurado em São Paulo o gabinete de identificação antropométrica, tendo a fotografia como elemento auxiliar da identificação.

Promulgada a lei Nº 947, de 29 de dezembro de 1902, criou-se a identificação dactiloscópica no Rio de Janeiro, ainda capital do Brasil.

Já em 05 de fevereiro de 1903, foi regulamentada a lei 947, pelo decreto Nº 4764, instituindo o sistema dactiloscópico Vucetich, no Rio de Janeiro. Nesse mesmo ano, Bertillon anexou a datiloscopia ao sistema antropométrico de sua criação.

Em 29 de julho do mesmo ano é expedida a primeira carteira de identidade, então denominada "ficha passaporte" ou "cartão de identidade", ainda usando dados antropométricos juntamente com a datiloscopia.

Em 5 de novembro de 1910, foi inaugurado o novo prédio da Polícia Central do Rio de Janeiro, importante obra arquitetônica do afamado arquiteto Heitor de Mello, realizada em estilo eclético francês, onde, nas modernas instalações policiais, a investigação criminal realizada pelas delegacias auxiliares era favorecida pelas constatações científicas dos gabinetes periciais. Nesse edifício nascem, em 1912, a Escola de Polícia Científica do Rio de Janeiro e o Museu do Crime.

O Instituto de Criminalística de São Paulo²⁷ que também é conhecido como a Polícia Técnica, foi criado em 30 de dezembro de 1924, pela Lei n.º 2.034, sob a denominação de Delegacia de Técnica Policial,

²⁷ *Histórico do Instituto de Criminalística de São Paulo - "Perito Criminal Dr. Octávio Eduardo de Brito Alvarenga"*, s.l., s.d., disponível [on line] in <http://www.polcientifica.sp.gov.br/sptc/instCrim.aspx> [14-10-2009].

subordinada ao Gabinete Geral de Investigações, cujo objetivo é realizar exames periciais. Em 1926 passou a ser chamada de Laboratório de Polícia Técnica.

Em 1929, assumiu a direção do Laboratório o perito Octávio Eduardo de Brito Alvarenga, aposentando-se em 1955, e tendo hoje seu nome no Instituto de Criminalística.

O Laboratório de Polícia Técnica transformou-se em Instituto de Polícia Técnica em 1951 e passou a ter seções especializadas. Em 1961, foram criados Postos de Polícia Técnica nas cidades de Araçatuba, Araraquara, Assis, Barretos, Bauru, Botucatu, Campinas, Casa Branca, Guaratinguetá, Itapetininga, Jaú, Marília, Piracicaba, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, Sorocaba e Taubaté, e em 1952, foram criados postos em Guarulhos, Santo André, São Caetano e São Bernardo do Campo.

Em 1975, pelo Decreto nº 5821, o Instituto de Polícia Técnica passou a ficar subordinado ao Departamento Estadual de Polícia Científica, com o nome de Divisão de Criminalística, e foi reorganizado pouco tempo depois, passando a ser chamado de Instituto de Criminalística, conforme o Decreto nº 6919.

A Lei nº 6290 mudou o nome de Instituto de Criminalística para “Instituto de Criminalística Dr. Octávio Eduardo de Brito Alvarenga”, e com a criação da Superintendência da Polícia Técnico-Científica (SPTC), em 1998, o Instituto se tornou um dos dois órgãos subordinados à SPTC, ao lado do Instituto Médico Legal.

Atualmente o Instituto de Criminalística tem por atribuição auxiliar a Justiça, fornecendo provas técnicas acerca de locais, materiais, objetos, instrumentos e pessoas, para a instrução dos processos criminais, e está estruturado por núcleos de perícia na Grande São Paulo e no Interior, contando com núcleos que realizam perícias especializadas (Acidentes de Trânsito, Crimes Contábeis, Crimes Contra o Patrimônio, Crimes Contra a Pessoa, Documentoscopia, Engenharia, Perícias Especiais, Identificação Criminal e Perícias de Informática) e aqueles responsáveis por exames, análises e pesquisas (Análise Instrumental, Balística, Biologia e Bioquímica,

Física, Química e Exames de Entorpecentes), estando todos os núcleos especializados sediados na Capital, junto à sede do IC.

O Código de Processo Penal de 1941, ainda em vigor com algumas alterações, trata do perito em seu capítulo VI, artigos 275 a 278:

CAPÍTULO VI

DOS PERITOS E INTÉRPRETES

Art. 275. O perito, ainda quando não oficial, estará sujeito à disciplina judiciária.

Art. 276. As partes não intervirão na nomeação do perito.

Art. 277. O perito nomeado pela autoridade será obrigado a aceitar o encargo, sob pena de multa de cem a quinhentos mil-réis, salvo escusa atendível.

Parágrafo único. Incorrerá na mesma multa o perito que, sem justa causa, provada imediatamente:

- a) deixar de acudir à intimação ou ao chamado da autoridade;
- b) não comparecer no dia e local designados para o exame;
- c) não der o laudo, ou concorrer para que a perícia não seja feita, nos prazos estabelecidos.

Art. 278. No caso de não-comparecimento do perito, sem justa causa, a autoridade poderá determinar a sua condução.

Art. 279. Não poderão ser peritos:

- I - os que estiverem sujeitos à interdição de direito mencionada nos ns. I e IV do art. 69 do Código Penal;
- II - os que tiverem prestado depoimento no processo ou opinado anteriormente sobre o objeto da perícia;
- III - os analfabetos e os menores de 21 anos.

Art. 280. É extensivo aos peritos, no que lhes for aplicável, o disposto sobre suspeição dos juízes.

Art. 281. Os intérpretes são, para todos os efeitos, equiparados aos peritos.

Trata também do corpo de delito, em seu Capítulo II, artigos 158 ao 184, da seguinte forma:

CAPÍTULO II

DO EXAME DO CORPO DE DELITO, E DAS PERÍCIAS EM GERAL

Art. 158. Quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, não podendo supri-lo a confissão do acusado.

Art. 159. O exame de corpo de delito e outras perícias serão realizados por perito oficial, portador de diploma de curso superior.

§ 1º Na falta de perito oficial, o exame será realizado por 2 (duas) pessoas idôneas, portadoras de diploma de curso superior preferencialmente na área específica, dentre as que tiverem habilitação técnica relacionada com a natureza do exame.

§ 2º Os peritos não oficiais prestarão o compromisso de bem e fielmente desempenhar o encargo.

§ 3º Serão facultadas ao Ministério Público, ao assistente de acusação, ao ofendido, ao querelante e ao acusado a formulação de quesitos e indicação de assistente técnico.

§ 4º O assistente técnico atuará a partir de sua admissão pelo juiz e após a conclusão dos exames e elaboração do laudo pelos peritos oficiais, sendo as partes intimadas desta decisão.

§ 5º Durante o curso do processo judicial, é permitido às partes, quanto à perícia:

I – requerer a oitiva dos peritos para esclarecerem a prova ou para responderem a quesitos, desde que o mandado de intimação e os quesitos ou questões a serem esclarecidas sejam encaminhados com antecedência mínima de 10 (dez) dias, podendo apresentar as respostas em laudo complementar;

II – indicar assistentes técnicos que poderão apresentar pareceres em prazo a ser fixado pelo juiz ou ser inquiridos em audiência.

§ 6º Havendo requerimento das partes, o material probatório que serviu de base à perícia será disponibilizado no ambiente do órgão oficial, que manterá sempre sua guarda, e na presença de perito oficial, para exame pelos assistentes, salvo se for impossível a sua conservação.

§ 7º Tratando-se de perícia complexa que abranja mais de uma área de conhecimento especializado, poder-se-á designar a atuação de mais de um perito oficial, e a parte indicar mais de um assistente técnico.

Art. 160. Os peritos elaborarão o laudo pericial, onde descreverão minuciosamente o que examinarem, e responderão aos quesitos formulados.

Parágrafo único. O laudo pericial será elaborado no prazo máximo de 10 dias, podendo este prazo ser prorrogado, em casos excepcionais, a requerimento dos peritos.

Art. 161. O exame de corpo de delito poderá ser feito em qualquer dia e a qualquer hora.

Art. 162. A autópsia será feita pelo menos seis horas depois do óbito, salvo se os peritos, pela evidência dos sinais de morte, julgarem que possa ser feita antes daquele prazo, o que declararão no auto.

Parágrafo único. Nos casos de morte violenta, bastará o simples exame externo do cadáver, quando não houver infração penal que apurar, ou quando as lesões externas permitirem precisar a causa da morte e não houver necessidade de exame interno para a verificação de alguma circunstância relevante.

Art. 163. Em caso de exumação para exame cadavérico, a autoridade providenciará para que, em dia e hora previamente marcados, se realize a diligência, da qual se lavrará auto circunstanciado.

Parágrafo único. O administrador de cemitério público ou particular indicará o lugar da sepultura, sob pena de

desobediência. No caso de recusa ou de falta de quem indique a sepultura, ou de encontrar-se o cadáver em lugar não destinado a inumações, a autoridade procederá às pesquisas necessárias, o que tudo constará do auto.

Art. 164. Os cadáveres serão sempre fotografados na posição em que forem encontrados, bem como, na medida do possível, todas as lesões externas e vestígios deixados no local do crime.

Art. 165. Para representar as lesões encontradas no cadáver, os peritos, quando possível, juntarão ao laudo do exame provas fotográficas, esquemas ou desenhos, devidamente rubricados.

Art. 166. Havendo dúvida sobre a identidade do cadáver exumado, proceder-se-á ao reconhecimento pelo Instituto de Identificação e Estatística ou repartição congênere ou pela inquirição de testemunhas, lavrando-se auto de reconhecimento e de identidade, no qual se descreverá o cadáver, com todos os sinais e indicações.

Parágrafo único. Em qualquer caso, serão arrecadados e autenticados todos os objetos encontrados, que possam ser úteis para a identificação do cadáver.

Art. 167. Não sendo possível o exame de corpo de delito, por haverem desaparecido os vestígios, a prova testemunhal poderá suprir-lhe a falta.

Art. 168. Em caso de lesões corporais, se o primeiro exame pericial tiver sido incompleto, proceder-se-á a exame complementar por determinação da autoridade policial ou judiciária, de ofício, ou a requerimento do Ministério Público, do ofendido ou do acusado, ou de seu defensor.

§ 1º No exame complementar, os peritos terão presente o auto de corpo de delito, a fim de suprir-lhe a deficiência ou retificá-lo.

§ 2º Se o exame tiver por fim precisar a classificação do delito no art. 129, § 1º, I, do Código Penal, deverá ser feito logo que decorra o prazo de 30 dias, contado da data do crime.

§ 3o A falta de exame complementar poderá ser suprida pela prova testemunhal.

Art. 169. Para o efeito de exame do local onde houver sido praticada a infração, a autoridade providenciará imediatamente para que não se altere o estado das coisas até a chegada dos peritos, que poderão instruir seus laudos com fotografias, desenhos ou esquemas elucidativos.

Parágrafo único. Os peritos registrarão, no laudo, as alterações do estado das coisas e discutirão, no relatório, as conseqüências dessas alterações na dinâmica dos fatos.

Art. 170. Nas perícias de laboratório, os peritos guardarão material suficiente para a eventualidade de nova perícia. Sempre que conveniente, os laudos serão ilustrados com provas fotográficas, ou microfotográficas, desenhos ou esquemas.

Art. 171. Nos crimes cometidos com destruição ou rompimento de obstáculo a subtração da coisa, ou por meio de escalada, os peritos, além de descrever os vestígios, indicarão com que instrumentos, por que meios e em que época presumem ter sido o fato praticado.

Art. 172. Proceder-se-á, quando necessário, à avaliação de coisas destruídas, deterioradas ou que constituam produto do crime.

Parágrafo único. Se impossível a avaliação direta, os peritos procederão à avaliação por meio dos elementos existentes nos autos e dos que resultarem de diligências.

Art. 173. No caso de incêndio, os peritos verificarão a causa e o lugar em que houver começado, o perigo que dele tiver resultado para a vida ou para o patrimônio alheio, a extensão do dano e o seu valor e as demais circunstâncias que interessarem à elucidação do fato.

Art. 174. No exame para o reconhecimento de escritos, por comparação de letra, observar-se-á o seguinte:

I - a pessoa a quem se atribua ou se possa atribuir o escrito será intimada para o ato, se for encontrada;

II - para a comparação, poderão servir quaisquer documentos que a dita pessoa reconhecer ou já tiverem sido judicialmente reconhecidos como de seu punho, ou sobre cuja autenticidade não houver dúvida;

III - a autoridade, quando necessário, requisitará, para o exame, os documentos que existirem em arquivos ou estabelecimentos públicos, ou nestes realizará a diligência, se daí não puderem ser retirados;

IV - quando não houver escritos para a comparação ou forem insuficientes os exibidos, a autoridade mandará que a pessoa escreva o que lhe for ditado. Se estiver ausente a pessoa, mas em lugar certo, esta última diligência poderá ser feita por precatória, em que se consignarão as palavras que a pessoa será intimada a escrever.

Art. 175. Serão sujeitos a exame os instrumentos empregados para a prática da infração, a fim de se lhes verificar a natureza e a eficiência.

Art. 176. A autoridade e as partes poderão formular quesitos até o ato da diligência.

Art. 177. No exame por precatória, a nomeação dos peritos far-se-á no juízo deprecado. Havendo, porém, no caso de ação privada, acordo das partes, essa nomeação poderá ser feita pelo juiz deprecante.

Parágrafo único. Os quesitos do juiz e das partes serão transcritos na precatória.

Art. 178. No caso do art. 159, o exame será requisitado pela autoridade ao diretor da repartição, juntando-se ao processo o laudo assinado pelos peritos.

Art. 179. No caso do § 1o do art. 159, o escrivão lavrará o auto respectivo, que será assinado pelos peritos e, se presente ao exame, também pela autoridade.

Parágrafo único. No caso do art. 160, parágrafo único, o laudo, que poderá ser datilografado, será subscrito e rubricado em suas folhas por todos os peritos.

Art. 180. Se houver divergência entre os peritos, serão consignadas no auto do exame as declarações e respostas de

um e de outro, ou cada um redigirá separadamente o seu laudo, e a autoridade nomeará um terceiro; se este divergir de ambos, a autoridade poderá mandar proceder a novo exame por outros peritos.

Art. 181. No caso de inobservância de formalidades, ou no caso de omissões, obscuridades ou contradições, a autoridade judiciária mandará suprir a formalidade, complementar ou esclarecer o laudo.

Parágrafo único. A autoridade poderá também ordenar que se proceda a novo exame, por outros peritos, se julgar conveniente.

Art. 182. O juiz não ficará adstrito ao laudo, podendo aceitá-lo ou rejeitá-lo, no todo ou em parte.

Art. 183. Nos crimes em que não couber ação pública, observar-se-á o disposto no art. 19.

Art. 184. Salvo o caso de exame de corpo de delito, o juiz ou a autoridade policial negará a perícia requerida pelas partes, quando não for necessária ao esclarecimento da verdade.

O Código de Processo Civil, instituído pela lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, trata do perito da seguinte maneira:

Seção II

Do Perito

Art. 145. Quando a prova do fato depender de conhecimento técnico ou científico, o juiz será assistido por perito, segundo o disposto no art. 421.

§ 1º Os peritos serão escolhidos entre profissionais de nível universitário, devidamente inscritos no órgão de classe competente, respeitado o disposto no Capítulo VI, seção VII, deste Código.

§ 2º Os peritos comprovarão sua especialidade na matéria sobre que deverão opinar, mediante certidão do órgão profissional em que estiverem inscritos.

§ 3º Nas localidades onde não houver profissionais qualificados que preencham os requisitos dos parágrafos anteriores, a indicação dos peritos será de livre escolha do juiz.

Art. 146. O perito tem o dever de cumprir o ofício, no prazo que lhe assina a lei, empregando toda a sua diligência; pode, todavia, escusar-se do encargo alegando motivo legítimo.

Parágrafo único. A escusa será apresentada dentro de 5 (cinco) dias, contados da intimação ou do impedimento superveniente, sob pena de se reputar renunciado o direito a alegá-la (art. 423).

Art. 147. O perito que, por dolo ou culpa, prestar informações inverídicas, responderá pelos prejuízos que causar à parte, ficará inabilitado, por 2 (dois) anos, a funcionar em outras perícias e incorrerá na sanção que a lei penal estabelecer.

Também foi dedicada uma seção para a perícia (a Seção VII), tratando da prova pericial em 20 artigos (do artigo 420 ao 439):

Seção VII

Da Prova Pericial

Art. 420. A prova pericial consiste em exame, vistoria ou avaliação.

Parágrafo único. O juiz indeferirá a perícia quando:

I - a prova do fato não depender do conhecimento especial de técnico;

II - for desnecessária em vista de outras provas produzidas;

III - a verificação for impraticável.

Art. 421. O juiz nomeará o perito, fixando de imediato o prazo para a entrega do laudo

§ 1º Incumbe às partes, dentro em 5 (cinco) dias, contados da intimação do despacho de nomeação do perito:

I - indicar o assistente técnico;

II - apresentar quesitos.

§ 2º Quando a natureza do fato o permitir, a perícia poderá consistir apenas na inquirição pelo juiz do perito e dos assistentes, por ocasião da audiência de instrução e julgamento a respeito das coisas que houverem informalmente examinado ou avaliado.

Art. 422. O perito cumprirá escrupulosamente o encargo que lhe foi cometido, independentemente de termo de compromisso. Os assistentes técnicos são de confiança da parte, não sujeitos a impedimento ou suspeição.

Art. 423. O perito pode escusar-se (art. 146), ou ser recusado por impedimento ou suspeição (art. 138, III); ao aceitar a escusa ou julgar procedente a impugnação, o juiz nomeará novo perito.

Art. 424. O perito pode ser substituído quando:

I - carecer de conhecimento técnico ou científico;

II - sem motivo legítimo, deixar de cumprir o encargo no prazo que lhe foi assinado.

Parágrafo único. No caso previsto no inciso II, o juiz comunicará a ocorrência à corporação profissional respectiva, podendo, ainda, impor multa ao perito, fixada tendo em vista o valor da causa e o possível prejuízo decorrente do atraso no processo.

Art. 425. Poderão as partes apresentar, durante a diligência, quesitos suplementares. Da juntada dos quesitos aos autos dará o escrivão ciência à parte contrária.

Art. 426. Compete ao juiz:

I - indeferir quesitos impertinentes;

II - formular os que entender necessários ao esclarecimento da causa.

Art. 427. O juiz poderá dispensar prova pericial quando as partes, na inicial e na contestação, apresentarem sobre as questões de fato pareceres técnicos ou documentos elucidativos que considerar suficientes.

Art. 428. Quando a prova tiver de realizar-se por carta, poderá proceder-se à nomeação de perito e indicação de assistentes técnicos no juízo, ao qual se requisitar a perícia.

Art. 429. Para o desempenho de sua função, podem o perito e os assistentes técnicos utilizar-se de todos os meios necessários, ouvindo testemunhas, obtendo informações, solicitando documentos que estejam em poder de parte ou em repartições públicas, bem como instruir o laudo com plantas, desenhos, fotografias e outras quaisquer peças.

Art. 430.

Parágrafo único. (Revogado pela Lei nº 8.455, de 1992)

Art. 431. (Revogado pela Lei nº 8.455, de 1992))

Art. 431-A. As partes terão ciência da data e local designados pelo juiz ou indicados pelo perito para ter início a produção da prova.

Art. 431-B. Tratando-se de perícia complexa, que abranja mais de uma área de conhecimento especializado, o juiz poderá nomear mais de um perito e a parte indicar mais de um assistente técnico.

Art. 432. Se o perito, por motivo justificado, não puder apresentar o laudo dentro do prazo, o juiz conceder-lhe-á, por uma vez, prorrogação, segundo o seu prudente arbítrio.

Parágrafo único. (Revogado pela Lei nº 8.455, de 1992)

Art. 433. O perito apresentará o laudo em cartório, no prazo fixado pelo juiz, pelo menos 20 (vinte) dias antes da audiência de instrução e julgamento.

Parágrafo único. Os assistentes técnicos oferecerão seus pareceres no prazo comum de 10 (dez) dias, após intimadas as partes da apresentação do laudo.

Art. 434. Quando o exame tiver por objeto a autenticidade ou a falsidade de documento, ou for de natureza médico-legal, o perito será escolhido, de preferência, entre os técnicos dos estabelecimentos oficiais especializados. O juiz autorizará a remessa dos autos, bem como do material sujeito a exame, ao diretor do estabelecimento.

Parágrafo único. Quando o exame tiver por objeto a autenticidade da letra e firma, o perito poderá requisitar, para efeito de comparação, documentos existentes em repartições públicas; na falta destes, poderá requerer ao juiz que a pessoa, a quem se atribuir a autoria do documento, lance em folha de papel, por cópia, ou sob ditado, dizeres diferentes, para fins de comparação.

Art. 435. A parte, que desejar esclarecimento do perito e do assistente técnico, requererá ao juiz que mande intimá-lo a comparecer à audiência, formulando desde logo as perguntas, sob forma de quesitos.

Parágrafo único. O perito e o assistente técnico só estarão obrigados a prestar os esclarecimentos a que se refere este artigo, quando intimados 5 (cinco) dias antes da audiência.

Art. 436. O juiz não está adstrito ao laudo pericial, podendo formar a sua convicção com outros elementos ou fatos provados nos autos.

Art. 437. O juiz poderá determinar, de ofício ou a requerimento da parte, a realização de nova perícia, quando a matéria não lhe parecer suficientemente esclarecida.

Art. 438. A segunda perícia tem por objeto os mesmos fatos sobre que recaiu a primeira e destina-se a corrigir eventual omissão ou inexatidão dos resultados a que esta conduziu.

Art. 439. A segunda perícia rege-se pelas disposições estabelecidas para a primeira.

Parágrafo único. A segunda perícia não substitui a primeira, cabendo ao juiz apreciar livremente o valor de uma e outra.

Pode-se observar que nossos atuais códigos processuais tratam tanto a perícia como o perito de maneira mais detalhada que nos ordenamentos anteriores, trazendo regras mais claras quanto ao trato pericial no que tange ao perito e ao tratamento que se deve dar às provas.

6. A Internet e os crimes na área de informática

Conforme o Ministério Público Federal (2006), Albuquerque (2006) e Reis (1997), a Internet surgiu como um programa militar que envolvia pesquisadores americanos no auge da Guerra Fria, com a intenção de criar um sistema imune a bombardeios, capaz de interligar diversos computadores, possibilitando o intercâmbio e o compartilhamento de dados entre eles.

Como reação dos Estados Unidos ao lançamento do Sputnik pela antiga União Soviética, foi criada em 1957 a ARPA, sigla da *Advanced Research Projects Agency*, ou Agência de Projetos de Pesquisa Avançada, subordinada ao Ministério da Defesa americano, e que tinha como objetivo coordenar as atividades de pesquisas militares.

Nesse sentido, passou a desenvolver um projeto incorporando o relatório da *Rand Corporation*, instituição americana sem fins lucrativos que realiza pesquisas para contribuir com a tomada de decisões e a implementação de políticas no setor público e privado, que informava sobre a vulnerabilidade das redes de telecomunicação em caso de guerra nuclear, tendo como pontos fracos a centralização de algumas redes e a dependência de centros de coordenação dos nós intermediários.

A idéia era criar uma rede de comunicação para os sistemas informáticos dos centros militares mais importantes, e juntamente com pesquisadores universitários e fornecedores de equipamentos militares, passariam a fazer um intercâmbio de dados e pesquisas.

O Ministério da Defesa americano então, em 1968, encomendou um projeto para desenvolvimento dos chamados protocolos de comunicação (códigos usados na comunicação entre sistemas informáticos), que deveriam ser resistentes a condições adversas de operação, que deveria continuar funcionando mesmo com a perda de parte da rede, na hipótese de uma guerra nuclear.

Em 1969, foi criada a primeira versão deste sistema, conhecido como ARPAnet (contração de *Advanced Research Projects Agency Network*, ou Rede da Agência de Projetos de Pesquisa Avançada), com a

distinção de não possuir um comando central, ou seja, em caso de algum problema, um bombardeio, ou uma guerra nuclear, se fossem atingidos um ou mais computadores, os outros equipamentos do sistema continuariam funcionando normalmente, que era o objetivo inicial do projeto.

Posteriormente, nos anos oitenta, a rede foi dividida em duas: uma com destinação militar, a chamada Milnet, e a Arpanet propriamente dita, que passou a ter aplicação exclusivamente acadêmica, não havendo ainda como se pensar em uma aplicação comercial, já que era extremamente reduzida a capacidade dos sistemas informáticos.

No final da década de oitenta, adotou-se como padrão de troca de dados o chamado "*Transmission Control Protocol/InterNet Protocol*" (TCP/IP), mantendo a idéia de se sobreviver em caso de uma guerra nuclear.

Os protocolos permitem que os sistemas informáticos com qualquer sistema operacional tenham acesso à rede, sendo a internet uma rede formada por todos os sistemas informáticos interligados e que utilizam os protocolos TCP/IP para comunicação entre si.

O papel principal do protocolo TCP no sistema de gestão descentralizado de informação é possibilitar a transferência de dados que, quando transmitidos de maneira incompleta, são retransmitidos, enquanto o Protocolo Internet (IP) determina um protocolo de comunicação entre diferentes redes locais de computadores, sendo responsável pela preparação e fiscalização do roteamento para os segmentos colocados à disposição pelo TCP.

O usuário, quando se conecta à rede, recebe um número de IP que pertence somente a ele durante seu tempo de conexão e a maneira pela qual se identifica na rede.

A escolha e o envio da rota dos dados são realizados por um roteador, ou seja, um componente de rede viabilizador da conexão entre duas ou mais redes, e os dados transmitidos pela internet são registrados no sistema que o originou e também no de transmissão e destino, possibilitando, desta maneira, a investigação em casos de crimes eletrônicos. O investigador deve determinar a hora exata de conexão e o fuso horário do

sistema, uma vez que terminada uma conexão o mesmo número é atribuído a outra pessoa.

Na década de 90 teve início a exploração comercial do serviço, desenvolvendo-se com a invenção da *World Wide Web* (Teia de Informação Multimídia), um pacote de informações enorme, que pode ter qualquer formato (texto, imagens, vídeos, áudios), organizado de maneira que o usuário pode percorrer as páginas na rede (o que se chama “navegar”), a partir de sequências associativas (chamados “*links*”) entre blocos vinculados por remissões.

A *Web* foi incorporada à internet em 1993, e teve sua origem em pesquisas científicas no Conselho Europeu de Pesquisas Nucleares, diante da necessidade de os pesquisadores intercambiarem uma grande quantidade de dados em tempo real.

Para se “navegar” nas páginas da internet, é necessário se conectar à rede, o que se dá pela utilização de um modem que liga o computador a uma linha telefônica ou cabo, conectado a um provedor de acesso.

Este ambiente possibilitou, segundo Andrade (2001), o surgimento de sujeitos ativos especiais, como por exemplo, os *hackers*, palavra que intrinsecamente tem um sentido deletério de destruição, mas que não se verifica historicamente.

A palavra inicialmente denominava radioamadores altamente qualificados que possuíam a habilidade, por exemplo, de montar e desmontar um rádio em diversas partes e montá-lo novamente, de maneira perfeita, em pequeno espaço de tempo.

Na década de 70 passaram também a denominar com o termo os peritos e especialistas em computadores com aquelas mesmas habilidades dos radioamadores, ou seja, de montar e desmontar equipamentos com habilidade.

Já nos anos 90, o termo passou a ser utilizado para denominar grupos de pessoas com grande conhecimento em software e hardware, mas que se utilizavam deste conhecimento para apropriar-se ilegalmente de senhas e invadir de maneira ilegal o sistema informático de

computadores de terceiros, o que gerou recentemente uma tentativa de resgate do termo para denominar aquelas pessoas com habilidades especiais, e deixando o termo *cracker*, para estes delinqüentes.

No Brasil a regulação estatal das atividades dos provedores é mínima, dificultando assim as investigações criminais e contribuindo para a impunidade de muitos dos crimes realizados por essas vias. Como não há uma legislação que obrigue estes provedores a armazenar os registros dos seus usuários (os registros IP), a Procuradoria da República de alguns estados, em uma tentativa de minimizar o problema, vem firmando “termos de compromisso” com os provedores, fazendo com que estes se comprometam a preservar os dados dos usuários por pelo menos seis meses, e também informar a polícia e o Ministério Público assim que tiverem conhecimento de algum crime cometido por estas vias.

Para o perito, assim que recebe a notícia de um crime cibernético, o primeiro passo será identificar o meio usado para a ocorrência do crime (*website*, *e-mail*, etc.), em seguida, a identificação do número IP, sendo este importante item para investigação do crime, já que por meio dele poderá ser identificado o usuário, e assim um possível suspeito de ter cometido o delito em análise.

Quanto aos tipos penais dos crimes eletrônicos, a Convenção sobre a Cibercriminalidade, adotada pelo Conselho da Europa em 2001, tipifica as seguintes condutas, estando aberta à assinatura por todos os países do mundo:

1. Infrações contra a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados e sistemas informáticos:
 - a) Acesso doloso ilegal a um sistema de informática;
 - b) Interceptação ilegal de dados ou comunicações telemáticas;
 - c) Atentado à integridade dos dados (conduta própria de *crackers*);
 - d) Atentado à integridade de um sistema;
 - e) Produção, comercialização, obtenção ou posse de aplicativos ou códigos de acesso que permitam a prática dos crimes acima indicados.

2. “Infrações informáticas”:

- a) Falsificação de dados;
- b) Estelionatos eletrônicos;

3. Infrações relativas ao conteúdo:

- a) Pornografia infantil (produção, oferta, procura, transmissão e posse de fotografias ou imagens realistas de menores ou pessoas que aparecem como menores, em comportamento sexual explícito);
- b) Racismo e xenofobia (difusão de imagens, idéias ou teorias que preconizam ou incentivam o ódio, a discriminação ou a violência contra uma pessoa ou grupo de pessoas, em razão da raça, religião, cor, ascendência, origem nacional ou étnica; injúria e ameaça qualificadas pela motivação racista ou xenófoba; negação, minimização grosseira, aprovação ou justificação do genocídio ou outros crimes contra a humanidade).

4. Atentado à propriedade intelectual e aos direitos que lhe são conexos.

No Brasil aplica-se o Código Penal para as condutas adotadas, assim como demais leis penais conexas para a repressão dos crimes cibernéticos, não obstante projetos que tramitam no Congresso aguardando aprovação da Casa.

O Deputado Luiz Piauhyllino Filho, autor da proposta de Projeto de Lei nº 84/99, obteve aprovação do relator da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, Violência e Narcotráfico da Câmara dos Deputados, porém esta apresentou também substitutivo para que estas alterações façam parte do próprio Código Penal, e não seja uma legislação extravagante como pretende a proposta²⁸.

²⁸ ARAS, Vladimir, *O projeto de lei nº 84-99 e os crimes de informática no Brasil - comentários ao substitutivo do Deputado Nelson Pellegrino*, s.l., 22-11-2009, disponível [on line] in <http://jusvi.com/artigos/1386> [14-10-2009].

No seu substitutivo, o deputado Nelson Pellegrino sugeriu a inserção de cinco novos tipos no Código Penal, dois deles de competência dos Juizados Especiais Criminais (artigos 154-A e 154-B) e, pela regra geral o crime de difusão de vírus eletrônico, de competência do juízo comum, estadual ou federal, conforme o caso, o delito de pornografia infantil e o crime de falsificação de telefone celular ou meio de acesso a sistema eletrônico.

O primeiro dos novos tipos é o de “acesso indevido a meio eletrônico” (artigo 154-A), punindo com pena de detenção de três meses a um ano, e multa, sendo este o crime de *cracking*, e em seu parágrafo 1º há uma conduta equiparada à do caput, no caso de favorecimento ao *cracking*.

A “manipulação indevida de informação eletrônica” (artigo 154-B do Código Penal), com penas de detenção de seis meses a um ano, e multa. No §1º, há conduta equiparada à do caput, como a de “transportar” ilicitamente dado ou informação eletrônica para qualquer outro meio ou sistema.

O crime de inoculação de vírus de computador (“difusão de vírus eletrônico”) estará previsto no parágrafo 3º do artigo 163, abarcando todos as espécies de códigos maliciosos (vírus, *worms* e cavalos-de-Tróia, etc.). A pena será a do §1º, já existente para a modalidade qualificada do dano: seis meses a três anos de detenção, e multa.

No parágrafo 2º do artigo 163 do Código Penal, serão equiparados ao conceito de “coisa” tanto “o dado, a informação ou a base de dados presente em meio eletrônico ou sistema informatizado” quanto a “senha ou qualquer meio de identificação que permita o acesso a meio eletrônico ou sistema informatizado” (art. 163, §2º, I e II).

No capítulo do Código Penal que trata dos crimes contra os costumes, o substitutivo propõe a inserção do artigo 218-A, para tipificar o delito de “pornografia infantil”, punindo com penas de um a quatro anos de reclusão, e multa, quem “fotografar, publicar ou divulgar, por qualquer meio, cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente”, tendo em seu parágrafo 1º uma forma qualificada, que determina

o aumento da pena de metade até dois terços, “se o crime é cometido por meio de rede de computadores ou outro meio de alta propagação”.

Também está prevista a “falsificação de telefone celular ou meio de acesso a sistema eletrônico” (artigo 298-A), colocado no capítulo que trata da falsidade documental (crimes contra a fé pública), com penas de um a cinco anos de reclusão, e multa, sendo consideradas as condutas de *phreaking* e comportamentos ilícitos correlatos, inclusive delitos de uso clandestino de mídias eletrônicas.

Existe também a proposta de definições legais para “meio eletrônico” e “sistema informatizado”, na qual o primeiro seria “o computador, o processador de dados, o disquete, o CD-Rom ou qualquer outro meio capaz de armazenar ou transmitir dados magnética, óptica ou eletronicamente”, não obstante às críticas recebidas pela adoção de tal denominação. Quanto ao “sistema informatizado” entende-se como “a rede de computadores, a base de dados, o programa de computador ou qualquer outro sistema capaz de armazenar ou transmitir dados eletronicamente”.

Também pelo projeto, o artigo 298 do Código Penal, que trata do crime de falsificação de documento particular, terá um parágrafo único, que equipara a documento particular o cartão de crédito ou de débito, surgindo uma modalidade especial do crime tradicional de falsidade documental, com penas de um a cinco anos de reclusão, e multa, como à do caput.

Fica então a sugestão do rol de crimes adotados pelo Conselho da Europa, mais abrangente e com possível melhoria da eficácia da norma.

7. A perícia e o século XXI

No tocante à área Cível, tem havido um esforço para alterar o Código de Processo Civil quanto à atividade pericial.

O Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO) apresentou uma proposta de regulamentação das atividades do perito judicial e do assistente técnico, pelo seguinte motivo, dentre outros apontados:

...permitir que a Justiça possua o controle e o registro desses profissionais, conhecendo-os por categoria, por experiência, pela capacidade e especialidade adquirida nas universidades e, principalmente, o conhecimento das tarefas que, por direito e conquista, se encontram habituados a exercer. (vide anexo)

De acordo com a proposta do nobre deputado, os peritos seriam obrigados a se juntar a associações especializadas de peritos judiciais, e somente estes estariam aptos a realizar perícias no âmbito judicial, mantendo ainda a obrigatoriedade de o perito realizar prévio registro, individualmente, nos Tribunais de Justiça Estaduais, Tribunais Regionais e também Tribunais Federais.

Outro fator importante é que o perito não teria nenhum benefício em se associar a tal ou qual associação, ou muito pelo contrário, teria ainda maiores dificuldades no desempenho de suas funções, uma vez que seria obrigado a recolher pagamentos para se manter associado, não obstante continuar ainda com diversos ônus presentes na atual legislação, como por exemplo, ter que se inscrever em todos os Tribunais Estaduais, Federais, Fóruns, e Varas, fazendo uma verdadeira via sacra para realizar tal tarefa.

O projeto ainda traz questões completamente subjetivas, como por exemplo, nos artigos 4º e 6º:

Art. 4º - A linguagem adotada pelo Perito Judicial em seu laudo e pelo Assistente Técnico em seu parecer deve ser acessível aos interlocutores, possibilitando aos julgadores proferirem

justa decisão e às partes da demanda, conhecimento e interpretação dos resultados dos trabalhos periciais.

...

Art. 6º - O Perito Judicial deve informar todos os fatos relevantes por ele encontrados no decorrer de suas pesquisas e diligências. (vide anexo)

Pode-se observar a subjetividade de tais mandamentos legais: como saber qual o nível cultural das partes para que estas entendam o laudo pericial, ou que o interpretem? Que fatos são relevantes? Tais fatos em outro contexto continuariam relevantes? Relevantes para quem? Relevantes por quê?

Legislações subjetivas não auxiliam o operador jurídico. Tanto quem se socorre da perícia (partes), como quem é receptor do trabalho final (juiz) e quem realiza o trabalho (perito) não podem ficar sob a égide de regras obscuras e subjetivas.

Muito bem observado pela relatora, o fato de que ser “perito” não é possuir a profissão de perito (pelo menos não no âmbito Cível), o profissional “está” perito nas causas em que for indicado pelo magistrado ou enquanto assistente técnico, pelas partes, tanto que a própria proposta traz em seu artigo 10º, conforme abaixo transcrito, uma contradição.

Art. 10 - O exercício da atividade de Perito Judicial e do Assistente Técnico não gera quaisquer vínculos de emprego com a justiça e / ou com as partes. (vide anexo)

O perito, para desenvolver tal *mister*, precisa antes de mais nada possuir o conhecimento, a *expertise*, para poder realizar adequadamente a tarefa para qual foi designado, ou seja, antes do profissional poder ser perito, precisa ter ao menos uma graduação, somada sua experiência e possíveis títulos acadêmicos e conhecimentos profundos sobre determinada área de conhecimento, ou não, uma vez que em muitos casos

pode não ser necessário, podendo ser o perito um prático com uma habilidade acima da média em determinado assunto.

Ao se modificar a atual redação do artigo 145, do Código de Processo Penal, conforme abaixo transcrito, gera-se um problema para a Justiça: em todas as comarcas brasileiras existem profissionais de nível superior habilitados e capazes de proceder uma perícia? Nos longínquos rincões brasileiros, teremos profissionais nos moldes exigidos pelo projeto? Não os tendo, o que fazer? Não realizar a perícia, mesmo possuindo alguém com capacitação técnica para tanto? Cabe a quem o ônus de não realização de uma perícia por uma mera formalidade legal? Ao juiz que terá que julgar sem conhecer sobre os fatos?

§ 3º Nas localidades onde não houver profissionais qualificados que preencham os requisitos dos parágrafos anteriores, a indicação dos peritos será de livre escolha do juiz.
(Brasil, Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973)

Não é possível que o juiz fique com o ônus de julgar sem o auxílio de peritos, já que esse ônus será transferido para as partes e por consequência, não se alcançará a tão almejada Justiça.

A proposta traz ainda em seus dois primeiros artigos a exigência de o perito se associar em uma “Associação de Peritos do Estado”, não obstante estar também registrado em seu órgão de classe, conforme podemos observar abaixo:

Art. 1º - Perito Judicial é o profissional com curso superior, habilitado pelo respectivo órgão de classe regional, inscrito na Associação de Peritos do Estado, nomeado por Juiz de Direito para atuar em processo judicial que tramite em Varas e Tribunais de Justiça Estaduais, em Varas e Tribunais Regionais e Federais, com a finalidade de pesquisar e informar a verdade sobre as questões propostas, através de Laudos e de provas científicas e documentais.

Art. 2º - Assistente Técnico é o profissional com curso superior, habilitado pelo órgão de classe regional, inscrito na Associação

de Peritos do Estado, indicado pelas partes para atuar em processo judicial que tramite em Varas e Tribunais de Justiça Estaduais, em Varas e Tribunais Regionais e Federais, em conjunto com o Perito Judicial ou, separadamente, com a finalidade de pesquisar e informar a verdade sobre as questões propostas, através de pareceres técnicos e de provas científicas e documentais. (grifos nossos)

No presente trabalho, mencionamos no capítulo “Europa do Século XVI e XVII” que haviam sido formadas corporações de ofício de peritos quando a Ordenança de Blois em seu artigo 162 determinou que o valor das coisas seria decidido por peritos, sendo após modificada em 1667, retornando então à tradição romana, tendo em vista os problemas causados na época.

Em análise ao texto do projeto apresentado, percebe-se uma clara tendência ao retorno destas “corporações de ofício” de peritos, porém com uma roupagem renovada.

Segundo a proposta, o perito seria obrigado a associar-se a uma “associação de peritos oficiais” (que por si só contraria a Constituição Federal, um dos motivos pelo qual o Projeto foi arquivado), formando então verdadeiras corporações de ofício, semelhante às do século XVII que, como já pudemos observar, não trouxeram melhorias à atividade, para as partes envolvidas, ou ainda para a Justiça de maneira geral.

A questão é que realmente se faz necessário o aperfeiçoamento constante das técnicas periciais, assim como a legislação que a regula, porém é necessário o cuidado para que o contrário não ocorra, ou seja, que o exercício da perícia não fique engessado em uma legislação de conteúdo antiquado, apesar de possuir uma aparência revolucionária.

Outro fator que demonstra a tendência de aumento da interdisciplinaridade da perícia é a complexidade de nossa sociedade atual.

Como exemplo, pode-se citar o evento batizado pela mídia de “Apagão”, ou seja, a queda de energia elétrica generalizada em diversos estados ao mesmo tempo, causando transtornos a toda sociedade²⁹.

Hipoteticamente, caso fosse comprovada a teoria de que indivíduos houvessem invadido o sistema computacional dolosamente, ou seja, com a intenção de causar danos ao sistema elétrico nacional, diversos profissionais seriam necessários para a comprovação de tal ato.

As várias áreas das Engenharias, em diversas subáreas de conhecimento seriam necessárias para comprovar a invasão do sistema informático, assim como a extensão dos danos causados nas linhas de transmissão, e ainda comprovar se houve eventuais danos físicos que possam ter ocorrido também nas linhas de alta tensão. Também seriam necessárias avaliações nas turbinas das usinas geradoras afetadas, a fim de avaliar eventuais danos causados.

Outros profissionais como economistas, ou profissionais de áreas correlatas seriam necessários para dimensionar o prejuízo financeiro ocorrido em cada área afetada pelo ato criminoso.

Assim podemos observar que a interdisciplinaridade destaca-se proporcionalmente à complexidade de nossa sociedade.

²⁹ Conforme amplamente noticiado pela mídia escrita e falada, citanto como exemplos: REUTERS, *Apagão em 18 Estados foi "acidente" causado por clima severo*, [s.l.], 11-11-2009, disponível [on line] in <http://oglobo.globo.com/pais/mat/2009/11/11/apagao-em-18-estados-foi-acidente-causado-por-clima-severo-914715711.asp>, [02-12-2009]; GOY, Leonardo, *Sistema do ONS é a prova de hackers, garante ministério*, São Paulo, 17-11-2009, disponível [on line] in <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,sistema-do-ons-e-a-prova-de-hackers-garante-ministerio,467781,0.htm>, [02-12-2009].

8. Discussão

A Perícia foi um instrumento utilizado desde os tempos antigos como auxiliar nas decisões judiciais.

A cada período histórico, com maior ou menor importância dentro do contexto político e científico, a perícia foi utilizada para atingir os anseios do encontro de uma “verdade real”, ou seja, uma reconstrução dos fatos como realmente ocorreram em determinado momento com o objetivo de resolução de uma questão judicial.

Ocorre que os conceitos de verdade variaram de acordo com o período da História, passando por períodos em que ela era simplesmente a “vontade de deus”, não importando o quão distante estivesse da realidade.

A ciência também evoluiu juntamente com a sociedade. Aquilo que inicialmente era considerado um conhecimento prático de poucos como, por exemplo, os conhecimentos de agrimensura utilizados nas sociedades primitivas para dirimir problemas de terras, foi o início da própria engenharia, que evolui até os dias de hoje.

Fato importante na constituição do processo judicial e conseqüentemente da perícia, não só no âmbito criminal, foi a separação do poder religioso do temporal.

Conforme visto, desde as origens até quase ao final da república romana, o direito era costumeiro, confundido com a religião, resumido pelas três palavras: *fas*, *mores* e *ius*, que designavam os poderes aos reis e sacerdotes, e relativas aos cultos e coisas sagradas e também aos poderes familiares.

Posteriormente, com a ampliação desse conceito para as relações externas à família, os conceitos passaram a reger os negócios jurídicos.

Isso mudou completamente a visão da apuração criminal e aplicação da pena, uma vez que esse poder saiu das mãos reais e passou para o cidadão comum, não divino, mas escolhido pela realeza.

Com esse avanço inicial, a nova perspectiva evoluiu no decorrer do tempo, porém ainda gerando abusos com a aplicação de tormentos em testemunhas e acusados a fim de conseguir uma confissão, que se bastava por si só, não importando o quanto esta fosse diferente da realidade dos fatos.

Essas práticas se petrificaram nas legislações posteriores até pouco tempo atrás, quando o julgador foi perdendo sua “onipotência” e passou a ser obrigado a consultar especialistas nas áreas afetas às questões analisadas.

Foi então que a legislação humanizou-se, diminuíram-se as torturas e duelos judiciais, passando a ciência a tomar o lugar da fé religiosa vagarosamente.

Com estes avanços, cada vez mais se valorizou o método científico e as criações humanas, e em contrapartida diminuiu o poder divino e a influência sacerdotal sobre as decisões temporais.

Dentro dessa realidade, chega-se até a negação completa do divino, característica da filosofia positivista Comtiana.

A engenharia também neste momento teve um grande salto de desenvolvimento, surgindo estudos em áreas novas e aprimoramento de antigas técnicas que já não cabiam na nova visão científica de mundo.

O Brasil, que participou inicialmente de maneira passiva das grandes modificações do pensamento e da ciência no Velho Mundo, apenas recebeu a dogmática importada, não participando efetivamente de uma produção científica, apenas em particulares casos, uma vez que possuía diversos problemas políticos e sociais a serem resolvidos.

Os esforços aqui eram na construção da igualdade entre as classes sociais no século XIX, tendo fundamental importância a construção da Universidade da Bahia, que serviu de berço para o ensino da medicina, assim como para a prática pericial.

O desenvolvimento social trouxe também o desenvolvimento das técnicas em diversas áreas de engenharia aumentando a preocupação com a ciência e com o desenvolvimento de instrumentos que

auxiliassem a tomada de decisões pelo magistrado, trazendo como princípio, a valorização da pessoa humana, e ficando o perito como auxiliar de extrema relevância, tanto no Processo Penal, como na solução de litígios na esfera Cível.

A interdisciplinaridade passa a ser cada vez mais exigida do profissional, conforme pode ser observado quanto às exigências feitas pelos autores clássicos da perícia, como Mittermayer, Gross e Locard, não bastando mais apenas os conhecimentos profundos da área de conhecimento específica do profissional, mas também um conhecimento jurídico, assim como uma interação entre os dois operadores do Direito.

A própria complexidade da interação social atual exige que profissionais cada vez mais especializados em suas áreas de conhecimento interajam, causando uma aparente pseudo-oposição: quanto maior a especialização, maior o grau de interação com operadores de outras disciplinas.

O fato faz com que a perícia seja interdisciplinar em sua essência, resolvendo a aparente pseudo-oposição mencionada: ao invés de cada especialista analisar apenas sua área restritamente, exige-se a atuação conjunta dos técnicos envolvidos nos trabalhos, como por exemplo, no caso mencionado do chamado blecaute.

O perito tornou-se assim um essencial operador do Direito, já que suas funções estão previstas nos Códigos Processuais, ficando o técnico com mais um encargo em suas mãos, qual seja o conhecimento das leis que norteiam seu trabalho.

Não obstante o perito necessitar de conhecimentos jurídicos, o juiz também necessita de conhecimentos sobre perícia, sem os quais corre o risco de não alcançar a profundidade necessária em seus questionamentos para realizar um adequado julgamento.

É importante ao magistrado que possua conhecimentos na área pericial, conhecimentos que possam lhe mostrar as bases da perícia, como funcionam seus mecanismos, o que é importante saber em qualquer perícia, sobre qualquer assunto, ou seja, as próprias bases epistemológicas da perícia.

Conforme foi mencionado na introdução deste trabalho, não é nosso objetivo tratar desta ou daquela ciência em particular, e sim da perícia em qualquer disciplina, ou ainda, em todas as disciplinas.

9. Conclusão

A evolução da ciência foi a pedra fundamental para a evolução da perícia: quanto mais apurada a técnica, abrangente a sua utilidade e aprofundado o conhecimento, maior a importância da perícia para a Justiça, como reflexo dos próprios anseios sociais.

Assim como a ciência e a própria Engenharia evoluiu e tornou-se complexa, especializando-se em ramos específicos, tornando-se essencial à humanidade, também a perícia acompanhou este desenvolvimento, e também as leis que a embasaram.

Este conhecimento interdisciplinar, baseado no direito e na ciência, tem que existir por parte dos envolvidos no processo de análise pericial, caso contrário, quem deve perguntar não saberá exatamente o que perguntar, e quem deve responder não saberá o que responder, ou ainda as respostas não possuirão a clareza adequada e talvez nem sejam úteis para a tomada de decisão.

Pudemos observar que as leis que embasam a perícia são dinâmicas, porém nem sempre as tentativas de alteração trazem novidades ou melhorias.

Necessita-se de cautela nas alterações legislativas, uma vez que, como pudemos observar no Capítulo 7, alternativas que podem parecer boas novidades nem sempre são adequadas, correndo o risco de retroceder no tempo em épocas indesejadas.

A história nos socorre com seus ensinamentos, cabendo a nós estudá-la e avaliá-la para não cometermos as mesmas falhas anteriores. Nem sempre o que é antigo, é ruim, haja vista que ainda hoje utilizamos elementos em nossa criminalística que datam do século XIX, como se observa nas planilhas sugeridas por Hans Gross e as utilizadas atualmente pelo Polícia Civil do Estado de São Paulo (conforme anexos B e C).

A perícia que teve em suas raízes a agrimensura evoluiu juntamente com a própria Engenharia e atualmente transita pelas mais diversas áreas, da civil até a nuclear, passando pela biológica e espacial, deixando clara a interação entre o Engenheiro como operador científico e o

Magistrado, como operador do Direito, em todos os períodos da História, devendo existir uma perfeita harmonia entre as áreas de conhecimento e seus operadores para que estes possam realmente se complementar.

Bibliografia

ALBUQUERQUE, Roberto Chacon de, *A Criminalidade Informática*, São Paulo, Editora Juarez de Oliveira, 2006.

ALMEIDA, Cândido Mendes de, *Código Philippino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal Recopiladas por Mandado Del-Rey D. Philippe I*, 14ª Ed., Rio de Janeiro, Typographia do Instituto Philomathico, 1870.

ALMEIDA JUNIOR, João Mendes de, *O Processo Criminal Brasileiro*, vol. 1, 4ªed., Rio de Janeiro, Livraria Freitas Bastos S.A., 1959.

ANDRADE, Vander Ferreira de, *Crimes de Informática*, *Revista IMES Direito*, São Caetano do Sul, Ano I, Nº 2, p. 4 -12, janeiro/junho 2001.

Aras, Vladimir, *O projeto de lei nº 84-99 e os crimes de informática no Brasil - comentários ao substitutivo do Deputado Nelson Pellegrino*, [s.l.], 22-11-2009, disponível [on line] in <http://jusvi.com/artigos/1386> [14-10-2009].

BOMBONATTI, José, *História da Dactiloscopia*, disponível [on line] in <http://www.geocities.com/CapeCanaveral/Launchpad/2909/page34.html> [14-10-2009]

BONJEAN, Louis Bernard, *Traité des Actions – Exposition historique de l'organisation judiciaire et la procédure civile chez les romains*, 2ª ed., Paris, Videcoq Père et Fils, 1845.

BECCARIA, Cesare Bonesana, Marchesi de, *Dos Delitos e das Penas*, 2ª Ed. São Paulo, Martins Fontes, 2000.

BRAGA, Marco, GUERRA, Andreia, REIS, José Cláudio, *Breve História da Ciência Moderna – Convergência de Saberes*, vol. 1, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora LTDA, 2003.

BRAGA, Marco, GUERRA, Andreia, REIS, José Cláudio, *Breve História da Ciência Moderna – Das máquinas do mundo ao universo-máquina*, vol. 2, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora LTDA, 2004.

BRAGA, Marco, GUERRA, Andreia, REIS, José Cláudio, *Breve História da Ciência Moderna – Das Luzes ao Sonho do Doutor Frankenstein*, vol. 3, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora LTDA, 2005.

BRASIL, Lei de 29 de novembro de 1832, s.l., s.d., disponível [on line] in http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM-29-11-1832.htm [14-10-2009].

BRASIL, Lei Nº 261, de 3 de dezembro de 1841, s.l., s.d., disponível [on line] in http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM261.htm [14-10-2009].

BRASIL, Decreto nº 737, de 25 de novembro de 1850, s.l., s.d., disponível [on line] in http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Historicos/DIM/DIM737.htm [14-10-2009]

BRASIL, MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO, GRUPO DE COMBATE AOS CRIMES CIBERNÉTICOS, *Crimes Cibernéticos – Manual Prático de Investigação*, São Paulo, Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2006.

CINTRA, Antonio Carlos de Araújo, GRINOVER, Ada Pelegrini, e DINAMARCO, Cândido Rangel, *Teoria Geral do Processo*, 17ª Ed., Malheiros, São Paulo, 2001.

COSTA, Affonso, *Os Peritos no Processo Criminal*, Coimbra, Manuel de Almeida Cabral, 1895.

CRETELLA JUNIOR, José, e CINTRA, Geraldo de Ulhoa, *Dicionário Latino – Português*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1956.

CROCE, Delton e CROCE JUNIOR, Delton, *Manual de Medicina Legal*, 5ª Ed., São Paulo, Saraiva, 2004.

Dicionário Prático Ilustrado – Novo Dicionário Enciclopédico Luso-Brasileiro Publicado sob a Direcção de Jaime de Séguier, Porto, Lello & Irmão – Editores, 1971.

EDWARDS, Samuel, *The Vidocq Dossier – The Story of the World's First Detective*, Houghton Mifflin Company, Boston, 1977.

ESPÍNOLA FILHO, Eduardo, *Código de Processo Penal Anotado*, 6ª Ed., Rio de Janeiro, Editora Rio, 1980.

GOMIDE, Tito Lívio Ferreira e GOMIDE, Lívio, *Manual de Grafoscopia*, 2ª Ed., São Paulo, LEUD, 2005.

GOY, Leonardo, *Sistema do ONS é a prova de hackers, garante ministério*, São Paulo, 17-11-2009, disponível [on line] in <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,sistema-do-ons-e-a-prova-de-hackers-garante-ministerio,467781,0.htm>, [02-12-2009]

GROSS, Hans, *Guia Prático para Instrução dos Processos Criminaes*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1909.

Guilherme de Ockham, s.l., s.d., disponível [on line] in <http://www.pucsp.br/~filopuc/verbete/gockham.htm> [24-03-2009].

Histórico do Instituto de Criminalística de São Paulo - "Perito Criminal Dr. Octávio Eduardo de Brito Alvarenga", s.l., s.d., disponível [on line] in <http://www.polcientifica.sp.gov.br/sptc/instCrim.aspx> [14-10-2009].

INMAN, Keith e RUDIN, Nora, *Principles and Practice of Criminalistics – The Profession of Forensic Science*, Boca Raton, CRC Press, 2001.

LIMA, Lamartine, *Pequena História da Faculdade de Medicina da Bahia*, em Diário do Senado Federal, 26 de março de 2008.

LOCARD, Edmond, *A Investigação Criminal e os Métodos Científicos*, Ed. Saraiva, São Paulo, 1939.

MACHADO, Alcântara, *O Exame Pericial no Direito Romano*, São Paulo, RT, 1930.

MARCHI, Eduardo C. Silveira, *Guia de Metodologia Jurídica – Teses, Monografias e Artigos*, Itália, Edizioni Del Grifo, 2004.

MITTERMAYER, Karl Joseph Anton, *Tratado da Prova em Matéria Criminal ou Exposição Comparada dos Principios da Prova em Matéria Criminal, etc., de suas Aplicações Diversas na Allemanha, França, Inglaterra, etc.*, 2ª Ed., Rio de Janeiro, J. Ribeiro dos Santos, 1909.

MOREIRA ALVES, José Carlos, *Direito Romano*, 11ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 1999.

NÁUFEL, José, *Novo Dicionário Jurídico Brasileiro*, vol. III, 6ª Ed., Rio de Janeiro, Editora Beta LTDA.

PARACELSO, *A Chave da Alquimia*, São Paulo, Editora Três, 1973.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello, *Almuthasib — Considerações sobre o direito de almotaçaria nas cidades de Portugal e suas colônias*, in *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 21, nº42, 2001.

PIERANGELLI, José Henrique, *Processo Penal – Evolução Histórica e Fontes Legislativas*, Bauru, Ed. Jalovi LTDA, 1983.

Portugal, *Ordenações Manuelinas*, liv. 3º, tit. LXXXII – 500 anos de Legislação Brasileira, Senado Federal, 2000. 3 CD-ROM.

Portugal, *Ordenações Filipinas*, liv. 3º, tit. XVII – 500 anos de Legislação Brasileira, Senado Federal, 2000. 3 CD-ROM.

REIS, Maria Helena Junqueira, *Computer Crimes – A Criminalidade na Era dos Computadores*, Belo Horizonte, Del Rey, 1997.

SILVA, De Plácido e, *Vocabulário Jurídico*, vol. 1, Rio de Janeiro, 1991.

QUADROS, Jânio, e FRANCO, Afonso Arinos de Melo, *História do Povo Brasileiro*, São Paulo, J. Quadros Editores Culturais S.A., 1967.

Robert Grosseteste, s.l., s.d., disponível [on line] in http://pt.wikipedia.org/wiki/Robert_Grosseteste [23-03-2009].

Roger Bacon, s.l., s.d., disponível [on line] in http://pt.wikipedia.org/wiki/Roger_bacon [23-03-2009].

REUTERS, *Apagão em 18 Estados foi "acidente" causado por clima severo*, [s.l.], 11-11-2009, disponível [on line] in <http://oglobo.globo.com/pais/mat/2009/11/11/apagao-em-18-estados-foi-acidente-causado-por-clima-severo-914715711.asp>, [02-12-2009]

SANTOS, Moacyr Amaral, *Prova Judiciária no Cível e Comercial*, 1ª ed., São Paulo, Max Limonad.

SILVEIRA, V. César da, *Dicionário de Direito Romano*, São Paulo, José Bushatsky, 1957.

STADEN, Hans, *Viagem ao Brasil*, Rio de Janeiro, Officina Industrial Graphica, 1930.

TORNAGHI, Hélio, *Instituições de Processo Penal*, vol. IV, 2ª ed., São Paulo, Saraiva, 1978.

TRÍPOLI, César, *História do Direito Brasileiro*, vol. I, São Paulo, RT, 1936.

TUCCI, José Rogério Cruz e, AZEVEDO, Luiz Carlos de, *Lições de História do Processo Civil Romano*, São Paulo, Revista dos Tribunais, 2001.

TUCCI, Rogério Lauria, *Lineamentos do Processo Penal Romano*, São Paulo, Bushatsky, 1976.

ZARZUELA, José Lopes, MATUNAGA, Minoru e THOMAZ, Pedro Lourenço, *Lauda Pericial – Aspectos Técnicos e Jurídicos*, São Paulo, RT, 2000.

Anexo A - TABELA DE FATOS HISTÓRICOS RELEVANTES À PERÍCIA ABORDADOS

ANO	HISTÓRICO-CIENTÍFICO	POLÍTICO-JURÍDICO
3.200 A 1.085 A.C. APROX.	Perícias de agrimensura, possível utilização no processo criminal	Período Dinástico egípcio
1.473 A.C. APROX.	Peritos agrimensores para casos de partilha de terras e fixação/restauração das lindes	Deuteronômio
450 A.C.	Inspeções oculares	Lei das XII Tábuas
130 A.C.	Relatório médico-legal realizado por Caio Minúcio Valeriano	República Romana
294		Constituição de Diocleciano
476	Decadência dos métodos científicos – valorização dos juízos de deus	Queda do Império Romano do Ocidente – início da Idade Média
1139		Aclamação de D. Afonso Henriques rei de Portugal
1211		Fim do Império Romano - Formação das Cortes de Coimbra (D. Sancho I)
1168-1253	Robert Grosseteste – concepção da base experimental – precursor do método científico	
1182-1226	São Francisco de Assis – Ordem dos Franciscanos	
1214-1292	Roger Bacon – desenvolvimento do método científico (ciclo observação – hipótese – experimentação – verificação)	
1225-1274	São Tomás de Aquino – Ordem dos Dominicanos	
1264	Fundação da Universidade de Oxford	
1277		Publicação da condenação de enunciados aristotélicos e seus comentadores pelo Bispo de Paris Étienne Tempier
1280-1349	Guilherme de Ockham – Princípio da Parcimônia – Navalha de Ockham	
1370	Papon – obra baseada em acórdãos sobre falsificação	Direito Canônico impulsiona a perícia – formação de sistema de provas – inspeção judicial e pericial – início da substituição das ordálias
1416	D. Henrique torna-se grão-mestre da Ordem de Cristo – formação da Escola de Sagres – início das grandes navegações	
1419	Chegada ao arquipélago da Madeira	
1425-1519	Galileu Galilei – Escreve a obra “Diálogo”	
1434	Gil Eanes contorna o Bojador	
1446		Ordenações Afonsinas – Livro 1º, título 13, §16 – admitia a prova por arbitramento
1478	Primeira aritmética impressa: Treviso	
1480		Tratado de Toledo
1493-1531	Paracelso – rejeição da teoria de Hipócrates	

ANO	HISTÓRICO-CIENTÍFICO	POLÍTICO-JURÍDICO
1494		Tratado de Tordesilhas
1521		Ordenações Manuelinas – Livro 3º, título LXXXII – regulamentava a perícia
1561-1626	Francis Bacon – criação do método científico sistemático	
1578-1657	William Harvey – circulação sanguínea contrariando Galeno	
1579		França – Ordenança de Blois – valor das coisas definidos por peritos – corporações de peritos
1596-1650	René Descartes – racionalismo matemático	
1603		Ordenações Filipinas – Livro 3º, título XVII – diferenciação entre o perito ou arbitrador dos juizes árbitros
1620	Episódio da cama de Gonçalo Pires	Lauda sobre a cama de Gonçalo Pires realizada pelos peritos Belquior Costa e Gaspar Manuel Salvago
1640		Restauração da Coroa Portuguesa com a subida ao trono de D. João IV, e revalidação das Ordenações Filipinas
1667		França – Ordenança que determina a retomada da tradição romana de possibilidade de escolha do perito
1694-1774	França – François Quesnay – fisiocracia	
1699-1782		Marquês de Pombal – Reforma Pombalina
1723-1790	Inglaterra – Adam Smith – liberalismo econômico	
1727-1781	França – Anne-Robert Turgot - fisiocracia	
1763	Expulsão dos jesuítas por Pombal	
1775-1857	François Eugène Vidocq – diretor da Sûreté francesa – utilizou-se de técnicas avançadas de perícia	
1787-1867	Karl Joseph Anton Mittermayer	
1804		Código Civil Francês
1806		Código de Processo Civil Francês – baseado na Ordenança de 1667
1808	Chegada da família real ao Brasil	Assinada em Salvador a criação da Escola de Cirurgia da Bahia pelo Príncipe Regente D. João
1815		Carta-Régia de D. João VI modifica o nome de Escola de Cirurgia da Bahia para Colégio Médico-Cirúrgico
1818	Segunda fase da Medicina Legal no Brasil – Agostinho de Sousa Lima inicia o ensino prático, até então restrito à Toxicologia	
1832		Ato da Regência do Império modifica o nome do Colégio Médico-Cirúrgico para Faculdade de Medicina da Bahia
1834		Karl Joseph Anton Mittermayer – Escreve a obra Tratado da Prova em Matéria Criminal
1835		Revolta dos Malês
1837-1838		Sabinada
1850		Regulamento 737 – Código Processual brasileiro editado em 25 de novembro, que tratava profundamente do arbitramento em sua Seção VII

ANO	HISTÓRICO-CIENTÍFICO	POLÍTICO-JURÍDICO
1865		Auto de Exame de Corpo de Delito realizado no escravo Plácido, pelos peritos João Coelho Soares da Silveira e Bento Antonio de França, cujo causa do óbito foi afogamento, em 24 de março
1891	Gustav Adolf Gross publica seu Guia Prático para Instruções Criminais – considerado como primeiro manual prático de investigação criminal	
1910	Edmond Locard escreve “a Investigação Criminal e os Métodos Científicos”	
1941		Decreto-Lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal
1957	Criada a ARPA (<i>Advanced Research Projects Agency</i>) ou Agência de Projetos de Pesquisa Avançada, subordinada ao Ministério da Defesa americano	
1969	Criado sistema ARPAnet (derivação de <i>Advanced Research Projects Agency</i> , ou Agência de Projetos de pesquisa Avançada), sem um comando central	
1973		Código de Processo Civil, instituído pela lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973
1988		Promulgada a Constituição, em 05 de outubro de 1988
1993	A Web foi incorporada à internet	
2007		Rejeição do Projeto de Lei do Sr. Deputado Eduardo Gomes

Anexo B - FICHAS ANTROPOMÉTRICAS SUGERIDAS POR HANS GROSS

Serie				Secção			
Folhegar d.				Folhegar e.			
Index	Medio	Annu.	Mia.	Index	Medio	Annu.	Mia.

Gabinete de Policia Scientifica
(Ministerio do Interior — Direcção Geral de P. S.)

BILHETE DE

Cognome _____ Nome _____
 Sobrenome _____ Paternidade _____
 Profissão _____ Se é analfabeto _____
 Nomes falsos _____

Assignatura e impressões digitais

Anotações _____
 Feito em _____ aos _____ de _____ a requisição de _____
 por _____
 Verificado em _____ de _____ por _____

MEDIDAS ANTROPOMETRICAS
(PARA CONTROLO DE IDENTIFICACAO)

Idade n. l. _____ Sexo n. l. _____
 Altura n. l. _____ Peso n. l. _____
 Med. sup. _____ Med. inf. _____
 Med. sup. _____ Med. inf. _____
 Med. sup. _____ Med. inf. _____

Signaes chromaticas _____
 Cor do cabelo _____ Cor da pele _____
 Cor dos olhos _____ Cor da lingua _____
 Cor da urina _____ Cor da fezes _____

Antecedentes criminaes conhecidos _____
 Antecedentes criminaes conhecidos _____
 Antecedentes criminaes conhecidos _____

Photographia de perfil

Photographia de frente

Frente

202

BOLETIM INDIVIDUAL

Signaes caracteristicos

Estatura Corp. Adiposidade
 Cutis-pigm. sang.
 Cabeça
 Cabellos
 Rosto
 Testa
 Fontes
 Espaço intersupraciliar
 Sobrancelhas
 Olhos
 Nariz
 Zygomas Arcadas zyg.
 Orelhas
 Labios
 Bigode
 Bocca
 Mandibula
 Queixo
 Barba
 Collo
 Hombros
 Torax
 Dorso
 Abdomen
 Estrem. sup.
 Estrem. inf.
 Anotações

Signaes particulares

Cicatrizes

Tatuagens

Caracteres profissionaes

Anomalias

Doenças phisicas e mentaes

Chamadas e observações

Verso

Anexo C - BOLETIM DE IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL UTILIZADO ATUALMENTE PELA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO

SSP - POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBERTON DAUNT	POLEGAR		INDICADOR		MÉDIO		ANULAR		MÍNIMO		MÃO DIREITA
MÃO ESQUERDA	POLEGAR		INDICADOR		MÉDIO		ANULAR		MÍNIMO		

BOLETIM DE IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL Nº										ASSINATURA DO IDENTIFICADO									
RESERVADO		001		RESERVADO		002		RESERVADO		RG		DC		DATA DE NASCIMENTO		ANO			
6 0																			
13 NOME:																			
13 OUTRO NOME:																			
13 NOME DO PAI:																			
13 NOME DA MÃE:																			
13 ALCUNHA:																			
48 49 OUTRA ALCUNHA:																			
RESERVADO		PROFISSÃO:		NATURALIDADE (CIDADE, SE ESTRANGEIRO - PAÍS):															
13		22																	
13 LOGRADOURO (RUA, AV. PRAÇA, ETC.)		RESERVADO		NOME DO MUNICÍPIO:		13 NÚMERO:		42 43 COMPLEMENTO:		TELEFONE:		A - CÚTIS		B - COR DOS OLHOS		C - COR DOS CABELOS			
56 BAIRRO:		64		RESERVADO		65		70		13		14		15		16			
13 LOGRADOURO (RUA, AV. PRAÇA, ETC.)		RESERVADO		NOME DO MUNICÍPIO:		13 NÚMERO:		42 43 COMPLEMENTO:		TELEFONE:		D - TIPO DO CABELO		E - ESTADO CIVIL		F - GRAU DE INSTRUÇÃO			
56 BAIRRO:		64		RESERVADO		65		70		13		14		15		16			
OBSERVAÇÕES (IMPEDIMENTOS PARA TIRAR IMPRESSÕES DIGITAIS - AMPUTAÇÃO DE DEDOS, ENFAIXAMENTO, ETC.):																			
011 SEXO 13 14 ALTURA 16																			
CARACTERÍSTICAS CROMÁTICAS																			
17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36 37 38 39 40 41 42 43 44 45 46 47 48 49 50 51 52 53 54 55 56 57 58 59 60 61 62 63 64 65 66 67 68 69 70 71 72 73 74 75 76 77 78 79 80 81 82 83 84 85 86 87 88 89 90 91 92 93 94 95 96 97 98 99 100																			
NOME DA DELEGACIA QUE INSTAUROU O INQUÉRITO:																			
13 NÚMERO DA FOTO: 17 18 FOTOS: 19																			
RG DO CÚMPLICE D.C. 26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36 37 38 39 40 41 42 43 44 45 46 47 48 49 50 51 52 53 54 55 56 57 58 59 60 61 62 63 64 65 66 67 68 69 70 71 72 73 74 75 76 77 78 79 80 81 82 83 84 85 86 87 88 89 90 91 92 93 94 95 96 97 98 99 100																			
NOME DA DELEGACIA DEPRECADA:																			
CARTA PRECATÓRIA																			
OBSERVAÇÕES:																			
13 NÚMERO DA FOTO: 17 18 FOTOS: 19																			
RG DO CÚMPLICE D.C. 26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36 37 38 39 40 41 42 43 44 45 46 47 48 49 50 51 52 53 54 55 56 57 58 59 60 61 62 63 64 65 66 67 68 69 70 71 72 73 74 75 76 77 78 79 80 81 82 83 84 85 86 87 88 89 90 91 92 93 94 95 96 97 98 99 100																			
ÁREA DE ATUAÇÃO DO IDENTIFICADO (DELEGACIAS):																			
13 NOME DE PARENTE (PAI, IRMÃO, TIO, ETC.), PARA FINS DE AVISO:																			
13 LOGRADOURO (RUA, AV., PRAÇA, ETC.): 33 34 NÚMERO 38 39 COMPLEMENTO: 45 46 BAIRRO: 55																			
RESERVADO NOME DO MUNICÍPIO:																			
13 NOME DE PARENTE (PAI, IRMÃO, TIO, ETC.), PARA FINS DE AVISO:																			
13 LOGRADOURO (RUA, AV., PRAÇA, ETC.): 33 34 NÚMERO 38 39 COMPLEMENTO: 45 46 BAIRRO: 55																			
RESERVADO NOME DO MUNICÍPIO:																			
NOME COMPLETO DO RESPONSÁVEL PELA COLETA DAS IMPRESSÕES: RG: CARGO OU FUNÇÃO: ASSINATURA:																			
NOME COMPLETO DO RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DAS INFORMAÇÕES: RG: CARGO OU FUNÇÃO: ASSINATURA:																			

Frente

OUTROS DADOS									
DEFORMIDADES					PECULIARIDADES FÍSICAS				
01- DEDO(S) DA MÃO DIREITA 02- DEDO(S) DA MÃO ESQUERDA 03- MÃO DIREITA 04- MÃO ESQUERDA 05- BRAÇO DIREITO 06- BRAÇO ESQUERDO 07- PÉ DIREITO 08- PÉ ESQUERDO 09- PERNA DIREITA 10- PERNA ESQUERDA 11- ALEJADO 12- OLHOS FALTANDO / ARTIFICIAL 13- ÓCULOS INCOMUNS (LENTE GROSSA / OPACA) 14- CORCUNDA 15- NARIZ 16- FACE 17- PESCOÇO 18- ORELHA DIREITA 19- ORELHA ESQUERDA 20- OMBRO 21- OUTRAS					01- CANHOTO 02- TÍQUEIS, CACOETE, ETC. 03- SOTAQUE ESTRANGEIRO 04- SOTAQUE REGIONAL 05- PERSONIFICA O SEXO OPOSTO 06- PECULIARIDADE NO ANDAR 07- LÁBIOS LEPORINOS OU DEFORMADOS 08- FALA DEFEITUOSA 09- MUDO 10- DENTUÇO 11- DESDENTADO 12- ESTRABISMO 13- OLHOS ORIENTAIS 14- MANCHAS NA PELE 15- ESPINHAS 16- SARDAS 17- PINTAS 18- BEXIGUNTO 19- SOBRANCELHAS LIGADAS 20- PERUCA 21- ALBINO OU SARARÁ 22- OUTRAS				
CICATRIZES					AMPUTAÇÕES				
01- TESTA 02- FACE E CABEÇA - LADO DIREITO 03- FACE E CABEÇA - LADO ESQUERDO 04- FACE (MARCA DE VARIOLA / MALHADO) 05- QUEIXO 06- NARIZ 07- LÁBIO(S) 08- PESCOÇO 09- PEITO 10- COSTAS 11- ABDÔMEN 12- MÃO DIREITA 13- MÃO ESQUERDA 14- BRAÇO DIREITO 15- BRAÇO ESQUERDO 16- DEDO(S) DA MÃO DIREITA 17- DEDO(S) DA MÃO ESQUERDA 18- OUTRAS					01- ORELHA DIREITA 02- ORELHA ESQUERDA 03- BRAÇO DIREITO 04- BRAÇO ESQUERDO 05- MÃO DIREITA 06- MÃO ESQUERDA 07- DEDOS DA MÃO DIREITA 08- DEDOS DA MÃO ESQUERDA 09- PERNA DIREITA 10- PERNA ESQUERDA 11- PÉ DIREITO 12- PÉ ESQUERDO 13- OUTRAS				
TATUAGENS					DIA DO DELITO				
01- MÃO DIREITA 02- MÃO ESQUERDA 03- BRAÇO DIREITO 04- BRAÇO ESQUERDO 05- DEDO(S) DA MÃO DIREITA 06- DEDO(S) DA MÃO ESQUERDA 07- PERNA DIREITA 08- PERNA ESQUERDA 09- PEITO 10- COSTAS 11- FACE 12- OUTRAS					1- DOMINGO 2- SEGUNDA-FEIRA 3- TERÇA-FEIRA 4- QUARTA-FEIRA 5- QUINTA-FEIRA 6- SEXTA-FEIRA 7- SÁBADO 01- ALAVANCA 02- ALICATE 03- ALICATE DE PRESSÃO 04- ARCO DE PUA 05- ARMA BRANCA 06- ARMAS PESADAS 07- AÇÃO DE FOGO 08- ALCOOL 09- ANESTÉSICO 10- CANETA BOMBA 11- CHAVE FALSA 12- CHAVE DE FENDA 13- CHAVE INGLESA 14- COROA 15- CORDA 16- DIAMANTE 17- ESCADA 18- ESPINGARDA 19- ESTICADOR 20- EXPLOSIVO 21- FORÇA FÍSICA 22- FORMÃO 23- FURADEIRA 24- GARRUCHA 25- GAZUA - MIXA - VIBRADOR 26- GRIFO 27- INFLUÊNCIA DO SEXO 28- MACACÃO HIDRÁULICO 29- MAÇARICO 30- MADEIRA 31- MARRETA 32- MARTELO 33- METRALHADORA 34- PEDRA 35- PÊ-DE-CABRA 36- PICARETA 37- PISTOLA 38- REVOLVER 39- SERRA 40- TALHADERIA 41- TESOURA 42- OUTROS				
VEÍCULOS					ARMAS, INSTRUMENTOS E OUTROS MEIOS UTILIZADOS				
A - ACESSO AO VEÍCULO 01- VIA ROUBO 02- NORMALMENTE 03- CHAVE FALSA OU INSTRUMENTO SIMILAR 04- MIXA 05- ACIONAMENTO DO TRINCO DO QUEBRA-VENTO C/ INSTR. DELGADO 06- AÇÃO DA TRAVA DA PORTA C/ ARAME OU INSTR. SIMILAR-GANCHO 07- REMOÇÃO DO QUEBRA-VENTO 08- ROMPIMENTO DO TRINCO DO QUEBRA-VENTO 09- ROMPIMENTO DO VIDRO DO QUEBRA-VENTO 10- REMOÇÃO DO VIDRO 11- PRESSÃO MUSCULAR EXERCIDA NO VIDRO DA PORTA 12- ACIONAMENTO DA TRAVA POR MEIO DE PERCUSSÃO EXERCIDA NA FOLHA DA PORTA POR FORÇA MUSCULAR 13- CHAVE DE FENDA OU SIMILAR ENTRE A BORDA SUPERIOR DO VIDRO DA PORTA E A CANALETA DE ALOJAMENTO 14- INSTRUMENTO À GUISA DE ALAVANCA APLICADO NA ALTURA DA FECHADURA DA PORTA ENTRE A FOLHA E A COLUMNA					B - MEIOS DE ACIONAMENTO DO MOTOR 01- PRÓPRIA CHAVE 02- CHAVE FALSA OU SIMILAR 03- MIXA 04- LIGAÇÃO DIRETA POR MEIO DOS FUSÍVEIS 05- LIGAÇÃO DIRETA POR MEIO DE FIO DA BATERIA / BOBINA 06- DESPRENDIMENTO DOS FIOS DO DISPOSITIVO DE IGNIÇÃO 07- LIGAÇÃO DIRETA DOS MESMOS 08- UNIÃO DOS POLOS DO DISPOSITIVO DE IGNIÇÃO ATRAVÉS DE CONDUTOR ELÉTRICO (CARTE) 09- CORTE DOS FIOS DE IGNIÇÃO E UNIÃO DIRETA ENTRE ELLES 10- REMOÇÃO DA IGNIÇÃO E ACIONAMENTO ATRAVÉS DE INSTRUMENTO C - OUTROS DADOS 01- DESPROVIDO DE TRAVA NA DIREÇÃO 02- TRAVA ROMPIDA COM EMPREGO DE INSTRUMENTO 03- DESTRABADO 04- TRAVA ROMPIDA SEM EMPREGO DE INSTRUMENTO 05- IMPEDIMENTO PREVENTIVO DO MECANISMO DA TRAVA COM EMPREGO DE INSTRUMENTO DELGADO				
A - ROUBO - MODUS OPERANDI					VESTÍGIOS INTERNOS / ESPÓLIO CRIMINOSO				
B - FURTO / LOCAL DA OCORRÊNCIA 01- RESIDÊNCIA TERREIRA 02- RESIDÊNCIA ASSOMBRADA 03- APARTAMENTO COM ZELADOR 04- APARTAMENTO SEM ZELADOR 05- ESTABELECIMENTO COMERCIAL 06- ESCRITÓRIO, CONSULTÓRIO E CLÍNICAS 07- ESTABELECIMENTO INDUSTRIAL 08- ESTABELECIMENTO DE CRÉDITO, AGÊNCIA BANCÁRIA, CAIXA ECONÔMICA 09- HOTEL, MOTEL, DRIVE-IN, PENSÃO 10- JOALHERIA E RELOJOARIA 11- POSTO DE GASOLINA 12- MOTORISTA: TAXI / PARTICULAR; MOTORISTA / COBRADOR DE ÔNIBUS 13- MOTORISTA DE TRANSPORTE DE CARGA 14- SUPERMERCADO E HOSPITAL 15- REPARTIÇÃO PÚBLICA - DIRETA / INDIRETA 16- ROUBO / ESTURPO 17- TRANSPORTE DE VALORES, VEÍCULOS BLINDADOS 18- TRANSEUNTE OPERAÇÃO DE CRÉDITO 19- TROMBADA 20- VÍTIMA SOB MIRA DE ARMA ATÉ SAQUE DE CHEQUE 21- VÍTIMA AMORÇADA 22- VEÍCULO COM VÍTIMA REFÉM 23- TRANSEUNTE					01- ATOS DE VANDALISMO 02- ARROMBAMENTO OU DESTRUIÇÃO DE MÓVEIS / COFRE 03- BILHETE E/OU SINAIS SIMBÓLICOS 04- BUSCA NAS VESTES 05- BUSCA NOS MÓVEIS ENTRE OS CONTEÚDOS DO CONTINENTE 06- CONSUMO DE ALIMENTOS E BEBIDAS 07- CONTEÚDO DOS MÓVEIS ESPALHADOS FORA DO CONTINENTE 08- ALARME OU TELEFONE DESLIGADO OU CORTADO 09- FEZES OU URINA 10- TROCA DE VESTES 11- ROUPAS FEITAS 12- EXCLUSIVAMENTE MÁQUINAS DE ESCRIVER E CALCULAR 13- EXCLUSIVAMENTE OBJETOS NÃO ROTINEIROS NAS SUBSTRAÇÕES - TAPETES, OBRAS DE ARTE, ETC.				
FURTO - MODUS OPERANDI					OBS.: OS CAMPOS 028, 030 E 031 DEVERÃO SER PREENCHIDOS COM OS RESPECTIVOS INDICADORES DE CÓDIGOS.				
A - PORTA 01- ABERTURA 02- ABERTURA NA FOLHA / ACIONAMENTO SISTEMA DE SEGURANÇA 03- ABERTURA NA FOLHA 04- AMOLGAMENTO NA FOLHA / ACIONAM. SISTEMA DE SEGURANÇA 05- CHAVE FALSA OU INSTRUMENTO SIMILAR 06- ENTORTAMENTO DA LINGUETA - ALAVANCA 07- ENTORTAMENTO DA LINGUETA - PERCUSSÃO 08- ENTORTAMENTO DA LINGUETA - PRESSÃO MUSCULAR 09- ENTORTAMENTO DAS PONTAS DO VARÃO CREMONA - ALAVANCA 10- ENTORTAMENTO DAS PONTAS DO VARÃO CREMONA - FORÇA MUSCULAR 11- GAZUA - MIXA - VIBRADOR 12- RECOLHIMENTO DA LINGUETA - ALAVANCA 13- REMOÇÃO CILINDRO DO TAMBOR 14- REMOÇÃO TOTAL DO SISTEMA DE SEGURANÇA 15- REMOÇÃO DA FOLHA 16- REMOÇÃO DAS PALHETAS / ACIONAM. SISTEMA DE SEGURANÇA 17- ROMPIMENTO DO SISTEMA DE SEGURANÇA 18- ROMPIMENTO DO VIDRO / ACIONAM. SISTEMA DE SEGURANÇA 19- VIA BÂNDERA 20- VIA POSTIGO 21- VÃO RESULTANTE DO ROMPIMENTO DA SOLEIRA E AMOLGAMENTO DA CORTINA					B - TELHADO 01- DESLOCAMENTO DE TELHAS 02- REMOÇÃO DE TELHAS 03- ROMPIMENTO DE TELHAS H - OUTROS 01- SISTEMA DE PROTEÇÃO - VIA DE ACESSO 02- INSTALAÇÕES EXISTENTES OU EXPOSTAS EM VIA PÚBLICA 03- ABERTURA DE COFRE / SEGREDO 04- ABUSO DE CONFIANÇA 05- AUXÍLIO DE MENOR 06- CARGA 07- ESPANTO 08- FALSA DOMÉSTICA 09- FURTO - PNEU 10- MARROTISTA 11- MEDIANTE FRAUDE 12- MIXEIRO 13- PUNÇA 14- SUADOURO				
DELEGACIA					DELEGACIA				
01- DEDOS DA MÃO DIREITA 02- DEDOS DA MÃO ESQUERDA 03- MÃO DIREITA 04- MÃO ESQUERDA 05- BRAÇO DIREITO 06- BRAÇO ESQUERDO 07- PÉ DIREITO 08- PÉ ESQUERDO 09- PERNA DIREITA 10- PERNA ESQUERDA 11- ALEJADO 12- OLHOS FALTANDO / ARTIFICIAL 13- ÓCULOS INCOMUNS (LENTE GROSSA / OPACA) 14- CORCUNDA 15- NARIZ 16- FACE 17- PESCOÇO 18- ORELHA DIREITA 19- ORELHA ESQUERDA 20- OMBRO 21- OUTRAS					01- CANHOTO 02- TÍQUEIS, CACOETE, ETC. 03- SOTAQUE ESTRANGEIRO 04- SOTAQUE REGIONAL 05- PERSONIFICA O SEXO OPOSTO 06- PECULIARIDADE NO ANDAR 07- LÁBIOS LEPORINOS OU DEFORMADOS 08- FALA DEFEITUOSA 09- MUDO 10- DENTUÇO 11- DESDENTADO 12- ESTRABISMO 13- OLHOS ORIENTAIS 14- MANCHAS NA PELE 15- ESPINHAS 16- SARDAS 17- PINTAS 18- BEXIGUNTO 19- SOBRANCELHAS LIGADAS 20- PERUCA 21- ALBINO OU SARARÁ 22- OUTRAS				
VEÍCULOS					ARMAS, INSTRUMENTOS E OUTROS MEIOS UTILIZADOS				
A - ACESSO AO VEÍCULO 01- VIA ROUBO 02- NORMALMENTE 03- CHAVE FALSA OU INSTRUMENTO SIMILAR 04- MIXA 05- ACIONAMENTO DO TRINCO DO QUEBRA-VENTO C/ INSTR. DELGADO 06- AÇÃO DA TRAVA DA PORTA C/ ARAME OU INSTR. SIMILAR-GANCHO 07- REMOÇÃO DO QUEBRA-VENTO 08- ROMPIMENTO DO TRINCO DO QUEBRA-VENTO 09- ROMPIMENTO DO VIDRO DO QUEBRA-VENTO 10- REMOÇÃO DO VIDRO 11- PRESSÃO MUSCULAR EXERCIDA NO VIDRO DA PORTA 12- ACIONAMENTO DA TRAVA POR MEIO DE PERCUSSÃO EXERCIDA NA FOLHA DA PORTA POR FORÇA MUSCULAR 13- CHAVE DE FENDA OU SIMILAR ENTRE A BORDA SUPERIOR DO VIDRO DA PORTA E A CANALETA DE ALOJAMENTO 14- INSTRUMENTO À GUISA DE ALAVANCA APLICADO NA ALTURA DA FECHADURA DA PORTA ENTRE A FOLHA E A COLUMNA					B - MEIOS DE ACIONAMENTO DO MOTOR 01- PRÓPRIA CHAVE 02- CHAVE FALSA OU SIMILAR 03- MIXA 04- LIGAÇÃO DIRETA POR MEIO DOS FUSÍVEIS 05- LIGAÇÃO DIRETA POR MEIO DE FIO DA BATERIA / BOBINA 06- DESPRENDIMENTO DOS FIOS DO DISPOSITIVO DE IGNIÇÃO 07- LIGAÇÃO DIRETA DOS MESMOS 08- UNIÃO DOS POLOS DO DISPOSITIVO DE IGNIÇÃO ATRAVÉS DE CONDUTOR ELÉTRICO (CARTE) 09- CORTE DOS FIOS DE IGNIÇÃO E UNIÃO DIRETA ENTRE ELLES 10- REMOÇÃO DA IGNIÇÃO E ACIONAMENTO ATRAVÉS DE INSTRUMENTO C - OUTROS DADOS 01- DESPROVIDO DE TRAVA NA DIREÇÃO 02- TRAVA ROMPIDA COM EMPREGO DE INSTRUMENTO 03- DESTRABADO 04- TRAVA ROMPIDA SEM EMPREGO DE INSTRUMENTO 05- IMPEDIMENTO PREVENTIVO DO MECANISMO DA TRAVA COM EMPREGO DE INSTRUMENTO DELGADO				
A - ROUBO - MODUS OPERANDI					VESTÍGIOS INTERNOS / ESPÓLIO CRIMINOSO				
B - FURTO / LOCAL DA OCORRÊNCIA 01- RESIDÊNCIA TERREIRA 02- RESIDÊNCIA ASSOMBRADA 03- APARTAMENTO COM ZELADOR 04- APARTAMENTO SEM ZELADOR 05- ESTABELECIMENTO COMERCIAL 06- ESCRITÓRIO, CONSULTÓRIO E CLÍNICAS 07- ESTABELECIMENTO INDUSTRIAL 08- ESTABELECIMENTO DE CRÉDITO, AGÊNCIA BANCÁRIA, CAIXA ECONÔMICA 09- HOTEL, MOTEL, DRIVE-IN, PENSÃO 10- JOALHERIA E RELOJOARIA 11- POSTO DE GASOLINA 12- MOTORISTA: TAXI / PARTICULAR; MOTORISTA / COBRADOR DE ÔNIBUS 13- MOTORISTA DE TRANSPORTE DE CARGA 14- SUPERMERCADO E HOSPITAL 15- REPARTIÇÃO PÚBLICA - DIRETA / INDIRETA 16- ROUBO / ESTURPO 17- TRANSPORTE DE VALORES, VEÍCULOS BLINDADOS 18- TRANSEUNTE OPERAÇÃO DE CRÉDITO 19- TROMBADA 20- VÍTIMA SOB MIRA DE ARMA ATÉ SAQUE DE CHEQUE 21- VÍTIMA AMORÇADA 22- VEÍCULO COM VÍTIMA REFÉM 23- TRANSEUNTE					01- ATOS DE VANDALISMO 02- ARROMBAMENTO OU DESTRUIÇÃO DE MÓVEIS / COFRE 03- BILHETE E/OU SINAIS SIMBÓLICOS 04- BUSCA NAS VESTES 05- BUSCA NOS MÓVEIS ENTRE OS CONTEÚDOS DO CONTINENTE 06- CONSUMO DE ALIMENTOS E BEBIDAS 07- CONTEÚDO DOS MÓVEIS ESPALHADOS FORA DO CONTINENTE 08- ALARME OU TELEFONE DESLIGADO OU CORTADO 09- FEZES OU URINA 10- TROCA DE VESTES 11- ROUPAS FEITAS 12- EXCLUSIVAMENTE MÁQUINAS DE ESCRIVER E CALCULAR 13- EXCLUSIVAMENTE OBJETOS NÃO ROTINEIROS NAS SUBSTRAÇÕES - TAPETES, OBRAS DE ARTE, ETC.				
FURTO - MODUS OPERANDI					OBS.: OS CAMPOS 028, 030 E 031 DEVERÃO SER PREENCHIDOS COM OS RESPECTIVOS INDICADORES DE CÓDIGOS.				
A - PORTA 01- ABERTURA 02- ABERTURA NA FOLHA / ACIONAMENTO SISTEMA DE SEGURANÇA 03- ABERTURA NA FOLHA 04- AMOLGAMENTO NA FOLHA / ACIONAM. SISTEMA DE SEGURANÇA 05- CHAVE FALSA OU INSTRUMENTO SIMILAR 06- ENTORTAMENTO DA LINGUETA - ALAVANCA 07- ENTORTAMENTO DA LINGUETA - PERCUSSÃO 08- ENTORTAMENTO DA LINGUETA - PRESSÃO MUSCULAR 09- ENTORTAMENTO DAS PONTAS DO VARÃO CREMONA - ALAVANCA 10- ENTORTAMENTO DAS PONTAS DO VARÃO CREMONA - FORÇA MUSCULAR 11- GAZUA - MIXA - VIBRADOR 12- RECOLHIMENTO DA LINGUETA - ALAVANCA 13- REMOÇÃO CILINDRO DO TAMBOR 14- REMOÇÃO TOTAL DO SISTEMA DE SEGURANÇA 15- REMOÇÃO DA FOLHA 16- REMOÇÃO DAS PALHETAS / ACIONAM. SISTEMA DE SEGURANÇA 17- ROMPIMENTO DO SISTEMA DE SEGURANÇA 18- ROMPIMENTO DO VIDRO / ACIONAM. SISTEMA DE SEGURANÇA 19- VIA BÂNDERA 20- VIA POSTIGO 21- VÃO RESULTANTE DO ROMPIMENTO DA SOLEIRA E AMOLGAMENTO DA CORTINA					B - TELHADO 01- DESLOCAMENTO DE TELHAS 02- REMOÇÃO DE TELHAS 03- ROMPIMENTO DE TELHAS H - OUTROS 01- SISTEMA DE PROTEÇÃO - VIA DE ACESSO 02- INSTALAÇÕES EXISTENTES OU EXPOSTAS EM VIA PÚBLICA 03- ABERTURA DE COFRE / SEGREDO 04- ABUSO DE CONFIANÇA 05- AUXÍLIO DE MENOR 06- CARGA 07- ESPANTO 08- FALSA DOMÉSTICA 09- FURTO - PNEU 10- MARROTISTA 11- MEDIANTE FRAUDE 12- MIXEIRO 13- PUNÇA 14- SUADOURO				
DELEGACIA					DELEGACIA				
01- DEDOS DA MÃO DIREITA 02- DEDOS DA MÃO ESQUERDA 03- MÃO DIREITA 04- MÃO ESQUERDA 05- BRAÇO DIREITO 06- BRAÇO ESQUERDO 07- PÉ DIREITO 08- PÉ ESQUERDO 09- PERNA DIREITA 10- PERNA ESQUERDA 11- ALEJADO 12- OLHOS FALTANDO / ARTIFICIAL 13- ÓCULOS INCOMUNS (LENTE GROSSA / OPACA) 14- CORCUNDA 15- NARIZ 16- FACE 17- PESCOÇO 18- ORELHA DIREITA 19- ORELHA ESQUERDA 20- OMBRO 21- OUTRAS					01- CANHOTO 02- TÍQUEIS, CACOETE, ETC. 03- SOTAQUE ESTRANGEIRO 04- SOTAQUE REGIONAL 05- PERSONIFICA O SEXO OPOSTO 06- PECULIARIDADE NO ANDAR 07- LÁBIOS LEPORINOS OU DEFORMADOS 08- FALA DEFEITUOSA 09- MUDO 10- DENTUÇO 11- DESDENTADO 12- ESTRABISMO 13- OLHOS ORIENTAIS 14- MANCHAS NA PELE 15- ESPINHAS 16- SARDAS 17- PINTAS 18- BEXIGUNTO 19- SOBRANCELHAS LIGADAS 20- PERUCA 21- ALBINO OU SARARÁ 22- OUTRAS				
VEÍCULOS					ARMAS, INSTRUMENTOS E OUTROS MEIOS UTILIZADOS				
A - ACESSO AO VEÍCULO 01- VIA ROUBO 02- NORMALMENTE 03- CHAVE FALSA OU INSTRUMENTO SIMILAR 04- MIXA 05- ACIONAMENTO DO TRINCO DO QUEBRA-VENTO C/ INSTR. DELGADO 06- AÇÃO DA TRAVA DA PORTA C/ ARAME OU INSTR. SIMILAR-GANCHO 07- REMOÇÃO DO QUEBRA-VENTO 08- ROMPIMENTO DO TRINCO DO QUEBRA-VENTO 09- ROMPIMENTO DO VIDRO DO QUEBRA-VENTO 10- REMOÇÃO DO VIDRO 11- PRESSÃO MUSCULAR EXERCIDA NO VIDRO DA PORTA 12- ACIONAMENTO DA TRAVA POR MEIO DE PERCUSSÃO EXERCIDA NA FOLHA DA PORTA POR FORÇA MUSCULAR 13- CHAVE DE FENDA OU SIMILAR ENTRE A BORDA SUPERIOR DO VIDRO DA PORTA E A CANALETA DE ALOJAMENTO 14- INSTRUMENTO À GUISA DE ALAVANCA APLICADO NA ALTURA DA FECHADURA DA PORTA ENTRE A FOLHA E A COLUMNA					B - MEIOS DE ACIONAMENTO DO MOTOR 01- PRÓPRIA CHAVE 02- CHAVE FALSA OU SIMILAR 03- MIXA 04- LIGAÇÃO DIRETA POR MEIO DOS FUSÍVEIS 05- LIGAÇÃO DIRETA POR MEIO DE FIO DA BATERIA / BOBINA 06- DESPRENDIMENTO DOS FIOS DO DISPOSITIVO DE IGNIÇÃO 07- LIGAÇÃO DIRETA DOS MESMOS 08- UNIÃO DOS POLOS DO DISPOSITIVO DE IGNIÇÃO ATRAVÉS DE CONDUTOR ELÉTRICO (CARTE) 09- CORTE DOS FIOS DE IGNIÇÃO E UNIÃO DIRETA ENTRE ELLES 10- REMOÇÃO DA IGNIÇÃO E ACIONAMENTO ATRAVÉS DE INSTRUMENTO C - OUTROS DADOS 01- DESPROVIDO DE TRAVA NA DIREÇÃO 02- TRAVA ROMPIDA COM EMPREGO DE INSTRUMENTO 03- DESTRABADO 04- TRAVA ROMPIDA SEM EMPREGO DE INSTRUMENTO 05- IMPEDIMENTO PREVENTIVO DO MECANISMO DA TRAVA COM EMPREGO DE INSTRUMENTO DELGADO				
A - ROUBO - MODUS OPERANDI					VESTÍGIOS INTERNOS / ESPÓLIO CRIMINOSO				
B - FURTO / LOCAL DA OCORRÊNCIA 01- RESIDÊNCIA TERREIRA 02- RESIDÊNCIA ASSOMBRADA 03- APARTAMENTO COM ZELADOR 04- APARTAMENTO SEM ZELADOR 05- ESTABELECIMENTO COMERCIAL 06- ESCRITÓRIO, CONSULTÓRIO E CLÍNICAS 07- ESTABELECIMENTO INDUSTRIAL 08- ESTABELECIMENTO DE CRÉDITO, AGÊNCIA BANCÁRIA, CAIXA ECONÔMICA 09- HOTEL, MOTEL, DRIVE-IN, PENSÃO 10- JOALHERIA E RELOJOARIA 11- POSTO DE GASOLINA 12- MOTORISTA: TAXI / PARTICULAR; MOTORISTA / COBRADOR DE ÔNIBUS 13- MOTORISTA DE TRANSPORTE DE CARGA 14- SUPERMERCADO E HOSPITAL 15- REPARTIÇÃO PÚBLICA - DIRETA / INDIRETA 16- ROUBO / ESTURPO 17- TRANSPORTE DE VALORES, VEÍCULOS BLINDADOS 18- TRANSEUNTE OPERAÇÃO DE CRÉDITO 19- TROMBADA 20- VÍTIMA SOB MIRA DE ARMA ATÉ SAQUE DE CHEQUE 21- VÍTIMA AMORÇADA 22- VEÍCULO COM VÍTIMA REFÉM 23- TRANSEUNTE					01- ATOS DE VANDALISMO 02- ARROMBAMENTO OU DESTRUIÇÃO DE MÓVEIS / COFRE 03- BILHETE E/OU SINAIS SIMBÓLICOS 04- BUSCA NAS VESTES 05- BUSCA NOS MÓVEIS ENTRE OS CONTEÚDOS DO CONTINENTE 06- CONSUMO DE ALIMENTOS E BEBIDAS 07- CONTEÚDO DOS MÓVEIS ESPALHADOS FORA DO CONTINENTE 08- ALARME OU TELEFONE DESLIGADO OU CORTADO 09- FEZES OU URINA 10- TROCA DE VESTES 11- ROUPAS FEITAS 12- EXCLUSIVAMENTE MÁQUINAS DE ESCRIVER E CALCULAR 13- EXCLUSIVAMENTE OBJETOS NÃO ROTINEIROS NAS SUBSTRAÇÕES - TAPETES, OBRAS DE ARTE, ETC.				
FURTO - MODUS OPERANDI					OBS.: OS CAMPOS 028, 030 E 031 DEVERÃO SER PREENCHIDOS COM OS RESPECTIVOS INDICADORES DE CÓDIGOS.				
A - PORTA 01- ABERTURA 02- ABERTURA NA FOLHA / ACIONAMENTO SISTEMA DE SEGURANÇA 03- ABERTURA NA FOLHA 04- AMOLGAMENTO NA FOLHA / ACIONAM. SISTEMA DE SEGURANÇA 05- CHAVE FALSA OU INSTRUMENTO SIMILAR 06- ENTORTAMENTO DA LINGUETA - ALAVANCA 07- ENTORTAMENTO DA LINGUETA - PERCUSSÃO 08- ENTORTAMENTO DA LINGUETA - PRESSÃO MUSCULAR 09- ENTORTAMENTO DAS PONTAS DO VARÃO CREMONA - ALAVANCA 10- ENTORTAMENTO DAS PONTAS DO VARÃO CREMONA - FORÇA MUSCULAR 11- GAZUA - MIXA - VIBRADOR 12- RECOLHIMENTO DA LINGUETA - ALAVANCA 13- REMOÇÃO CILINDRO DO TAMBOR 14- REMOÇÃO TOTAL DO SISTEMA DE SEGURANÇA 15- REMOÇÃO DA FOLHA 16- REMOÇÃO DAS PALHETAS / ACIONAM. SISTEMA DE SEGURANÇA 17- ROMPIMENTO DO SISTEMA DE SEGURANÇA 18- ROMPIMENTO DO VIDRO / ACIONAM. SISTEMA DE SEGURANÇA 19- VIA BÂNDERA 20- VIA POSTIGO 21- VÃO RESULTANTE DO ROMPIMENTO DA SOLEIRA E AMOLGAMENTO DA CORTINA					B - TELHADO 01- DESLOCAMENTO DE TELHAS 02- REMOÇÃO DE TELHAS 03- ROMPIMENTO DE TELHAS H - OUTROS 01- SISTEMA DE PROTEÇÃO - VIA DE ACESSO 02- INSTALAÇÕES EXISTENTES OU EXPOSTAS EM VIA PÚBLICA 03- ABERTURA DE COFRE / SEGREDO 04- ABUSO DE CONFIANÇA 05- AUXÍLIO DE MENOR 06- CARGA 07- ESPANTO 08- FALSA DOMÉSTICA 09- FURTO - PNEU 10- MARROTISTA 11- MEDIANTE FRAUDE 12- MIXEIRO 13- PUNÇA 14- SUADOURO				
DELEGACIA					DELEGACIA				
01- DEDOS DA MÃO DIREITA 02- DEDOS DA MÃO ESQUERDA 03- MÃO DIREITA 04- MÃO ESQUERDA 05- BRAÇO DIREITO 06- BRAÇO ESQUERDO 07- PÉ DIREITO 08- PÉ ESQUERDO 09- PERNA DIREITA 10- PERNA ESQUERDA 11- ALEJADO 12- OLHOS FALTANDO / ARTIFICIAL 13- ÓCULOS INCOMUNS (LENTE GROSSA / OPACA) 14- CORCUNDA 15- NARIZ 16- FACE 17- PESCOÇO 18- ORELHA DIREITA 19- ORELHA ESQUERDA 20- OMBRO 21- OUTRAS					01- CANHOTO 02- TÍQUEIS, CACOETE, ETC. 03- SOTAQUE ESTRANGEIRO 04- SOTAQUE REGIONAL 05- PERSONIFICA O SEXO OPOSTO 06- PECULIARIDADE NO ANDAR 07- LÁBIOS LEPORINOS OU DEFORMADOS 08- FALA DEFEITUOSA 09- MUDO 10- DENTUÇO 11- DESDENTADO 12- ESTRABISMO 13- OLHOS ORIENTAIS 14- MANCHAS NA PELE 15- ESPINHAS 16- SARDAS 17- PINTAS 18- BEXIGUNTO 19- SOBRANCELHAS LIGADAS 20- PERUCA 21- ALBINO OU SARARÁ 22- OUTRAS				
VEÍCULOS					ARMAS, INSTRUMENTOS E OUTROS MEIOS UTILIZADOS				
A - ACESSO AO VEÍCULO 01- VIA ROUBO 02- NORMALMENTE 03- CHAVE FALSA OU INSTRUMENTO SIMILAR 04- MIXA 05- ACIONAMENTO DO TRINCO DO QUEBRA-VENTO C/ INSTR. DELGADO 06- AÇÃO DA TRAVA DA PORTA C/ ARAME OU INSTR. SIMILAR-GANCHO 07- REMOÇÃO DO QUEBRA-VENTO 08- ROMPIMENTO DO TRINCO DO QUEBRA-VENTO 09- ROMPIMENTO DO VIDRO DO QUEBRA-VENTO 10- REMOÇÃO DO VIDRO 11- PRESSÃO MUSCULAR EXERCIDA NO VIDRO DA PORTA 12- ACIONAMENTO DA TRAVA POR MEIO DE PERCUSSÃO EXERCIDA NA FOLHA DA PORTA POR FORÇA MUSCULAR 13- CHAVE DE FENDA OU SIMILAR ENTRE A BORDA SUPERIOR DO VIDRO DA PORTA E A CANALETA DE ALOJAMENTO 14- INSTRUMENTO À GUISA DE ALAVANCA APLICADO NA ALTURA DA FECHADURA DA PORTA ENTRE A FOLHA E A COLUMNA					B - MEIOS DE ACIONAMENTO DO MOTOR 01- PRÓPRIA CHAVE 02- CHAVE FALSA OU SIMILAR 03- MIXA 04- LIGAÇÃO DIRETA POR MEIO DOS FUSÍVEIS 05- LIGAÇÃO DIRETA POR MEIO DE FIO DA BATERIA / BOBINA 06- DESPRENDIMENTO DOS FIOS DO DISPOSITIVO DE IGNIÇÃO 07- LIGAÇÃO DIRETA DOS MESMOS 08- UNIÃO DOS POLOS DO DISPOSITIVO DE IGNIÇÃO ATRAVÉS DE CONDUTOR ELÉTRICO (CARTE) 09- CORTE DOS FIOS DE IGNIÇÃO E UNIÃO DIRETA ENTRE ELLES 10- REMOÇÃO DA IGNIÇÃO E ACIONAMENTO ATRAVÉS DE INSTRUMENTO C - OUTROS DADOS 01- DESPROVIDO DE TRAVA NA DIREÇÃO 02- TRAVA ROMPIDA COM EMPREGO DE INSTRUMENTO 03- DESTRABADO 04- TRAVA ROMPIDA SEM EMPREGO DE INSTRUMENTO 05- IMPEDIMENTO PREVENTIVO DO MECANISMO DA TRAVA COM EMPREGO DE INSTRUMENTO DELGADO				
A - ROUBO - MODUS OPERANDI					VESTÍGIOS INTERN				

Anexo D - PROJETO DE LEI DO SR. DEPUTADO EDUARDO GOMES E O RESPECTIVO VETO

PROJETO DE LEI , Nº 2007 (Do Sr. EDUARDO GOMES)

Regulamenta o exercício da atividade, define a atribuições do Perito Judicial e do Assistente Técnico e dá outras providências.

O congresso nacional decreta:

Art. 1º - Perito Judicial é o profissional com curso superior, habilitado pelo respectivo órgão de classe regional, inscrito na Associação de Peritos do Estado, nomeado por Juiz de Direito para atuar em processo judicial que tramite em Varas e Tribunais de Justiça Estaduais, em Varas e Tribunais Regionais e Federais, com a finalidade de pesquisar e informar a verdade sobre as questões propostas, através de Laudos e de provas científicas e documentais.

Art. 2º - Assistente Técnico é o profissional com curso superior, habilitado pelo órgão de classe regional, inscrito na Associação de Peritos do Estado, indicado pelas partes para atuar em processo judicial que tramite em Varas e Tribunais de Justiça Estaduais, em Varas e Tribunais Regionais e Federais, em conjunto com o Perito Judicial ou, separadamente, com a finalidade de pesquisar e informar a verdade sobre as questões propostas, através de pareceres técnicos e de provas científicas e documentais.

Art. 3º - O exame de caráter técnico e especializado será, sempre, apresentado em Juízo, através de uma peça escrita na qual o Perito Judicial e/ou o Assistente Técnico expressam, de forma consubstanciada, clara e objetiva, as sínteses do objeto da perícia, os estudos e as observações que realizaram, as diligências levadas a efeito, os critérios e os resultados fundamentados e documentados, quando o caso exigir.

Art. 4º - A linguagem adotada pelo Perito Judicial em seu laudo e pelo Assistente Técnico em seu parecer deve ser acessível aos interlocutores,

possibilitando aos julgadores proferirem justa decisão e às partes da demanda, conhecimento e interpretação dos resultados dos trabalhos periciais.

Art. 5º - O Laudo Pericial deve conter, no mínimo, os seguintes itens:

I - identificação do processo e das partes;

II - síntese do objeto da perícia;

III - metodologia adotada para os trabalhos periciais;

IV - identificação das diligências realizadas;

V - transcrição dos quesitos;

VI - respostas aos quesitos;

VII - identificação do Perito Judicial e dos Assistentes Técnicos, quando houver;

VIII - outras informações entendidas como importantes para melhor esclarecer ou apresentar o laudo pericial ou o parecer técnico.

Art. 6º - O Perito Judicial deve informar todos os fatos relevantes por ele encontrados no decorrer de suas pesquisas e diligências.

Art. 7º - O Perito Judicial deve no laudo pericial, considerar as formas explicitadas nos itens abaixo:

I - a quantificação de valores é viável em casos de: apuração de haveres, liquidação de sentença, dissolução societária, avaliação patrimonial, outros exigidos pelos próprios motivos da perícia judicial;

II - caso seja necessária a apresentação de alternativas, condicionadas às teses apresentadas pelas partes, casos em que cada parte apresentou uma versão para a causa, o Perito Judicial deverá apresentar ao Juiz as alternativas condicionadas às teses apresentadas devendo, necessariamente, ser identificados os critérios técnicos que lhes dêem respaldo. Tal situação deve ser apresentada de forma a não representar a opinião pessoal do Perito Judicial, consignando os resultados obtidos, caso venha a ser aceita a tese de um ou de outro demandante.

III - O laudo pericial pode ser, elucidativo quanto ao objeto da perícia, não envolvendo, necessariamente, quantificação de valores e / ou opinião sobre matéria de direito.

Art. 8º - As atividades do Perito Judicial e do Assistente Técnico, observadas as condições de habilitação e as demais exigências legais, somente poderão ser exercidas:

I - pelos diplomados em estabelecimentos de ensino superior, oficiais ou reconhecidos e inscritos nos órgãos de classe regional competente;

II - pelos diplomados em cursos similares no exterior, após revalidação do diploma de acordo com a legislação em vigor e, inscritos nos órgãos de classe regional competente;

III - observadas as determinações dos itens precedentes, o Perito Judicial e o Assistente Técnico necessita, para o exercício inerente às suas atividades, encontrar-se inscrito em associação especializada em perícia judicial que congregue os profissionais dessa área de ação, no Estado de seu exercício.

Parágrafo único - O Perito Judicial e o Assistente Técnico somente poderão exercer as suas atividades nas questões que versem sobre as matérias e atribuições inerentes à sua formação profissional superior, definida neste artigo e registradas no órgão de classe competente.

Art. 9º - O exercício da atividade de Perito Judicial e do Assistente Técnico requer prévio registro em Tribunais de Justiça Estaduais e/ou em Tribunais Regionais e/ou em Tribunais Federais, quando couber.

Art. 10 - O exercício da atividade de Perito Judicial e do Assistente Técnico não gera quaisquer vínculos de emprego com a justiça e / ou com as partes.

Art. 11 - O exercício pleno e efetivo da atividade de Perito Judicial é realizado através da livre designação e nomeação, em cada processo, do Juiz de Direito responsável pelo julgamento da ação obedecidas, no entanto e como princípio básico, a qualificação do profissional conforme disposto no artigo 9º desta Lei.

Art. 12 - Toda atividade pericial é remunerada e terá o seu valor estimado pelo Perito nomeado e fixado pelo juízo que determinou e / ou deferiu a realização da perícia, sendo o depósito dos honorários liberado ao Perito Judicial, após a entrega de seu laudo pericial.

Art. 13 - O Perito do Juízo é obrigado a cumprir os prazos determinados, quando de sua nomeação pelo Juiz de Direito, para a conclusão de seu trabalho, ficando a critério do Juiz que o nomeou, prorrogar ou não esse prazo.

Art. 14 - O não cumprimento, pelo Perito, do prazo determinado para a entrega de seu laudo, poderá acarretar, em consequência e a critério do Juiz que o nomeou, a sua substituição que será comunicada ao órgão de classe competente e à Associação de Peritos do Estado, além de outras penalidades previstas em Lei.

Art. 15 - As perícias judiciais que englobem assuntos distintos, complementares ou não e que se refiram a mais de uma esfera de conhecimento profissional definido pelos órgãos de classe e pela associação de Peritos do Estado devem, obrigatoriamente, ser realizadas ou, individualmente, por um único Perito habilitado em cada um dos assuntos em análise ou, então, por mais de um Perito, cada um exercendo as atividades de sua área de ação e conhecimento.

Art. 16 - A Vara da Justiça onde corre a ação, obrigatoriamente, tem de comunicar aos Peritos nomeados e aos Assistentes Técnicos indicados que desenvolvem os trabalhos periciais, o início e o prazo de conclusão dos trabalhos que se verificará com a entrega protocolada do laudo pericial.

Art. 17 - Os Assistentes Técnicos após tomarem ciência do laudo do Perito do Juízo, terão o prazo sucessivo de dez (10) dias para, fora do cartório, terem vista dos autos e, também, de toda a documentação utilizada pelo Perito Judicial, a fim de lhes permitir a elaboração de seus respectivos pareceres técnicos, se for o caso.

Art. 18º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 19º- Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

A perícia judicial no Brasil, de acordo com os registros legais, tem um século de existência, quando o Decreto 1339 de 09/01/1905 concedia aos concluintes da Escola de Comércio do Rio de Janeiro, o Diploma de Perito Judicial. O Campo de atividade desses profissionais era o da Contabilidade. A evolução do conhecimento humano, em todas as suas áreas – científicas, literárias, artísticas e sociais – o crescimento e aperfeiçoamento de todas as suas atividades e a concentração do poderio econômico e político das nações

determinaram, entre outras causas e como necessidade de organização da sociedade e de respeito pelo indivíduo, que se fizesse mais forte, a cada passo, a presença do Direito, um dos elementos juntamente com o idioma, nucleares da nossa unidade nacional. O Direito prosseguiu a sua rota de que não se afastou, senão, ocasionalmente e foi atingindo um número cada vez maior de indivíduos. Vivíamos uma época de transição em que a marcha do Direito se fazia mais agitada. Então, todos bradavam, parecendo que a confusão ia destruir tudo. A grita era natural; clamavam os que pretendiam alcançar algum direito; clamavam, também, os que se viam despojados do velho privilégio para que coubesse alguma coisa aos que nada tinham. Mas essa mesma bulha era um sinal da vida e da presença do Direito.

Direito e idioma são um patrimônio que nos cumpre zelar a todo custo, como igualmente o patrimônio jurídico: a “lex” e a “vox”, o direito e a palavra, que nos apontarão o caminho da lux, da luz da grandeza nacional, do futuro radioso da terra que nos coube em partilha para trabalhar e fazer produzir. A JUSTIÇA, como instituição se reestruturou, em todos os sentidos; especializou-se criando inúmeros outros campos definidos de ação; os profissionais – Magistrados, Advogados, além da cultura jurídica que possuem, se especializaram cada vez mais e definiram novas áreas de ação e de trabalho.

Com o advento de novas e especializadas indústrias, comércios, serviços, áreas científicas, educacionais, técnicas, artísticas e com a multiplicação e a diversificação de atividades que surgem, a todo tempo, em todas as áreas de ação, novas legislações foram criadas para disciplinar e conceder direitos a um número, cada vez maior, de indivíduos.

As instituições de Justiça, então especializadas, passaram a atender, cada vez mais, um número crescente de ações envolvendo, cada vez mais, uma quantidade maior de Profissionais, de Empresas e de Autores, além de apresentar, cada uma delas, maior diversidade de questões e exigindo, em consequência dos Profissionais – Magistrados e Advogados, maior gama de conhecimentos jurídicos, de serviços cada vez mais especializados e tomadas de decisões sobre assuntos que necessitavam ser definidos e mostrados com pureza, a fim de espelhar a verdade dos fatos.

Evidentemente, o Juiz não pode, em razão de seu cargo, de seu volume de trabalho, de suas verdadeiras atribuições, de seus conhecimentos jurídicos, de sua necessidade em se manter atualizado nas ciências jurídicas, proceder levantamentos e diligências para que a ação, refletindo a verdade dos fatos, seja considerada pronta para o seu julgamento.

Na grande maioria das ações, devido as controvérsias apresentadas pelas partes, há a necessidade de se pesquisar a verdade para que o Juiz possa distribuir Justiça.

Esse mister, há um século, sempre foi conferido e não poderia ser de outra forma, a um profissional apto e com todos os pré-requisitos para auxiliar a Justiça na pesquisa da verdade através dos estudos dos autos, das diligências, dos levantamentos e de suas conclusões sobre as matérias em perícia.

Esse profissional, nos casos em que se exige o seu auxílio, é o responsável pela formação final do processo com a apresentação de seu laudo pericial documentado, através do qual apresenta ao juízo e às partes as verdadeiras faces da ação permitindo, assim, juntamente com os outros elementos existentes nos autos que o Juiz, mercê de seus conhecimentos jurídicos, profira a sua sentença, isto é, a decisão da Justiça sobre a lide.

A maioria dos Peritos Judiciais e dos Assistentes Técnicos possui diversos cursos superiores e muitos deles, com cursos de Mestrado e de Doutorado e pertencendo ao corpo docente das faculdades. Além disso, de um modo geral, são dotados de conhecimentos muito abrangentes, não somente em razão de seus diplomas Universitários, como também através da experiência profissional adquirida em diversas áreas de atividade.

Diante da importância dos serviços prestados pelos Peritos Judiciais e Assistentes Técnicos, há necessidade e urgência em se permitir que a Justiça possua o controle e o registro desses profissionais, conhecendo-os por categoria, por experiência, pela capacidade e especialidade adquirida nas universidades e, principalmente, o conhecimento das tarefas que, por direito e conquista, se encontram habituados a exercer.

Necessidade há, também, para o desenvolvimento e qualidade superior das Perícias Judiciais que a própria Justiça, os órgãos de classe e as associações especializadas de Peritos Judiciais, administrem, organizem, coordenem e

controlem o exercício dessa atividade e sejam, também, o elemento divulgador de novos ensinamentos e de novas técnicas periciais.

A falta desses princípios e dos meios legais de construção desse caminho a ser percorrido, constata-se que, cada vez mais, profissionais sem as qualificações exigidas para o exercício de perícias específicas sejam nomeados sem que sejam observadas a sua experiência qualificada em serviços, a existência ou não de sua formação profissional e universitária.

Esta Lei visa disciplinar e controlar as atividades do Perito Judicial e do Assistente Técnico, melhorar o nível da perícia, diminuir o prazo de entrega dos laudos periciais, somente permitir que Peritos Judiciais, conforme disposto nesta Lei realizem atividades periciais afastando, em consequência da Justiça, os profissionais não habilitados e dotando as Instituições da Justiça, por respeito à tão laboriosa classe, aos Juizes, às partes, de meios mais firmes e eficazes para atingirem o seu objetivo: o Direito.

Dado o exposto, conto com a colaboração dos ilustres Pares para a aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em de de 2007.

Deputado Eduardo Gomes
PSDB/TO

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO
PROJETO DE LEI No 1.229, DE 2007

Regulamenta o exercício da
atividade, define atribuições do Perito
Judicial e do Assistente Técnico e dá
outras providências.

Autor: Deputado EDUARDO GOMES

Relatora: Deputada GORETE PEREIRA

I – RELATÓRIO

A presente iniciativa, de autoria do Deputado Eduardo Gomes, propõe a regulamentação do exercício das profissões de Perito Judicial e de Assistente Técnico.

Alega o Autor, em sua justificativa, que o Projeto de Lei pretende “disciplinar e controlar as atividades do Perito Judicial e do Assistente Técnico, melhorar o nível da perícia, diminuir o prazo de entrega dos laudos periciais, somente permitir que Peritos Judiciais, conforme disposto nesta Lei realizem atividades periciais afastando, em consequência da Justiça, os profissionais não habilitados e dotando as Instituições da Justiça, por respeito à tão laboriosa classe, aos Juízes, às partes, de meios mais firmes e eficazes para atingirem o seu objetivo: o Direito.

A proposição está sujeita à apreciação Conclusiva pelas Comissões, em regime de tramitação ordinária.

Nesta Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP), no prazo regimental de cinco sessões, não foram apresentadas emendas, conforme Termo de Recebimento de Emendas, datado de 3 de agosto de 2007.

É o relatório.

II - VOTO DA RELATORA

Compete à CTASP a análise do mérito trabalhista da proposição.

Sendo assim, em que pese a nobre intenção do Autor, acreditamos que o exercício das profissões de Perito Judicial e de Assistente Técnico não deva ser regulamentado, pois, quando nomeados para exercerem suas atividades, esses profissionais já são submetidos à rigorosa fiscalização do Juiz, no caso do Perito, ou aos interesses das partes a que assistem.

Perito Judicial é o profissional nomeado pelo Juiz para produzir no processo a prova tida como necessária a respeito de fato cujo conhecimento depende de conhecimento técnico ou científico.

Por outro lado, quando julgar necessário, a parte pode solicitar um especialista técnico que ajude o advogado na defesa da causa. Daí a presença do Assistente Técnico indicado por cada uma das partes, facultativamente, como colaborador do advogado.

Dessa forma, apesar de a escolha dos peritos e assistentes técnicos ser baseada na confiança de quem os indica, deve recair, primordialmente, em profissional habilitado ou técnico especializado no assunto objeto da prova pericial.

Não poderíamos, assim, sequer considerar que a atividade realizada por Perito Judicial e Assistente Técnico constitui uma profissão no sentido estrito da palavra e, tendo em vista o interesse público, deva ser regulamentada.

A atividade habitual dos profissionais nomeados peritos e assistentes técnicos não é, a princípio, a realização de perícias, que são executadas por aqueles que exercem habitualmente uma determinada profissão e, exatamente por isso, estão sendo chamados a, ocasionalmente, colaborar no processo judicial. Essas atividades são, na verdade, uma função ou um encargo atribuído aos mais variados profissionais, dependendo da necessidade que o juiz ou partes venham a ter de serem assistidos por profissional especializado na matéria que estiver sob litígio.

E esses profissionais são nomeados pelos Juízes ou indicados pelas partes, exatamente por já serem capacitados para o exercício profissional perante os órgãos federais e regionais de fiscalização de suas profissões.

Assim, em sua grande maioria, são profissionais que já estão submetidos à fiscalização dos Conselhos Federais e Regionais de suas profissões, como os médicos, os engenheiros, os contadores etc. Os conselhos de fiscalização profissional, conforme disposto em lei, regimentos internos e códigos de ética, são os órgãos responsáveis por fazer com que todos os profissionais neles inscritos cumpram seu ofício com zelo e responsabilidade. Caso contrário, podem até mesmo cassar o registro que permite ao profissional exercer a atividade.

Além disso, a nossa Constituição Federal estabelece que “é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;” (Art. 5º, inciso XIII).

Dessa forma, muitas profissões são regulamentadas porque o seu exercício por pessoas desqualificadas pode gerar um dano à sociedade, sendo, portanto, de interesse público a sua regulamentação com a consequente criação dos conselhos de fiscalização profissional.

O projeto de lei em análise, ao propor a regulamentação das atividades dos peritos judiciais e assistentes técnicos, está “criando” e não “regulamentando” uma profissão, pois as profissões de perito judicial e assistente técnico só poderão ser exercidas por pessoas que já tenham como pré-requisito o domínio de um outro exercício profissional de nível superior ou não.

Muitos dos peritos judiciais e assistentes técnicos são profissionais que não praticam uma atividade regulamentada, como, no caso de perícia para identificação de autoria no caso de Artes Plásticas ou Literatura, atividades em que, necessariamente, o melhor perito será aquele que tiver os conhecimentos para tanto na precisa expressão do chamado notório saber, sem que, necessariamente, tenha que ter feito curso superior ou já ter a profissão regulamentada.

Há, também, inequívoca inconstitucionalidade nos artigos 1º e 2º quando estabelecem a obrigatoriedade de inscrição do Perito Judicial e do Assistente Técnico na Associação de Peritos do Estado, pois ferem o disposto na Constituição Federal, em seu art. 5º, inciso XX, que dispõe:

“ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado;”

Com efeito, a filiação a associações e até mesmo a sua criação é facultativa, tendo em vista a personalidade privada da entidade, e depende da vontade dos interessados na sua constituição, não havendo, portanto, necessariamente, uma associação de Peritos em cada Estado da Federação.

Esse dispositivo poderia, inclusive, inviabilizar a atividade dos profissionais que não quisessem vir a se filiar nessas associações, pois tais entidades poderiam promover uma verdadeira “reserva de mercado” para aqueles que a compõem,

impedindo o acesso de novos profissionais, criando mecanismos e barreiras de ingresso em seus quadros.

A inscrição do profissional somente pode ser obrigatória nos conselhos de fiscalização, autarquias especiais, que podem, inclusive, cobrar tributos compulsoriamente.

Por fim, devemos mencionar que a atividade do Perito Judicial e do Assistente Técnico está intimamente ligada à matéria de Direito Processual Civil, em particular da prova pericial. Exatamente por isso, a maior parte da matéria contida nesta iniciativa, a nosso ver, não compete a esta Comissão analisar, porque trata de alterações no processo civil. Assim sendo, argumentamos no sentido de que o presente projeto deva também ser analisado, no mérito, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania - CCJC.

Isto posto, votamos pela rejeição do Projeto de Lei nº 1.229, de 2007.

Sala da Comissão, em de março de 2009.

Deputada GORETE PEREIRA

Relatora